

Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais

@metropolis



revista eletrônica *e-metropolis*

ISSN 2177-2312

Publicação trimestral dos alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles.

A revista eletrônica *e-metropolis* é uma publicação trimestral que tem como objetivo principal suscitar o debate e incentivar a divulgação de trabalhos, ensaios, resenhas, resultados parciais de pesquisas e propostas teórico-metodológicas relacionados à dinâmica da vida urbana contemporânea e áreas afins.

É direcionada a alunos de pós-graduação de forma a priorizar trabalhos que garantam o caráter multidisciplinar e que proporcionem um meio democrático e ágil de acesso ao conhecimento, estimulando a discussão sobre os múltiplos aspectos na vida nas grandes cidades.

A *e-metropolis* é editada por alunos de pós-graduação de programas vinculados ao Observatório das Metrôpoles e conta com a colaboração de pesquisadores, estudiosos e interessados de diversas áreas que contribuam com a discussão sobre o espaço urbano de forma cada vez mais vasta e inclusiva.

A revista é apresentada através de uma página na internet e também disponibilizada em formato "pdf", visando facilitar a impressão e leitura. Uma outra possibilidade é folhear a revista.

As edições são estruturadas através de uma composição que abrange um tema principal - tratado por um especialista convidado a abordar um tema específico da atualidade -, artigos que podem ser de cunho científico ou opinativo e que serão selecionados pelo nosso comitê editorial, entrevistas com profissionais que tratem da governança urbana, bem como resenhas de publicações que abordem os diversos aspectos do estudo das metrôpoles e que possam representar material de interesse ao nosso público leitor.

A partir da segunda edição da revista incluímos a seção ensaio fotográfico, uma tentativa de captar através de imagens a dinâmica da vida urbana. Nessa mesma direção, a seção especial - incorporada na quarta edição - é uma proposta de diálogo com o que acontece nas grandes cidades feita de forma mais livre e de maneira a explorar o cotidiano nas metrôpoles.

Os editores da revista *e-metropolis* acreditam que a produção acadêmica deve circular de forma mais ampla possível e estar ao alcance do maior número de pessoas, transcendendo os muros da universidade.

Observatório das Metrôpoles
Prédio da Reitoria, sala 522
Cidade Universitária - Ilha do Fundão
21941-590 Rio de Janeiro RJ

Tel: (21) 2598-1932
Fax: (21) 2598-1950

E-mail:
emetropolis@
observatoriodasmetrosoles.net

Website:
www.emetropolis.net

editor-chefe

Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro

editores

Arthur Molina
Carolina Zuccarelli
Eliana Kuster
Juciano Martins Rodrigues
Marianna Olinger
Paula Silva Gambim
Renata Brauner Ferreira
Rodrigo de Moraes Rosa

conselho editorial

Prof^a Dr^a. Ana Lúcia Rodrigues (DCS/UEM)
Prof Dr. Aristides Moysés (MDPT/PUC-Goiás)
Prof Dr. Carlos de Mattos (IEU/PUC-Chile)
Prof Dr. Carlos Vainer (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Emilio Pradilla Cobos (UAM do México)
Prof^a Dr^a. Fania Fridman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Frederico Araujo (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Héléne Rivière d'Arc (IHEAL)
Prof Dr. Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Hermes MagalhãesTavares (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Inaiá Maria Moreira Carvalho (UFB)
Prof Dr. João Seixas (ICS)
Prof Dr. Jorge Natal (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Jose Luis Coraggio (UNGS/Argentina)
Prof^a Dr^a. Lúcia Maria Machado Bógus (FAU/USP)
Prof^a Dr^a. Luciana Corrêa do Lago (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Luciana Teixeira Andrade (PUC-Minas)
Prof Dr. Luciano Fedozzi (IFCH/UFRGS)
Prof Dr. Luiz Antonio Machado (IUPERJ)
Prof Dr. Manuel Villaverde Cabral (ICS)
Prof Dr. Marcelo Baumann Burgos (PUC-Rio/CEDES)
Prof^a Dr^a. Márcia Leite (PPCIS/UERJ)
Prof^a Dr^a. Maria Julieta Nunes (IPPUR/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Maria Ligia de Oliveira Barbosa (IFCS/UFRJ)
Prof Dr. Mauro Kleiman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert Pechman (IPPUR/UFRJ)
Prof Dr. Robert H. Wilson (University of Texas)
Prof^a Dr^a. Rosa Moura (IPARDES)
Ms. Rosetta Mammarella (NERU/FEE)
Prof Dr. Sergio de Azevedo (LESCE/UENF)
Prof^a Dr^a. Simaia do Socorro Sales das Mercês (NAEA/UFPA)
Prof^a Dr^a. Sol Garson (PPED/IE/UFRJ)
Prof^a Dr^a. Suzana Pasternak (FAU/USP)

Editorial

nº 06 ▪ ano 2 | setembro de 2011

Já passamos da metade do ano e com este segundo semestre chega mais uma edição da nossa revista! Neste número, abrimos com uma matéria que coloca em cena o recente esvaziamento político que atravessa as nossas cidades. No artigo 'É a luta de classes, estúpido!', o professor Frederico de Holanda analisa os discursos que - mascarados por trás de uma reivindicação por maior qualidade de vida no espaço urbano - são, na verdade, manifestações de conflitos entre classes sociais diversas. Partindo do diagnóstico a respeito da ocupação territorial em Brasília distribuída por faixas de renda, Holanda chega até a sua paisagem humana, mostrando a dificuldade cada vez maior, existente no espaço urbano contemporâneo, de promover o diálogo entre as alteridades.

No artigo seguinte, damos continuidade a um tema que vem mobilizando diversos debates nos últimos meses: os grandes eventos e suas conseqüências para as cidades que os abrigam. Em 'Turismo cultural e grandes eventos: reflexões sobre o caso genovês', Agostino Petrillo discute a busca por uma nova identidade turística realizada pela cidade italiana de Gênova associada à tendência contemporânea de agregar, a cada cidade, uma imagem cultural diferenciada, que a especifique e destaque no 'mercado' de turismo urbano. A busca por abrigar grandes eventos ocupa um local de destaque dentre estas estratégias, mobilizando a discussão levantada por Petrillo, que propõe a reformulação desta 'espiral dos Grandes Eventos', conforme ele nomeia, em outro padrão: eventos

menores e de caráter diferenciado daqueles que têm sido concebidos até então.

No texto 'Uma análise sociológica sobre sociabilidade, vizinhança e pertença em um bairro popular de João Pessoa-PB', o professor Alexandre Paz Almeida debruça-se sobre Valentina de Figueiredo, um bairro da capital paraibana, para discutir a relação entre sociabilidade urbana e cotidiano, ressaltando as contradições e ambiguidades das relações e dos comportamentos sociais.

Em nosso próximo artigo, Irene Mello analisa uma experiência de autogestão coletiva de moradia que se destaca pela defesa da manutenção da propriedade pertencente ao grupo. A autora discute as dificuldades para a implantação deste processo pautado pela coletivização, buscando as suas origens em meio a questões burocráticas e culturais.

Na entrevista desta edição, José Reginaldo Gonçalves trata a respeito da patrimonialização urbana e seus desdobramentos pelas políticas adotadas na gestão das cidades, inclusive nos raciocínios condutores da implantação dos grandes eventos como instrumentos de atração de público e capital. O patrimônio seria, então, tratado como documento de identidade da nação, ajudando a construir uma idéia do que ela deverá ser no futuro e contribuindo à formação de uma consciência nacional.

O livro de Eduardo Marques, 'Redes sociais, segregação e pobreza' é o objeto da resenha de Fabio Costa Peixoto. No texto, o autor aponta a existência de mecanismos que interferem na formação diferenciada das redes

e da sociabilidade dos indivíduos, bem como influenciam nas diversas formas de ação social e no acesso às oportunidades.

Na nossa seção especial, voltamos ao tema dos Grandes Eventos: mais especificamente, analisaremos os Jogos Olímpicos de Montreal sob a ótica de Pierre-Mathieu Le Bel, que assim o faz tentando antecipar um processo que será atravessado pelo Rio de Janeiro em 2016. O autor observa, passadas algumas décadas, toda a estrutura erguida para o acontecimento das Olimpíadas canadenses e constata que, embora o evento tenha sido pontual, ele acabou por se perpetuar na cidade, através das mudanças que gerou em seu espaço e no imaginário de seus habitantes a respeito do seu próprio ambiente urbano.

Fechando a nossa sexta edição, temos o ensaio fotográfico de Joana de Simoni e Karinna Paz, intitulado 'Reciclando percepções: olhares sob o céu do Morro do Céu'. As autoras se detêm sobre a produção desenfreada de lixo das grandes cidades, tirando daí o material imagético de seu ensaio.

Pautando-se mais uma vez pela pluralidade dos tópicos abordados, sem, contudo, deixar de manter um olhar atento para os assuntos que mais interpelam as sociedades contemporâneas, a e-metropolis prossegue, com esta sua sexta edição, no caminho de buscar abrir um espaço de manifestação para os mais diversos temas que digam respeito às nossas cidades. Esperamos que a leitura da revista seja uma experiência prazerosa a todos que dela compartilharem. Até o próximo número! ■

Índice

nº 06 ▪ ano 2 | setembro de 2011

Capa

- 26 É a luta de classes, estúpido!
It's the class struggle, idiot!
Por Frederico de Holanda

Artigos

- 18 Turismo cultural e grandes eventos: reflexões sobre o caso genovês
Cultural tourism and major events: reflections on the genoese case
Por Agostino Petrillo



- 25 Uma análise sociológica sobre sociabilidade, vizinhança e pertença em um bairro popular de João Pessoa - PB
A sociological analysis of sociability, neighborhood and belonging in a neighborhood of João Pessoa - PB
Por Alexandre Paz Almeida

- 34 Direito à moradia x direito de propriedade
Right to housing x property right
Por Irene Mello

Entrevista

- 43 Antropologia e planejamento urbano. Duas categorias, um só campo?
Anthropology and urban planning. Two categories, one field?
Por José Reginaldo Santos Gonçalves

Resenha

- 52 Redes sociais e segregação espacial: uma análise da região metropolitana de São Paulo
Social networks and spatial segregation: an analysis of metropolitan region of Sao Paulo
Por Fabio Costa Peixoto

Especial

- 55 Os Jogos Olímpicos podem não ter fim : algumas advertências sobre o "legado" olímpico à luz da experiência de Montreal
The Olympic Games may have no end: some warnings about the "legacy" in light of the Olympic experience in Montreal
Por Pierre-Mathieu Le Bel

Ensaio

- 60 Reciclando percepções: olhares sob o céu do Morro do Céu
Recycling perceptions: visions under the sky from the Hill of Heaven (Morro do Céu)
Por Joana Cruz de Simoni e Karinna Paz

ficha técnica

Projeto gráfico e editoração eletrônica
Paula Sobrino

Revisão
Julia Leal

A Ilustração de capa foi feita por **Flávia Araújo**, arquiteta e urbanista, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ.

flaviaaraujo@observatoriodasmetropoles.net

Frederico de Holanda

É a luta de classes, estúpido!

A despolitização é um traço comum nos discursos sobre a configuração das cidades. No discurso do senso comum ou no discurso jornalístico, há confusão entre os conceitos de “classe social”, “categoria ocupacional”, “faixa de renda” - uns são tomados pelos outros. Mascaram-se conflitos de classe como conflitos em torno de uma suposta qualidade da cidade. Os embates em Brasília são particularmente agudos. Isto é exemplificado em vários episódios: no combate à apropriação dos espaços públicos pelo comércio informal, na repressão a novos usos de comércio e serviços que surgem na Esplanada dos Ministérios, na remoção de uma feira de artesanato, na crítica a um fascinante lugar como a Vila Planalto, microcosmo da sociedade metropolitana. Este texto é um trabalho “em progresso”. Discuto preliminarmente a segregação socioespacial das classes sociais em Brasília, com apoio em dados sobre a localização de faixas de renda, a partir de informações desagregadas por setores censitários. Virão desdobramentos a partir dos dados do Censo de 2010 e mediante tratamento computacional que traduzam categorias sócio-ocupacionais em termos de classes sociais, revelando mais rigorosamente a paisagem humana da Capital.

Texto desenvolvido a partir da versão homônima apresentada no XIV Encontro Nacional da ANPUR - Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, maio de 2011.

Frederico de Holanda

é professor aposentado, pesquisador colaborador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília.

fredholanda44@gmail.com



INTRODUÇÃO

Oportunismo político, compreensão pobre de como as coisas funcionam em sociedade, outros fatores, ou tudo junto: fato é que a recente campanha eleitoral no Brasil foi profundamente despolitizada. E, paradoxalmente, talvez “nunca antes na história deste país” uma campanha havia sido tão flagrantemente eivada de conflitos de classe, interesses contraditórios, polarização política. Embora sem dizer o nome, a luta de classes veio para a boca de cena e reafirmou a máxima marxista de que ela é o “motor da história”. Isto ficou cristalino no segundo turno: de um lado, o trabalho, embora num arco de alianças que a muitos de nós incomoda, mas que taticamente tem se provado inevitável ou indispensável para seguir adiante com um projeto de país onde os interesses populares são hegemônicos; do outro lado, o capital, ou as frações de classe mais retrógradas dele. (Sob a hegemonia dos interesses populares, frações da burguesia mais lúcidas viram a possibilidade de enormes ganhos na incorporação ao mercado de grandes parcelas da população até então fora dele – incorporação que vem acontecendo, no corrente modelo, nos últimos oito anos. O resultado: todos ganharam, porém, e o que é fundamental a caracterizar a hegemonia, a renda dos mais ricos cresceu 1,5%, a dos mais pobres, 8,0%. Bingo.)

A despolitização ideologizada das campanhas eleitorais no Brasil reproduz-se em outras esferas da sociedade, p.ex. na organização do espaço urbano, na sua apropriação pelas classes sociais, nos conflitos de uso do solo, nas normativas a regerem o que deve estar onde e como, nas políticas habitacionais que induzem padrões de segregação socioespacial etc. Despolitiza-se a luta pelo “direito à cidade”. Cidade de extremos, Brasília exemplifica emblematicamente a manifestação desses conflitos e os eufemismos que os referem. (Aqui, “Brasília” é a “cidade real”, a metrópole cuja conurbação extrapola as fronteiras do Distrito Federal [doravante DF] e que, segundo os dados preliminares do Censo de 2010, beira 3.300.000 habitantes, o DF contribuindo com 2.570.160.) O tombamento da capital brasileira como Patrimônio Cultural da Humanidade oferece um recurso ideológico precioso pelo qual os conflitos de classe são mascarados: medidas de repressão a interesses populares são apresentadas como gestos necessários à “preservação do patrimônio”, à “manutenção da ordem”, ou até à “limpeza da cidade”. A “indisciplina do homem comum” (CERTEAU, 2000), que reinventa a apropriação dos espaços públicos ou insere novos padrões de uso do solo na cidade, é entendida como algo a “ferir o patrimônio”. Curiosamente (*ma non*

troppo), o que mais fere o patrimônio – as características essenciais da cidade – são medidas oficialmente respaldadas pelas normativas de uso do solo do governo local e pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

O texto discute a ação dos agentes modeladores do espaço urbano e exemplos de privatização do espaço público. Exemplos ilustram como as políticas públicas referentes à configuração e ao usufruto do espaço urbano de Brasília constituem uma postura elitista que diuturnamente vigiam a cidade para consolidá-la como privilégio de poucos. Aos interesses populares resta o entrenchamento em enclaves que circunstâncias variadas permitiram sobreviver – verdadeiras “fissuras” (CASTELLO, 2008) na ordem hegemônica: comércio informal em setores centrais da cidade, pousadas populares em importante avenida comercial, área remanescente de um acampamento de obras, edifícios sem pilotis ou elevadores ou garagens subterrâneas (assim desvalorizados pelos ricos) etc.

Esta comunicação relata pesquisa em andamento. Dados essenciais para a caracterização do problema só estarão disponíveis quando houver divulgação das informações mais desagregadas por setor censitário do Censo de 2010. Portanto, os casos ilustrados baseiam-se em informações menos sistemáticas e precisas, mas que oferecem, assim mesmo, um quadro eloquente da tese central do texto.

Antes, e para tentar cumprir a promessa do título, carece explicitar o marco teórico que informa o conceito de classes sociais.

CLASSES SOCIAIS

A questão das classes sociais é até hoje tema controverso nas ciências sociais. Lanço mão de duas fontes teóricas, na tentativa de chegar a uma síntese, pelo menos para uma discussão preliminar (outro não poderia ser o objetivo aqui).

Primeiro, retomo hipótese de trabalho exposta antes (HOLANDA, 2002). A partir de Giddens, classe social refere-se a um “conjunto de formas de estruturação baseadas em níveis compartilhados de capacidade de mercado” (GIDDENS, 1973, p. 192). Aquele autor propõe a existência de “três tipos de capacidades de mercado que normalmente são importantes (...): propriedade dos meios de produção; detenção de qualificações técnicas ou educacionais; e detenção de força de trabalho manual” (idem, p. 107). Isto estaria nas “bases de um sistema fundamentalmente de três classes na sociedade capitalista: uma classe ‘alta’, uma ‘média’ e uma classe ‘traba-

lhadora” (idem, *ibidem*). Para o grupo mais “baixo” Giddens usa alternadamente as expressões “classe trabalhadora” e “trabalhadores manuais” (visando clareza na discussão, utilizo apenas a última expressão) e qualifica seu trabalho como “frequentemente [envolvendo] cansativas e extenuantes condições de trabalho que danificam as mãos e as roupas” (idem, p. 182). Ele se refere à “classe média”, sem adjetivação complementar, como os “trabalhadores não manuais, não detentores de propriedade, ou de ‘colarinho branco’” (p. 177) cujas tarefas envolvem a “manipulação de materiais simbólicos” (p. 182). Quanto aos “proprietários dos meios de produção”, sugere uma divisão entre a burguesia e a “antiga classe média”, que caracteriza, seguindo a tradição marxista, como a “pequena burguesia” (p. 177). Aceito esta última diferenciação como uma diferenciação de classe, e assim adoto um sistema de quatro classes como minha hipótese de trabalho: trabalhadores manuais, classe média, pequena burguesia e burguesia. Elas perpassam todas

as categorias da divisão técnica do trabalho. Agora, o problema é a identificação empírica das classes em função das fontes de informação disponíveis no Brasil. Aqui entra a segunda fonte teórica.

Constituídos em rede nacional, colegas pesquisadores do Observatório das metrópoles, ao qual estamos filiados mediante o Núcleo Brasília - RIDE, partem das ocupações discriminadas nos censos demográficos de 1991 e 2000 e as agrupam em 24 categorias (LAGO & MAMMARELLA, 2010). A vantagem da taxonomia: há uma sintonia mais fina quanto ao espectro das ocupações; a desvantagem: embora quase sempre possamos deduzir a estratificação das classes sociais a partir das ocupações, às vezes encontramos numa mesma categoria da divisão técnica do trabalho (ocupações) distintas categorias da divisão social do trabalho (classes). Para fazer corresponder as duas taxonomias, foi feito o seguinte:

Na categoria dirigentes classificamos os grandes empregadores e os dirigentes do setor privado como grande burguesia, mesmo correndo o risco de, entre os dirigentes do setor privado, muitos deverem melhor ser classificados como classe média – embora com altos salários. Não parece problemático classificar os dirigentes do setor público como classe média – embora bem (ou muito bem...) aquinhoados. Os profissionais autônomos do nível superior foram classificados como classe média; na categoria de pequenos empregadores não parece haver controvérsia: são pequena burguesia. O trabalhadores (do terciário, do secundário e do terciário não especializado) foram classificados como trabalhadores manuais, exceto os prestadores de serviços especializados, classificados como classe média (correspondem melhor à definição adotada de “classe média” pois são trabalhadores “simbólicos”, mais que “manuais”). Também como trabalhadores manuais foram classificados os agricultores, embora alguns destes devam ser considerados como pequena burguesia – mas, pelas informações disponíveis, é impossível discriminá-los como tal dentre os agricultores em geral. Contudo, como temos a categoria pequenos empregadores, admitimos que essa “pequena burguesia rural” esteja contemplada aqui, e não entre os agricultores como trabalha-

Fig. 1 - Setor Comercial Sul

Fig. 2 - Setor Comercial Norte



Fonte: Google Earth Pro



Fonte: Google Earth Pro

dores manuais (p.ex., na Região Sul essa pequena burguesia rural é historicamente muito forte).

Com isso, desfaz-se a confusão do discurso comum, que usa o termo “classe” de maneira pouco rigorosa. Neste trabalho, “classe” é utilizada somente para “classe social”, categoria da divisão social do trabalho, no sentido de Giddens acima, com os desdobramentos propostos. Em vez de “classes de renda” (ou “classes” “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, como frequentemente vemos nos jornais), utilizo “faixas de renda”, a indicar o espectro dos poderes aquisitivos. E em vez de “classes profissionais” (p.ex., no discurso social encontramos expressões como a “classe dos arquitetos”), utilizo “ocupações”, a indicar categorias da divisão técnica do trabalho.

Essa precisão é necessária embora seja utilizada de forma limitada no estágio atual da pesquisa. É antes um *trailer* do que virá a ser o trabalho numa fase seguinte. Por enquanto, o raciocínio ater-se-á mais às faixas de renda e menos às classes e ocupações, embora estas compareçam secundariamente. Seguem-se exemplos que ilustram os argumentos.

DO MODERNO AO HIPERMODERNO

Na área central de Brasília há dois “setores comerciais”. O primeiro – o Setor Comercial Sul (SCS) – teve sua implantação iniciada nos alvares da Capital. O segundo – o Setor Comercial Norte (SCN) – é bem mais tardio, seus prédios começam a surgir em finais dos anos 1980. Distinguem-se fortemente pela configuração e pela apropriação do espaço público. As vistas aéreas (Fig. 1 e 2) mostram várias diferenças morfológicas: volumes construídos maiores em planta, no Sul, menores, no Norte; muito mais superfície destinada a estacionamentos, no Norte; parca definição de quarteirões no Norte, contribuindo para um sistema esgarçado de espaços abertos, descontínuos, para onde nada se abre, mormente quando consideramos que as atividades aqui são introvertidas e proliferam *shopping malls* – os espaços abertos resultantes são definidos pelas paredes cegas de seus perímetros.

As resultantes ambiências não podiam ser mais contrastantes (Fig. 3 e 4). No Sul, a configuração do lugar implica a definição de fluxos claros e intensos



de pedestres, ademais protegidos por galerias, inexistentes no Norte. No Sul, os trabalhadores manuais, enquanto biscoiteiros e comerciantes informais têm vez no espaço público. Não no Norte. No Sul, as “forças da ordem” precisam estar em permanente “estado de alerta” contra a proliferação dessas atividades (há recorrente repressão). No norte, o urbanismo poupa o seu trabalho. Neste último, os trabalhadores manuais são limitados à demanda das firmas localizadas nos espaços internos. O espaço externo é o das classes média e burguesas que aqui chegam de carro e param nos generosos parques de estacionamento ou nas generalizadas garagens subterrâneas – há poucas no Sul. Neste, a menor disponibilidade de estacionamento para o veículo particular é uma qualidade do lugar – a acessibilidade é maior mediante o transporte pú-

Fig. 3 - Setor Comercial Sul. Notem o comércio informal

Fig. 4 - Setor Comercial Norte. O urbanismo desértico hipermoderno

blico, o que também está relacionado com a clientela. Contudo, a qualidade é lida como “problema” a ser enfrentado pela construção de garagens subterrâneas sob o espaço livre. Vez por outra o fantasma das garagens ressurgiu, até hoje felizmente não implantadas. Se o forem, lamentavelmente reforçarão a tradicional política de incentivo ao uso do carro particular em detrimento do transporte público. A circulação das vias do entorno será enormemente agravada, elas que já não dão conta do tráfego atual. O hipermoderno Setor Comercial Norte agrava o que o urbanismo moderno tinha de pior. (A literatura especializada usa “hipermoderno” com diferente conotação. Aqui é simplesmente um termo a designar a exacerbação de atributos que já estavam presentes no urbanismo moderno, como no SCS, e que foram levados a extremos no SCN.)

LIMPEZA, ORGANIZAÇÃO, BELEZA

O combate à apropriação popular dos espaços públicos, particularmente nas áreas centrais do Plano Piloto de Brasília, é quase uma obsessão para os dirigentes locais – e para a imprensa, que lhes dá entusiasmado respaldo. Três exemplos são emblemáticos: a remoção do comércio informal da Plataforma Rodoviária, cujos espaços foram reconquistados para estaciona-



Fig. 5 - Situação da Plataforma antes da remoção dos camelôs



Fig. 6 - “Shopping popular” para onde os camelôs foram removidos

mento de carros; a repressão à atividade informal na Esplanada dos Ministérios, que atende a demanda das faixas de renda mais baixas, mormente dos trabalhadores manuais que aqui chegam por ônibus ou a pé a partir da Plataforma Rodoviária; a repressão aos feirantes da Torre de TV, cujas barracas, depois de cerca de quarenta anos de existência no local, foram recentemente removidas para uma área vizinha, em condições de localização distintas (e piores). A seguir, resumo os dois primeiros exemplos, já discutidos noutras oportunidades (HOLANDA, 2009, HOLANDA & TENORIO, 2010, TENORIO & HOLANDA, 2010). Depois, trato do terceiro.

Se é no centro da cidade que a urbanidade deve, por excelência, dispor de condições para se manifestar, aqui em Brasília é a Plataforma Rodoviária que reúne os melhores prerequisites para tal. Por ela passam diariamente as milhares de pessoas que, apesar do alto índice de utilização do carro particular no DF, ainda usam o transporte coletivo (mais da metade das viagens são feitas neste modo). Anos depois de projetada, a ambiência da Plataforma surpreendeu Lucio Costa. Em visita à cidade (1984), ele observa:

Então eu senti esse movimento, essa vida intensa dos verdadeiros brasilienses, esse milhão que vive fora e converge para a Rodoviária. Ali é a casa deles, é o lugar onde se sentem à vontade. Eles protelam, até, a volta para a cidade satélite e ficam ali, bebendo. Eu fiquei surpreso com a boa disposição daquelas caras saudáveis. E o *shopping center*, então, fica funcionando até meia noite... Isso tudo é muito diferente do que eu tinha imaginado para esse centro urbano, como um centro requintado, igual a *Champs Élysées* ou *Piccadilly Circus*, uma coisa mais cosmopolita. Mas não é. Quem tomou conta dele foram esses brasileiros legítimos que construíram a cidade e estão instalados ali legitimamente. É o Brasil... E eu fiquei orgulhoso disso, fiquei satisfeito. É isso. Eles estão com a razão, eu é que estava errado. Eles tomaram conta daquilo que não foi concebido para eles. Foi uma Bastilha. (COSTA, 1985, 1995.)

A “Bastilha” de Lucio Costa foi a substituição das elites (e o respectivo “cosmopolitismo” das classes média e burguesas) pelos trabalhadores manuais biscateiros e pelas faixas de renda que utilizam o transporte coletivo. O autor do Plano Piloto teve a sensibilidade, também demonstrada noutras oportunidades, de encantar-se com a substituição.

Infelizmente, os poderes locais não tiveram a mesma sensibilidade. Ao longo dos anos, a grande concentração de pessoas no local e os amplos espaços da Plataforma Rodoviária naturalmente atraíram o comércio informal. Até 2008, grande quantidade de camelôs ocupava parte das calçadas e dos estaciona-

Fonte: Gabriela Tenorio



Fig. 7 - Visão panorâmica da Esplanada, ao longo dos blocos ministeriais

mentos (Fig. 5). Em maio de 2009, eles foram removidos para um “shopping popular” (contradição em termos...) localizado a seis quilômetros de distância, na extremidade oeste do Eixo Monumental, vizinho à Estação Rodoferroviária e... em meio ao nada (Fig. 6). Em novembro de 2010, dos 1.784 boxes, cerca de 600 estavam funcionando (CORREIO BRAZILIENSE, 2010). Mais: como era de se esperar, outras classes sociais – pequenos ou grandes burgueses – tomaram conta do local: irregularmente, muitos adquiriram as concessões antes feitas aos trabalhadores manuais dedicados ao comércio ambulante, por valores que variam entre R\$ 6.000,0 e R\$ 80.000,00 (idem).

Não tendo condições para desenvolver seu comércio no ermo, acessível exclusivamente por carros, não surpreende que uma “novíssima Bastilha” esteja acontecendo. O comércio de rua volta a fazer-se presente na Plataforma Rodoviária, embora em menor intensidade e de maneira precária. Os vendedores sabem-se “infratores” (pois “seu lugar” é no tal “shopping”) e expõem seus produtos em caixas de papelão que podem facilmente transportar de um lado a outro, em função dos agentes da fiscalização. A situação resulta num ambiente ainda mais sujo (pelas caixas de papelão jogadas na rua durante a fuga), feio (pelas bancas improvisadas) e tenso (pela repressão).

O episódio ilustra os aspectos: o controle do uso do espaço público e a continuada produção de configurações antiurbanas. O primeiro aspecto visa privilegiar as elites, pela reconquista de espaços centrais para seus carros. Também, reproduz os valores pelos quais o espaço público: quando não utilizado para estacionar, deve ser essencialmente expressivo – ser visto, não ocupado (HOLANDA, 2002). O segundo aspecto realiza mais uma vez a versão por excelência da “paisagem de objetos” do urbanismo moderno: a cidade (cidade?...) é composta por edifícios soltos no terreno, separados por vastas porções de terras de ninguém. O “shopping popular” está em meio

ao nada e é acessível somente por carro. A evolução do espaço de Brasília torna-se, nisto, cada vez mais “moderna” – ou hipermoderna: perde-se a ambiguidade (pelo menos) dos espaços compostos por Lucio Costa que, mesmo modernos no que diz respeito aos edifícios soltos, constituem lugares claros – como a Esplanada dos Ministérios e a Praça dos Três Poderes (HOLANDA, 2010). É a repetição, radicalizada, da solução morfológica do Setor Comercial Norte.

O segundo exemplo trata da Esplanada dos Ministérios. Salvo engano, passa despercebido na literatura que o lugar é mais um exemplo da heterodoxia de Lucio Costa em relação ao urbanismo moderno (outros estão em HOLANDA, 2010). Não só o espaço aberto é configurado pelos volumes edificadas, como sua proposta é menos formal que a realidade atual. Costa não a imaginou como lugar exclusivo para a burocracia governamental. Havia um edifício baixo que conectava os blocos ministeriais entre si, destinados a atividades complementares – serviços de apoio aos usuários do local. Ele é percebido nos desenhos originais do projeto (COSTA, 1995, p. 287). Não tendo sido edificado, novamente entrou em cena a “indisciplina do homem comum” de Certeau (2000). Quiosques foram construídos, a abrigarem pequenos restaurantes, lanchonetes, papelarias, lotéricas etc. Uma demanda por serviços não satisfeita formalmente faz surgir atividades informais, que por sua vez atraem pessoas, que chamam novas atividades – círculo virtuoso da urbanidade. Surpreende a quantidade de pedestres que circulam no local, principalmente no intervalo do almoço (também nas outras horas, embora em menor quantidade). A panorâmica da Fig. 7 ilustra a apropriação do lugar.

Não tardou que a imprensa criticasse o fato – feroz guardião dos supostos valores patrimoniais da Capital. Em março de 2010, um mês antes de Brasília completar cinquenta anos, ela chama o lugar de “Esplanada dos camelôs” e “denuncia” a existência de vendedores ambulantes na Esplanada dos Mi-

nistérios: “o comércio irregular altera a paisagem da Esplanada, representa uma agressão ao tombamento da capital e interfere na escala monumental idealizada pelo urbanista Lucio Costa” (Correio Braziliense, 03.03.2010).

Nada autoriza a assertiva. A forte paisagem do lugar, que mede 2.000 m de comprimento por 310 m de largura, não é alterada por pequenos quiosques que, ademais, não estão no gramado central, mas nas (pouco visíveis) franjas do lugar. E se, limitadamente, há alterações nestas franjas, ela é para melhor. As atividades constituem a vida construída nas calçadas. As pessoas aglomeram-se em torno das bancas antes do início do expediente para tomar algo à guisa de café da manhã, cumprimentam-se, conversam. No meio da manhã ou no meio da tarde circulam entre as bancas para comprar um lanche e não raro voltam para o trabalho levando sacolas com frutas, biscoi-

tos, sanduíches, guloseimas. Aproveitando a hora de almoço, engraxam sapatos enquanto colegas lhes fazem companhia tomando sorvete à sombra de uma árvore. Vão à lotérica ou à banca de revistas (únicas atividades localizadas em quiosques fixos), compram baterias, capas para celular, bijuterias. Voltam para os ministérios caminhando vagarosamente, ainda bebendo algo e trazendo nas mãos panfletos que propagandeiam bens, eventos, serviços.

Em vez de inspirar-se na iniciativa e fortalecer o uso de local tão emblemático, não. A onda de repressão mais recente fez reduzir o número de ambulantes em cerca de 30% entre março e setembro de 2010. A repressão implica que os serviços antes disponíveis no local sejam buscados noutras áreas e que se perca a oportunidade de criar aqui lugares mais complexos, como *Champs Élysées* (Paris) ou o “*Mall dos ingleses*”, explicitamente citados por Lucio Costa como referências importantes para o projeto de Brasília. Incorporar novos usos à Esplanada dos Ministérios significa enriquecer física e socialmente o lugar. Fisicamente, na medida em que uma microescala de desenho soma-se à escala monumental. Socialmente, porque as atividades complementares (e necessárias) comentadas significam uma ambiência urbana mais amigável para com o usuário, funcionário ou não. É urgente entender, sem preconceitos, o que ocorre hoje no lugar, e rever com atenção os pressupostos do próprio projeto, que prevê as atividades que hoje inexistem formalmente e que a “indisciplina” do “homem comum” (CERTEAU, 2000) trouxe para o lugar.

O terceiro exemplo diz respeito aos feirantes do sopé da Torre de TV. A “feirinha da torre” existia há 43 anos. Começou a ser removida para uma área vizinha no final de junho (2011). Atraída inicialmente pelo fluxo de turistas que visavam o mirante da Torre, houve, como sempre, um efeito bola-de-neve pelo qual mais pessoas atraíram mais atividades que atraíram mais pessoas... Muitos afirmavam que iam à Torre nos fins de semana para o “encontro pelo encontro”, não pelo mirante, ou para comer (havia



Fonte: Google Earth Pro

Fig. 8 - Antiga localização da Feira da Torre de TV (acima, à esquerda). A Plataforma Rodoviária está abaixo, à direita



Fonte: Google Earth Pro

Fig. 9 - Vista dos quiosques antigos, no sopé da Torre de TV



Fig. 10 - Vistas da Feira da Torre antes da remoção



muitas barracas de comidas típicas das várias regiões brasileiras), ou para comprar artesanato. Novamente, para o IPHAN, a feira da Torre “feria o tombamento”. Não se explicita como ou por quê. Desprezam-se as novas diretrizes consensuais de que o patrimônio imaterial – como a feira o era, e dos mais importantes do DF – deve ser tão atentamente tratado como o patrimônio material (Figs. 8-10).

Decerto a qualidade dos espaços atuais não era boa, tampouco sua organização no lugar. Mas o que se propôs não é seu redesenho ou sua reordenação, mas sua remoção – palavrinha onipresente no discurso sobre as medidas urbanísticas da Capital. Eles foram para um sítio detrás da colina da Torre, onde 1) condições de acessibilidade são precárias, fazendo o percurso a partir da Rodoviária do Plano mais longo, desconfortável e perigoso, próximo às movimentadas faixas de rolamento do Eixo Monumental; 2) não há as privilegiadas vistas para o Eixo Monumental a leste, o principal cartão postal de Brasília; 3) o clima não é privilegiado pelas agradáveis brisas provenientes do nascente, que banham a colina onde está a Torre; 4) há uma ruptura de acessibilidade entre a feira e o elevador do mirante, dificultando a sinergia entre as duas atividades (há mais de oito metros de desnível entre os dois locais; escadas rolantes estão prometidas, a ver se sairão do papel) (Fig. 11). É o *remake* do mesmo filme – as atividades eram levadas a efeito pelas classes populares: trabalhadores manuais que comercializam, preparam, vendem artigos de artesanato ou comidas regionais. Enquete que realizamos com os feirantes revelou que 100% deles eram moradores das cidades satélites de Brasília, e isso pode já estar mudando, num fenômeno semelhante ao que sucedeu com o “shopping popular”. Há relatos de uma nova configuração social depois da remoção, com inclusão de comerciantes que não estavam cadastrados como artesãos (AFTTV, 2011).

Por outro lado, e como aconteceu com os camelôs na Plataforma Rodoviária, comerciantes informais



estão de volta ao antigo sítio – ou sequer deixaram de frequentá-lo (Fig. 12). Talvez duas feiras passem a conviver em sítios vizinhos: uma mais “popular”, sujeita à repressão e recorrente desmonte, que não abandona o sopé da Torre de TV e usufrui as vantagens do antigo sítio listadas acima, e a “chique”, na nova localização. Uma próxima enquete nos dois lugares testará essa hipótese.

A mesma visão de cidade – e da Capital brasileira – informa os três episódios comentados: tudo que ameace o usufruto exclusivo dos espaços centrais de Brasília por parte das classes média e burguesas é taxado de “sujo”, “desordenado”, “feio”. Não mitifiquemos a sabedoria do “homem comum”: apenas por virem dele, as soluções não são necessariamente as melhores do mundo. Mas não é sua qualidade que

Fig. 11 - A nova localização da Feira da Torre de TV, a oeste e a cerca de oito metros abaixo do sopé da Torre

Fig. 12 - A permanência do comercial informal na antiga localização, após a remoção. Comparem os cenários desta figura com aquele da Fig. 11

está em causa em Brasília, é sua existência. Eles – e suas iniciativas – estão no lugar errado. Simplesmente porque são visíveis. Tampouco mitifiquemos a ideologia das classes média e burguesa. Ela consiste em valores e em um estilo de vida. Em outras cidades, valores e estilo reproduzem-se nos lugares exclusivos onde (quase só) o Mesmo é encontrado – o Outro é pouco ou residualmente detectável nos condomínios fechados da Barra da Tijuca ou em seus *shopping centers*. Mas sejamos justos: não é simplesmente uma “visão de classe média ou burguesa” que preside o olhar sobre Brasília: é sua versão mais perversa. É a versão mais perversa que abomina a mistura de classes no espaço público. Por que aqui? Por que noutras cidades, se há a Barra, há também a Cinelândia e seu espaço público vivo até alta madrugada, ou Copacabana, ou até Ipanema? Somente trabalhadores manuais? Claro que não. Nesses lugares, por uma série de circunstâncias históricas, que se traduzem em socioespaciais, há um embaralhamento das classes sociais que, se não impede, minimiza o estranhamento do Outro. Nessas cidades, o ódio de classe não se manifesta com a intensidade que se dá em Brasília. A Capital surge como cidade-classe-média, à imagem e semelhança da burocracia do estado. Até hoje, cinquenta anos depois de inaugurada, ela continua única. É tão peculiar que sequer se aproxima de outras realidades metropolitanas brasileiras: Ribeiro & Ribeiro (2010) classificam-na numa categoria à parte – a “2”, onde só ela está – dentre os cinco grupos em que classificam as metrópoles do Brasil. É uma cidade de ser-

viços – 59,7% das atividades econômicas, quando, nas demais, o máximo que temos é 43,6%. Por outro lado, 8,7% são atividades industriais, quando, nos outros grupos, o mínimo que temos é 27,9%. Quando juntamos isto com a configuração edilícia-urbana do Plano Piloto e adjacências (como as regiões dos “nobres” Lago Sul e Lago Norte), que não são acessíveis a faixas de renda baixa, é fácil deduzir que, no filé-mignon da metrópole, estão apenas os mais altos estratos da classe média. Levantamento preliminar a ser confirmado por maior elaboração das informações do Censo de 2010 sugere que as classes burguesas localizam-se proporcionalmente mais no complexo urbano praticamente contínuo das cidades satélites de Taguatinga, Ceilândia e Samambaia, (964.666 habitantes, pelo Censo de 2010) que no Plano Piloto (HOLANDA, 2002, IBGE, 2011). Por isso, qualquer manifestação contrária ao seu estilo de vida salta à vista aqui mais que em qualquer outro lugar. Daí a reação desproporcional, comparativamente a outros lugares. Daí o ódio de classe em pureza cristalina.

A IRÔNICA UTOPIA SOCIOESPACIAL

Algumas das mais preciosas lições urbanísticas da história surgem de circunstâncias imprevistas. É o caso da Vila Planalto, em Brasília (análise mais ampla está em HOLANDA, 2010) (Fig. 13). A Vila, a 1.500 m da Praça dos Três Poderes e a 3.900 m do Centro Co-

Fig. 13 - A Vila Planalto (canto superior direito) e a privilegiada localização ante a Praça dos Três Poderes (centro) e a Esplanada dos Ministérios



mercial e de Serviços, renda média de R\$ 1.920,00, data do início da construção da cidade. Tem origem em acampamentos de empreiteiras, edificados para abrigar donos, gerentes, arquitetos, engenheiros, técnicos, operários. É lugar de grande variedade de lotes, casas, quarteirões e espaços públicos (Fig. 14). O tamanho médio dos terrenos é muito pequeno: 143m² (46% tem menos de 100m²), quase a impedir arborização dentro do lote. Ruas e calçadas variam em dimensões – algumas vielas mal permitem a passagem de veículos.

Apesar da privilegiada localização, apresenta um perfil de faixas de renda parecido com o do DF – nisto, é quase um microcosmo da metrópole. Vejam os dados do Censo de 2000 (a serem logo que possível atualizados com os de 2010): na Vila, há um pouco menos de ricos (Vila = 10,4%, DF = 11,9%), estratos médios são menores (Vila = 49,8%, DF = 57%), há mais pobres (Vila = 39,7%, DF = 32,5%) (comparem o perfil de renda da Vila com os da região mais rica do DF – o Lago Sul – e da região mais pobre – o Recanto das Emas [Fig. 15]). As melhores casas permitem adaptações que correspondem a expectativas da classe média. Há espaço dentro do terreno para a construção de garagens e as ruas têm facilidade para o estacionamento das visitas. Contudo, são minoria. A maior parte da arquitetura não agrada à classe média, menos ainda às burguesas. Mais de quatro décadas depois de inaugurada a cidade, forças de mercado não foram capazes de expulsar moradores de baixo poder aquisitivo, pelo contrário: trabalhadores manuais continuam a adquirir residências e se mudar para o local, como catadores de lixo que habitavam barracos armados no cerrado, próximos ao Palácio do Planalto, e que, dada a expansão do poder aquisitivo dos últimos anos, compram seu espaço na Vila (ver reportagem “A classe ‘C’ mora ao lado”, Folha de São Paulo, 12.12.2010). Portanto, a elitização parece estar chegando a um limite, imposto pela arquitetura e pela dificuldade, por força de lei, de mudar suas características fundamentais (está dentro do perímetro tombado). A arquitetura como variável independente fala mais alto.

A Vila é o contraponto utópico ao mito de igualdade expresso por Lucio Costa para as superquadras. Sua grande diversidade espacial implica grande diversidade social. Se o espaço urbano é um “recurso cultural” a contribuir para “re-unir o que a sociedade separou” (PEPONIS, 1992), esse bairro é exemplo paradigmático. Para Lucio Costa, entretanto, uma eventual expansão da Vila nos moldes atuais “interferiria de forma não apenas inadequada, mas desastrosa com a escala monumental tão próxima” (COSTA, 1987). Visando impedi-lo, ele propõe um renque de



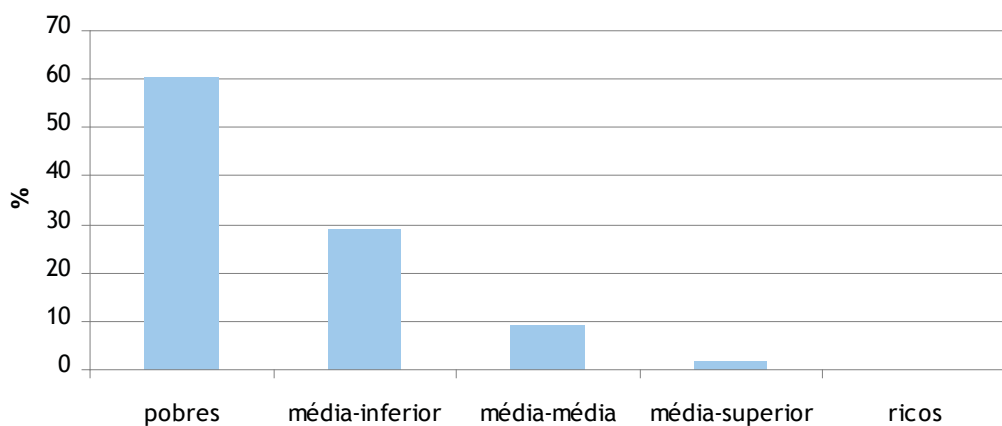
Fig. 14 - Duas ruas da Vila Planalto, a exemplificarem a variedade edilícia-urbana

sete superquadras para “barrar de fato a gradual expansão de parcelamento em lotes individuais” (idem) na direção do Palácio da Alvorada. Curiosamente, sua proposta é menos compatível com a “escala bucólica”, onde a Vila está, que a configuração atual. Contudo, o apego a “um determinado conceito urbanístico” (superquadras, em vez de parcelamento em lotes individuais) sobressai à escala do entorno. Para amenizá-lo, ele propõe camuflar as novas quadras e a Vila com densos enquadramentos arborizados.

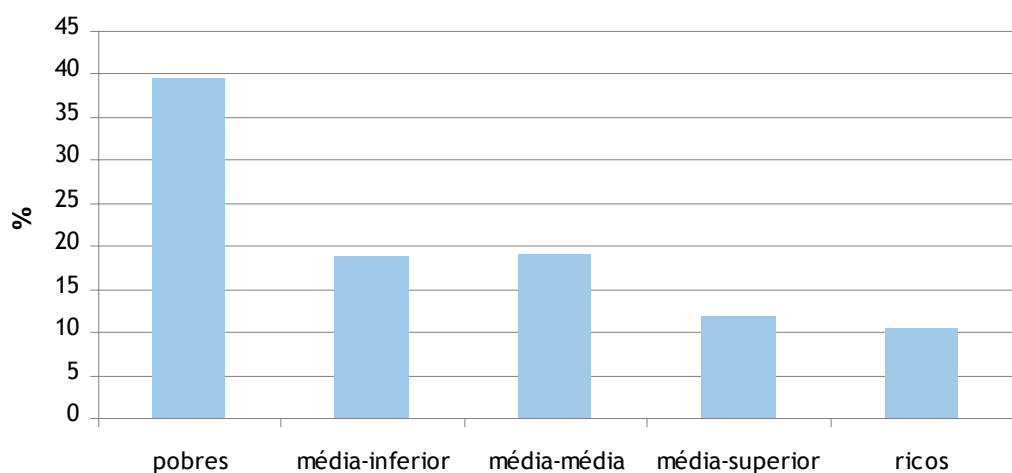
Decerto o arquiteto ignorava o fascinante desempenho sociológico do bairro em sua feição original, a facultar a presença de diferentes faixas de renda. Se o soubesse – alma sensível e generosa revelada em muitas oportunidades – talvez sua opinião fosse diversa. As superquadras propostas implicariam um perfil de renda similar ao de outras superquadras do Plano, não ao de um microcosmo da metrópole, como a Vila é hoje.

A reportagem citada é indício da presença contínua de trabalhadores manuais entre os moradores da vila, a assinalarem um perfil de classe – não apenas

Recanto das Emas



Vila Planalto



Lago Sul

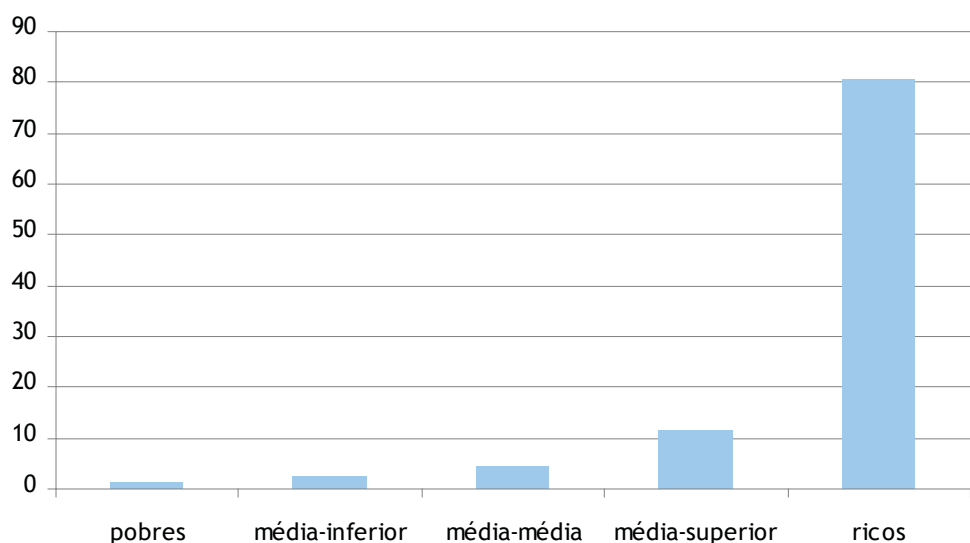


Fig. 15 - Faixas de renda da região mais pobre do DF, o Recanto das Emas, da Vila Planalto e da região mais rica, o Lago Sul.

de renda – marcadamente distinto das demais áreas de Brasília, a primarem pela homogeneidade, seja das classes média ou burguesas, seja dos trabalhadores manuais. Daí ser uma das “fissuras” urbanas atravessadas na garganta de governantes locais e de (muitos) colegas arquitetos, que vêem na Vila uma “dissonância”, um espaço não “esteticamente qualificado” – portanto a desmerecer o rótulo de Arquitetura ou Urbanismo (com maiúsculas) – contudo algo “infelizmente” irreversível. Novamente, são atributos de uma visão de elite sobre a paisagem da área central da Capital – o Plano Piloto e sua vizinhança imediata – a ser ocupada apenas pelos tipos edilícios originalmente propostos para a cidade e inacessíveis à grande maioria da população metropolitana. Pela visão, Brasília há que permanecer adequada a um pressuposto futuro quando “todo mundo virar, pelo menos, classe média” (COSTA, 1995, p. 320). Quem não o for, que permaneça longe da vista.

CONCLUSÃO

O texto é a exposição de indícios do que procurarei demonstrar a partir de novas informações, quando os resultados do Censo de 2010 estiverem disponíveis. Igualmente, resta aplicar procedimentos computacionais aos resultados dos censos anteriores, e do de 2010, que permitirão “traduzir” as categorias ocupacionais da metrópole brasileira para as classes sociais, como definidas na introdução. Teremos uma “sintonia fina” da composição de classes da metrópole e das áreas que melhor exemplificam a segregação socioespacial.

O ponto de partida do texto foi a despolitização verificada nas

últimas eleições. Motivaram-me também as surpreendentes manifestações de ódio de classe explícito, embora mascaradas por repulsas (legítimas) à corrupção, aparelhamento do estado etc., que ocorreram em embates cibernéticos - sim, muito mais que os problemas apontados estava em causa. O mascaramento do ódio de classe manifesta-se, em campanhas eleitorais, de um jeito. Na arquitetura e no urbanismo, de outro. Aqui, os discursos mitificadores apelam para “sujeira”, “feiura”, “desordem”. Ignoram que a arquitetura constrói-se à imagem e semelhança da sociedade que a produz e projetam sobre ela critérios de avaliação de uma visão específica de mundo – a sua visão de classe. Evidentemente, a arquitetura produzida ou apropriada por famílias pobres não é a melhor do mundo. Mas é hipocrisia desautorizar as ruas ou edifícios precários da Vila Planalto naquele lugar em que estão, pois sabem que, eventualmente removidos dali, eles não produzirão arquitetura melhor em outros lugares. Nestes outros, contudo, o deplorável é tacitamente aceito como inevitável em função da “injustiça social” reinante etc. etc. Não na Vila...

Entretanto, a simultaneidade de classes sociais diversas no espaço público é tendência em muitas cidades ao redor do planeta, particularmente no resgate de áreas urbanas centrais antes desertificadas e deterioradas. Nessas condições, e a exemplo do que foi comentado em relação ao atual modelo econômico brasileiro, todos ganham. As classes média e burguesas não louvam necessária ou explicitamente a importância sociológica e política da copresença com a alteridade – os trabalhadores manuais – mas percebem que esta cidade mista é mais estimulante e rica no leque variado de opções que oferece.

Infelizmente, não (ainda?) em Brasília. Aqui, à alteridade é reservado o espaço das pequenas “fissuras”. Cabe parafrasear o marqueteiro de Bill Clinton durante sua campanha presidencial, quando fustigava os opositores ao diagnosticar o que estava realmente em causa: “é a economia, estúpido!” Em Brasília, pois, “é a luta de classes, estúpido!”

BIBLIOGRAFIA

AFTTV. *Nota dos Artesãos da Feira da Torre de TV* (<http://brasiliaemoff.blogspot.com/2011/05/nota-dos-artesaos-da-feira-da-torre-de.html>, acesso em 10.08.2011).

CASTELO, Luís Filipe Montenegro. *Fissuras urbanas*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-

graduação em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília. Brasília: s.n., 2008.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* – vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2000.

COSTA, Lucio. “Brasília 57-85 (do plano-piloto ao Plano Piloto)”. Brasília: Governo do Distrito Federal, Convênio SVO/DAU - Terracap/DITEC, 1985, p. 66.

COSTA, Lucio. *Lucio Costa: registro de uma vivência*. Empresa das Artes, São Paulo, 1995.

GIDDENS, Anthony. *The class structure of the advanced societies*. London: Hutchinson of London, 1973.

HOLANDA, Frederico de, TENORIO, Gabriela. “Brasília: informalidad en los intersticios del orden dominante”. *X Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* – Anais em CD-ROM. Santiago, Chile, 3, 4 y 5 De Noviembre de 2010.

HOLANDA, Frederico de. “Belo e ordenado”: para quem, cara-pálida? *IV PROJETAR 2009 – Projeto como investigação: antologia* (CD-ROM). São Paulo: Editora Alter Market, 2009.

HOLANDA, Frederico de. *O espaço de exceção*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

LAGO, Luciana Corrêa do, Mammarella, Rosetta. “Da hierarquia de classes à organização social do espaço intraurbano: um olhar comparativo sobre as grandes metrópoles brasileiras”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 65-84, jan/jun 2010.

NUNES, Brasilmar Ferreira. “A lógica social do espaço”. In PAVIANI, Aldo, GOUVÊA, Luiz Alberto de (orgs.). *Brasília: Controvérsias Ambientais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003, p. 76-102.

PEPONIS, John. “Espaço, Cultura e Desenho Urbano”. *Arquitetura e Urbanismo*, ano 8, n. 41, abr-mai 1992, p. 78-83.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz, RIBEIRO, Marcelo Gomes. “Metropolização e as estruturas produtivas: convergências e divergências espaço-temporais”. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 12, n. 24.

TENORIO, Gabriela, HOLANDA, Frederico de. “Brasília: Monumental y secular”. *X Congreso Internacional de Rehabilitación del Patrimonio Arquitectónico y Edificación* – Anais em CD-ROM. Santiago, Chile, 3, 4 y 5 De Noviembre de 2010. ■



Agostino Petrillo

Turismo cultural e grandes eventos

reflexões sobre o caso genovês

INTRODUÇÃO: UM POUCO DE TEORIA

Esse trabalho nasce de uma reflexão sobre Grandes Eventos e sua relação com o desenvolvimento urbano que o autor tem realizado nos últimos anos, uma reflexão que é aqui aprofundada na perspectiva específica do impacto econômico e social das iniciativas para promover o turismo cultural na cidade.

Naturalmente, há uma série de dificuldades para aqueles que se aventuram em um caminho como esse: a questão do turismo cultural e, em um nível mais geral, a do turismo urbano se cruzam apenas parcialmente na questão dos Grandes Eventos, e representam áreas distintas de pesquisa. Há também um intrincado debate epistemológico e metodológico sobre o conceito de turismo, as motivações dos turistas e a evolução histórica das formas de “experiência turística”, que em sua complexidade não serão abordados aqui.¹Essas são razões pelas quais poderá haver lacunas nas páginas seguintes ou considerações bem conhecidas por especialistas que dominam melhor os temas das áreas específicas mencionadas anteriormente. *Barbarus hic ego sum.*

Meu objetivo ao esboçar esse artigo era principalmente o de verificar alguns pressupostos teóricos mais próximos dos meus interesses, desafiando a questão

¹ Para uma abordagem clássica ver H.J. Knebel, *Soziologische Strukturwandlungen in modernen Tourismus*, Enke, Stuttgart 1960, ma cfr. também E. Cohen, *Who is a Tourist? A Conceptual Clarification*, em “Sociology Review”, n.22, 1974, pp.527-533. Uma resenha ampla e mais atualizada em H. Hahn, H. Jürgen Kagelmann (Hrsg.), *Tourismuspsychologie und Tourismussoziologie. Ein Handbuch zur Tourismuswissenschaft*, Verlag Quintessenz, München 1993, ma cfr. E também para uma história sobre o desenvolvimento da ciência do turismo, H. Spode, *Geschichte der Tourismuswissenschaft* em G. Haedrich, (Hrsg.), *Tourismusmanagement. Tourismusmarketing und Fremdenverkehrsplanung*, De Gruyter, Berlin 1998.

Agostino Petrillo

é professor de Sociologia Urbana e Sociologia Geral da Politécnico di Milano - Facoltà di Architettura.

agostino.petrillo@polimi.it

Tradução: Marianna Olinger
Trabalho apresentado na Conferência sobre Turismo Sustentável Amantea 13-14 setembro de 2008. Publicado originalmente em Romita T., Savelli A., Ruzza C., Nocifora E., Pieroni O., Ercole E., (a cura di), *Atti del III Convegno Nazionale “Turismo Sostenibile ieri oggi e domani”*, Pronovis, Cosenza 2009, pp.194-200.

específica do turismo genovês cultural como fator de desenvolvimento, sobretudo a partir de uma leitura de seu entrelaçamento mais ou menos bem sucedido com as indústrias criativas locais (supostamente existentes).

Nesse sentido, em vez de fazer uma avaliação da evolução do sector do turismo cultural em Gênova nos últimos 15 anos, cuja análise eu deixo para os estudiosos mais versados na área, proponho utilizar o caso de Gênova para iniciar um balanço preliminar do seu impacto em termos econômicos e sociais em uma cidade que busca, por anos, um renascimento e uma nova identidade, consciente das dificuldades relacionadas a qualquer tipo de avaliação de turismo urbano e cultural, destacadas em inúmeros estudos.²

Em estudos urbanos, é importante ressaltar, com frequência crescente tem sido discutida a importância da cultura e das indústrias criativas para o desenvolvimento da cidade pós-fordista e para o surgimento de economias serviço capazes de promover o aumento da ocupação.³ Se há uma literatura de longa data sobre o turismo urbano⁴, ou nos últimos tempos tem sido enfatizada a economia simbólica, as estratégias de marketing, o retorno da centralidade urbana e da produção de conhecimento e cultura como fatores determinantes do renascimento dos antigos centros urbanos.⁵

Trata-se de uma oportunidade não indiferente à realidade, já que há muitos casos de cidades que passaram por períodos de crise, com sinais de decréscimo e declínio urbano, e que, por meio do turismo, esperam alcançar um novo horizonte. Isto é especialmente verdadeiro para as cidades de “industrialização antiga”, severamente afetadas pelas transformações produtivas que atravessaram os países desenvolvidos nas décadas de oitenta e noventa. Elas agora buscam um novo posicionamento, voltando a nutrir esperanças de um renascimento, mesmo no contexto mais

geral de um auge do retorno da cidade que os sociólogos alemães atribuíram a uma “re-urbanização de produção”.⁶

De fato, com o desaparecimento parcial de indústrias de manufatura e as crises periódicas das finanças locais, a cultura tornou-se o verdadeiro negócio da cidade, sendo em alguns casos a atratividade turística o principal aspecto de sua capacidade de competir internacionalmente. Como foi observado por Sharon Zukin, o crescimento do consumo cultural e das indústrias a ele relacionadas alimenta a economia simbólica das cidades, tornando visível sua capacidade de produzir símbolos e espaços.⁷ Essas reflexões estão ligadas à produção material da cidade e à onda de renovação urbana, que afeta tanto os velhos centros quanto as áreas desocupadas pelo desaparecimento de atividades industriais, buscando a revalorização dos espaços.

Mesmo no nível das novas relações que se vão tecendo entre cidades na época da globalização, os aspectos culturais e as economias criativas levam a uma progressiva diferenciação e especialização de lugares diferentes. Segundo o geógrafo Scott Allen, existem cidades-chave na produção cultural em escala global, que ele chama de “*master hubs*”. A cultura torna-se assim um elemento de diferenciação na rede transnacional de cidades, uma vez que as qualidades específicas do lugar permitem que este se sobressaia na competição sempre mais acirrada entre as cidades. Cria-se um círculo virtuoso entre as características específicas da “urbanidade” de uma determinada cidade e o papel que esta pode desempenhar em um nível global.

Há ainda, contudo, muita confusão sobre a questão do turismo urbano e suas progressivas conexões com a estratégia dos Grandes Eventos, confusões que foram muito bem sintetizadas por Allen Scott, quando ressaltou que foi como se um deslizasse tivesse ocorrido no que foi o primeiro conceito, pouco lapidado, de turismo urbano em si.⁸ De acordo com Scott, já

² Cfr. p. es. G. Cazes, Fr. Potier (sous la dir.), *Le tourisme et la ville : expériences européennes*, L'Harmattan, Paris 1998; S. Fainstein, D. Gladstone, *Evaluating Urban Tourism*, In D. Judd e S. Fainstein, (eds.) *The Tourist City*, Yale University Press, New Haven, Conn./ London 1999, pp. 21-34.

³ Cfr. H. Häussermann, *Wohnen und Arbeiten - neue Perspektiven fuer urbane Milieus*, in P. Doellmann, R. Temel, (Hrsg.), *Lebenslandschaften*, Suhrkamp, Frankfurt 2002, pp. 15 - 25. Pionieristica la ricerca su Milano di L. Bovone, M. Magatti, E. Mora, G. Rovati, *Intraprendere cultura. Rinnovare la città*, Angeli, Milano 2002.

⁴ Cfr. oltre al già citato lavoro di D. Judd e S. Fainstein (Eds.) *The Tourist City*, cfr. M. Chesnel, *Le tourisme culturel de type urbain: aménagement et stratégies de mise en valeur*, L'armattan, Paris 2001.

⁵ Cfr. S. Lash, J. Urry, *economies of Sign and Space*, sage, London 1994.

⁶ Cfr. D. Laepple, *Phönix aus der Asche: Die Neuerfindung der Stadt*, in H. Berking, M. Löw, (Hg.), *Die Wirklichkeit der Städte, „Soziale Welt“ - Sonderband 16*, Nomos, Baden-Baden 2005, pp. 397-413; ma rinvio anche a due miei testi precedenti che toccano questi temi: A. Petrillo, *Identità urbane in trasformazione*, Coedit, Genova 2005; Id., *Storicizzare lo Sprawl?*, in G. Pieretti (a cura di), *La città che cambia: bisogni, desideri, diritti*, in corso di pubblicaz.

⁷ Cfr. S. Zukin, *Whose Culture, Whose City?* In: LeGates, F. Stout, *The City Reader*, Routledge London, New York 2003, pp. 132-142. Algumas dessas idéias estao presentes em trabalhos classicos como, cfr. R. Redfield, M.B. Singer, *The Cultural Role of the Cities*, in “*Economic Development and Cultural Change*”, vol. 3, n.1, 1954, pp.53-73.

⁸ A.J.Scott, *Cultural-Products Industries and Urban economic Development: Prospects for growth and Market Contes-*

estamos em uma era diferente do primeiro conceito ingênuo, segundo o qual era suficiente insistir em *branding*, uma espécie de “marca” de qualidade, e no patrimônio cultural de uma determinada cidade para obter resultados significativos.

Não é mais o simples “cartão postal” do lugar, ainda que projetado com força em uma escala global, que irá resolver a questão da atração turística, que pode agir como uma espécie “ímã”. Essa é uma visão que hoje, no contexto de uma transformação mais ampla do turismo e dos turistas, já não é suficiente para promover uma imagem de turismo meramente atrativo. Devem ser associados a esse tipo de atividades de marketing, até então apenas “estáticos”, também elementos do tipo “dinâmicos”, como a realização de *clusters* produtivos específicos das novas “indústrias criativas”, tentando assim dar vida aos distritos que se especializam em exportação e difusão de produtos culturais locais.

O interesse deste tipo de turismo cultural faz parte de várias estratégias que as cidades devem implementar caso se queiram tornar um novo motor de crescimento econômico e, ao mesmo tempo, ser referência no castellsiano “espaço dos fluxos”.

Politicamente, no entanto, muitas autoridades locais parecem estacionadas ainda no que Scott chamou da primeira etapa, da promoção da imagem do turismo através da qual se espera uma melhora, mais ou menos miraculosa no que se refere ao impacto econômico e à ocupação. Esta é a razão da disputa acirrada para a obtenção dos desejados “Grandes Eventos”, capazes de mobilizar capital e recursos e, ao mesmo tempo, de atrair visitantes.

Trata-se, enfim, de uma mentalidade ainda muito tradicional, na qual, uma vez “dada a partida” ao turismo, a nova vocação da cidade emergiria de forma mais ou menos automática, restando, apenas, colher os benefícios.

O que Allen sugere, e que me parece não ter sido bem compreendido por outros autores, talvez, é que a crescente importância da arte e cultura para a renovação da cidade pode ser considerada a partir de duas perspectivas: como um mero desenvolvimento turístico, entendido como a produção de experiências, criando uma estética urbana de consumo da cidade, mas também, e, sobretudo, como a produção de arte e cultura. A maneira como os dois componentes entram em contato e suas mútuas interações e influências é que dá origem a diferentes modelos e estratégias de ação. Alguns bem sucedidos. Outros, nem tanto.

Com base nessas sugestões, tentarei aqui delinear,

tation in Global Context, in “*Urban Affairs Review*”, 39, n.4, pp.461-490, in part. Pp463 ss.

em termos gerais, como está estruturada (e como não são articuladas) a interação entre o turismo cultural, a organização da indústria cultural urbana e os Grandes Eventos em Gênova nas últimas duas décadas.

GÊNOVA, A INTERMINÁVEL TRANSIÇÃO PARA O PÓS-FORDISMO

Gênova é uma das muitas cidades industriais portuárias que tiveram que inventar novas vocações devido ao declínio das antigas estruturas de produção nos países desenvolvidos. Estas, antes de outras cidades européias afetadas pela crise e pela desindustrialização, tiveram grande dificuldade em redirecionar suas atividades, e há muito tempo oscilam na orla de uma espiral regressiva.⁹

Gênova tem lutado muito para se libertar do passado, e pagou um alto preço humano em termos de desemprego entre os jovens e de emigração intelectual. Especialmente nos anos oitenta, na década mais trágica da história de Gênova após a Segunda Guerra Mundial, quando o governo era incapaz de gerar um consenso sobre novos modelos a seguir, já que não apenas se discutia uma concepção de cidade que, não só se tornara obsoleta, como também estava extremamente dependente de grupos de poder que influenciavam as decisões. Naqueles anos dramáticos, com o fechamento da boa parte das atividades industriais e da crise portuária, as autoridades se limitaram a garantir uma transição suave para um núcleo forte da classe trabalhadora, que teve a chance de escapar docemente do universo do trabalho à custa das gerações mais jovens, abandonadas a um destino de marginalidade e subemprego. De maneira discreta, uma geração inteira foi mantida fora do mercado de trabalho, com incalculáveis conseqüências sociais (Nessa década, Gênova representou um recorde europeu em propagação de heroína e mortes relacionadas com drogas.)

A retórica da ideologia da classe trabalhadora continuou a prevalecer, mesmo quando ficou claro que o que deveria ser a “re-industrialização” da cidade era em grande parte uma quimera. A idéia de ter que pensar a cidade pós-fábrica produziu, durante alguns anos, na classe política da cidade, uma espécie de horror vazio paralisante. Por muito tempo, administradores questionaram ansiosamente se deveriam realmente orientar-se na direção do setor de serviços e os dirigentes políticos, que vinham de uma antiga

⁹ Cfr. A. Pichierri, *Strategie contro Il declínio in aree di antica industrializzazione*: Genova e Brema, Rosenberg & Sellier, Torino 1989.

tradição da classe operária especializada, muitas vezes torciam o nariz diante da perspectiva de uma “cidade de garçons”.

Como observado pelo historiador Rugafiori ao revisitar esse período: “o sistema local, caracterizado por elevada rigidez estrutural e localizadora, foi considerado inadequado para conversões rápidas e, assim, considerado incapaz de ler e encontrar com facilidade dentro de si recursos culturais de atitudes e comportamentos que estivessem prontos para os desafios da transformação e adequados para suportar uma mudança drástica em andamento”.¹⁰

As conseqüências das oportunidades que se perderam foram pesadas tanto em termos socioeconômicos quanto demográficos, com o despovoamento e envelhecimento da população da cidade. De 850 mil habitantes que a cidade tinha na década de setenta, ela passou a pouco mais de 600 mil hoje. Apenas a presença crescente de imigrantes, que hoje respondem por mais de 6% da população, tem evitado que o colapso assumia traços ainda mais graves.

A miopia das administrações que se seguiram não foi apenas devido ao tipo de cultura política em que foram enraizadas e à velocidade com que as mudanças ocorreram, mas também ao fato de que, na realidade, não estava claro o que deviam fazer as antigas cidades industriais, quais eram as modalidades de produção que elas deveriam adotar para reorientar-se. O fato é que, devido a uma “persistência da visão”, de uma mentalidade de olhar para o passado, nos anos mais vertiginosos da globalização a cidade chegou a um impasse, permanecendo em um pântano pior que o antigo e sem uma proposta alternativa nova.

Uma idéia começou a surgir no início dos anos noventa, com a disseminação da crença de que a cidade em crise de desindustrialização deveria encontrar uma nova vocação na prestação de serviços do tipo turístico e cultural. O grande modelo que foi tomado como referência foi a tentativa de transformar uma grande metrópole mediterrânea, a Barcelona’ 92, que continua a ser a referência, por ser um modelo de reorientação, ainda que forçado, de uma cidade que deve desenvolver novas atividades em relação àquelas que desenvolvia no passado, sendo ao mesmo tempo um exemplo de intervenção especulativa e capaz, no entanto, de ativar um círculo virtuoso econômico que permitiria à cidade deixar para trás a crise que viveu na década anterior.¹¹

A TEMPORADA DE GRANDES EVENTOS: 1990-2004

Gênova tenta imitar o “modelo Barcelona” a partir dos anos noventa: Primeiro, ainda que de maneira bastante confusa e precipitada, conseguiu ser sede na Copa do Mundo em 1990. Depois vieram as celebrações Colombianas, em 92, na qual não só começava a temporada dos Grandes Eventos, no sentido estrito, mas começou-se a falar sobre as grandes questões que em breve se tornariam centrais: reutilização de áreas portuárias, valorização do patrimônio imobiliário e áreas industriais abandonadas.

Os administradores começaram a compreender que havia necessidade de novos investimentos. Os primeiros sinais são a recuperação da beira mar e a utilização turística da antiga área portuária central, enquanto as funções portuárias eram deslocadas para o oeste. A idéia de reutilização da área portuária como destino de lazer, uma das experiências piloto na Europa neste sentido, revelar-se-á finalmente encontrada.

O quinto centenário colombiano e a Copa do Mundo representam um primeiro passo no sentido da promoção internacional da cidade, da renovação das instalações, mas também para equipar a cidade com novas atrações turísticas, com a requalificação do antigo porto e a construção do Aquário. Nos espaços renovados do antigo porto, edifícios foram transformados para sediar eventos culturais e congressos¹². Acima de tudo, o Aquário, depois de um arranque difícil, é destinado a crescer gradualmente em importância e atrair um número crescente de visitantes, vindo a tornar-se nos últimos anos a terceira atração mais popular do tipo lúdico-cultural na Itália, após os Museus do Vaticano e Pompeia.¹³

O ‘92 também é um divisor de águas em termos de valorização do patrimônio histórico e cultural da cidade. Nos anos seguintes, foi organizada uma série de grandes exposições, “El siglo de los Genoveses”, “Van Dyck a Genova”, acompanhados de iniciativas menores, que fortalecem o apelo turístico e levam a uma redescoberta da cidade. A exposição “Van Dyck”, realizada em 1997, transporta 220 mil visitantes (incluindo 18, 5% de nacionalidade estrangeira) para o Palácio Ducal, aumentando, entre outras coisas, a ocupação de hotéis em 20%. O eco foi muito grande, documentado pela imprensa mundial através de 1.500 artigos e 105 programas de televisão. No ano

¹⁰ Cfr. P. Rugafiori, Genova, Il sistema imprenditoriale. Passato e presente, in Id., (a cura di), Genova del Saper Fare. Lavoro, imprese, tecnologie, Skira Editore, Milano 2004, PP. 35-71.

¹¹ Cfr. M. Venturi (a cura di), I grandi eventi. La festivizzazione della vita urbana, Il Cardo, Venezia 1994. Per uma panorâmica do posizioni, cfr. C. Guala (a cura di), Olimpiadi

e Grandi Eventi, Carocci, Roma 2002.

¹² Cfr. P. Arvati, E. Molettieri (a cura di) Turismo a Genova, Pacini Ed. Genova 2003, p.8.

¹³ Cfr. M. Paltrinieri, G. Papini, Il turismo ligure nell’ultimo decennio, in “Contributi di Economia e Management dell’Industria Turistica”, anno 19, n.2, 2007, pp.545-588.

2000, outra importante exposição, dedicada ao “El siglo de los Genoveses” (o período de “idade de ouro” da república marítima, que se desenvolve a partir de meados do século XVI a meados do século XVII), foi capaz de atrair 126 mil visitantes - dos quais, no entanto, apenas 3,5% de nacionalidade estrangeira).¹⁴

Mas é o ano de 2001 que representa o auge das tendências turísticas, com a demanda atingindo um pico de 1,3 milhões de visitantes em hotéis e extrahotéis, por conta de três eventos simultâneos (G8, Euroflora e a Conferência Nacional dos Alpinos). Segundo o prefeito na época, Pericu, 2001 foi o ano em que, devido ao cenário do turismo internacional, Genova “deixou de ser apenas um ponto no mapa perto de Portofino.” Mesmo neste caso, uma parte dos fundos disponíveis foi utilizado para a pedestralização da Rua de San Lorenzo e ao desenvolvimento de pedaços adicionais do centro antigo.

Uma primeira consequência deste renascimento turístico é a requalificação da oferta de alojamento turístico, que começou com grande atraso, tanto em termos de seu perfil quantitativo quanto qualitativo. Foram ultrapassados 6.500 leitos em 2002. Em 2003, as vagas subiram para 7.000. No entanto, esses números ainda são menores do que a disponibilidade de outros centros do mesmo tamanho.

Em 2004, Gênova é a “Capital Europeia da Cultura”. Grandes esforços convergiram em nível local e regional para assegurar o melhor resultado possível e uma adequada promoção internacional da cidade. O empenho e comprometimento foram gigantescos: acompanham as promoções das grandes mostras *follders* com temáticas histórico-culturais, que retratam a viagem, contam a história local e até projetam pacotes turísticos específicos, com propostas baseadas na cultura do mar e remessas à cultura gastronômica.

Do ponto de vista de visitação, 2004 ainda foi um ano bem sucedido, embora o retorno dos eventos já pareça ser menos exitoso do que se esperava, em rela o ao volume de recursos e esforços que foram investidos, apesar de toda a cidade ter sido mobilizada para mostrar o sucesso das iniciativas. Para aumentar o número de visita o e a presença nos eventos, quase todas as escolas da cidade foram obrigadas a visitar as exposi oes. Não havia os “voluntários” que ajudaram a preparar os Jogos Olímpicos de Inverno de Turim em 2006, mas sua falta tampouco foi sentida. Os ventos sopram já com certa desilusão e começa a circular uma idéia de que talvez a temporada de Grandes Eventos esta chegando ao fim.

¹⁴ Cfr. G. Rocca, Il turismo culturale come fattore di processi globali. Due casi a confronto: Edinburgo e Genova, in Atti del Convegno “Ciclopi e Sirene. Geografia del contato culturale”, Cefal , 20-21 settembre 2002.

DEPOIS DE 2004... NADA?

A característica dos anos noventa em G nova   então a reutiliza o do capital que vem para a cidade no rastro de várias manifesta oes culturais para recuperar partes substanciais do centro antigo ou criar novas estruturas.

Toda a década de noventa   jogada sobre dois tabuleiros intimamente ligados: por um lado há a caça   organiza o dos Grandes Eventos, que pode atrair capital nacional e internacional, fundos públicos e privados. Por outro, está a idéia de que parte desse dinheiro servirá para desencadear um ciclo imobiliário do tipo virtuoso, utilizando dinheiro público ou privado para alterar significativamente os valores dos imóveis de parte importante da cidade.

O caso específico de G nova, se comparado a outros casos italianos e europeus,   ser capaz de inserir os Grandes Eventos em um projeto mais amplo de transforma o urbana: os administradores locais, celebrando aquele período, dizem que na cidade: “os grandes eventos se tornaram lugares”, ou seja, que o seu efeito   detectável principalmente na transforma o da cidade, que se torna mais bonita, e na valoriza o de parte do patrimônio imobiliário. Esta não   uma opera o pequena uma vez que, como um velho historiador afirmava, o centro histórico de G nova   como um “cemitério de automóveis em que há apenas *Rolls Royces*.” Trata-se, portanto, de uma aquisi o indubitável, embora seja longa a discussão sobre quais foram as classes realmente favorecidas por esse tipo de escolha e quais partes da cidade foram realmente beneficiadas (este trabalho não se propõe a aprofundar tal discussão).

Se as escolhas feitas em G nova têm suas peculiaridades, principalmente em termos da dimensão quantitativa do investimento na recupera o do centro histórico, deve-se notar que não se trata unicamente de uma tendência de genovesa. A idéia de uma renova o burguesa dos centros urbanos e o processo de gentrific o são características Européias nos últimos vinte anos. O que aconteceu em G nova, então, não está muito longe do que aconteceu em Madrid e em certas partes de Berlim, mesmo que a origem do capital utilizado e do legado do patrimônio histórico e arquitetônico seja muito diversa. A diferença, ao contrário do que aconteceu noutras cidades européias, onde esta estratégia foi totalmente implantada,   que o ciclo de valoriza o imobiliária em G nova ficou restrito   recupera o urbana e, embora forte e persistentemente perseguido, não foi capaz de se inserir na cria o de setores produtivos avançados, novos. Como já mencionado anteriormente, acredito que aqui reside o ponto nevrálgico de toda a estrat -

gia.¹⁵ Além do impacto puramente material, da reabilitação, da maquiagem e do embelezamento urbano da cidade, a estratégia não foi alimentada com uma teia de pequenas indústrias de criação e de produção de conhecimento que pudesse ser uma referência permanente para a economia da cidade.

O ano de 2004 pode representar o auge de um desenvolvimento de quase quinze anos, após o qual não há nada, como alguns rumores indicaram¹⁶ e, como parece mostrar a crise do turismo em Gênova, que está cada vez mais delicada nos dois últimos anos. A “cristalização” de uma parte do dinheiro no embelezamento da cidade parece pagar só em termos de receitas e oferecer pouco em termos de desenvolvimento. Mesmo as tentativas de aumentar ainda mais a área do antigo porto, como a criação do “Museu do Mar”, foram mal sucedidas, como podemos perceber no fracasso do próprio Museu. Se o Aquário mantém a sua capacidade de atração, a impressão de muitos é que na antiga zona portuária se criou uma “bolha” turística, extremamente limitada e pouco capaz de produzir um impacto positivo em maior escala. O perigo é, portanto, que os investimentos em instalações turísticas e culturais, destinadas principalmente para essa finalidade (turismo), desviem fundos de outras operações também de extrema urgência, tanto para o renascimento da cidade, quanto para manter a coesão social em áreas onde vivem os que estão relegados à margem dos processos descritos acima. Parece, portanto, ser importante pensar em um projeto de uma cidade onde o uso dos recursos seja avaliado de forma mais equilibrada.

Além daqueles que podem ser elementos abstratos de crítica a um modelo de desenvolvimento urbano muito ligado aos Grandes Eventos, sabemos agora que um dos perigos associados à criação e à busca dessas oportunidades é que este modelo tem um efeito “dopante” sobre a administração, e continua a ser o único a ser seguido. Em Gênova, os primeiros sinais de crise desta estratégia são visíveis ainda em 2004 quando, com os resultados medíocres dos eventos organizados na “Capital da Cultura”, vemos a ruptura parcial do planejamento de Grandes Eventos, tornando-se evidente a crise de uma vocação turística nunca sentida verdadeiramente e não suportada por uma adequada infra-estrutura da cidade. Até mesmo por parte de alguns dos mais destacados apoiadores da estratégia,

o urbanista de Bruno Gabrielli, assessor urbanístico por muito tempo, houve uma reflexão crítica (e em parte auto-crítica)¹⁷, mas o resultado mais negativo é a queda do emprego e da produtividade.

É importante lembrar a observação de Oblet, argumentando que as políticas urbanas de sucesso atualmente não excluem o risco de fragmentação social, e que o sucesso de certas estratégias de imagem não é garantia contra a exclusão¹⁸.

A crítica feita aqui sobre o encontro entre o turismo cultural e os Grandes Eventos em Gênova, portanto, não está ligada a uma visão nostálgica do seu passado industrial (que em muitos aspectos, é provável que seja um obstáculo à renovação), mas sim a destacar que faltou uma estratégia que unisse a promoção da imagem urbana e a promoção da indústria cultural ligada ao turismo. Mesmo o estímulo à produção artística e valorização do cenário artístico local que eram necessárias estiveram ausentes. Em suma, da “indústria sem chaminés” tão almejada, foram vistos, na melhor das hipóteses, alguns tímidos sinais.

Em direção semelhante parecem ir os resultados de uma pesquisa quantitativa, realizada pela Província de Gênova e pelo Serviço de Estatística da cidade: é paradoxal que não foi detectado, se forem levados em conta apenas os dados de séries temporais sobre chegadas e permanência nos anos cinquenta e sessenta, que Gênova foi cidade turística, enquanto também foi grande cidade industrial e portuária. De acordo com essa leitura, em termos puramente quantitativos, Gênova “turística” entrou em crise quando entrou em declínio o modelo padrão histórico de desenvolvimento urbano. As séries temporais mostram efetivamente que o aumento de chegadas ocorridas durante os anos dos Grandes Eventos não foi seguido de um aumento de presenças permanentes. A diferença entre as chegadas mostra que, apesar dos esforços, o turismo em Gênova permaneceu, mesmo nos últimos anos de seu sucesso aparente, trânsito turismo, já que a permanência é limitada a um par de dias.¹⁹ É um turismo de massa que usa a cidade, mas gasta relativamente pouco e permanece em grande parte confinada a “bolhas turísticas” extremamente limitadas, um turismo distraído, que raramente se abre para a cidade, mas apenas olha o que está em calçado em oportunidades de oferta e depois sai.

¹⁵ Cfr. A. Petrillo, Genova, dopo il declino: in L. Stagi (a cura di), “Primo Rapporto di Ricerca sul Piano Regolatore Sociale: Dare voce ai bisogni. In cammino verso l’osservatorio”, Comune di Genova 2006, disponibile in rete all’indirizzo www.pianoregolatoresociale.comune.genova.it

¹⁶ Cfr. P. ES. F. Gastaldi, E dopo Il 2004: In “Il giornale dell’architettura”, n. 24, dicembre 2004.

¹⁷ Cfr. B. Gabrielli, Intervento Allá “Conferenza Strategica: Genova 2004-2010, un bilancio per Il futuro” Del 16 maggio 2005.

¹⁸ Cfr. T. Oblet, Gouverner la ville. Les voies urbaines de la démocratie modern, Presses Universitaires de France, Paris 2005.

¹⁹ P. Arvati, E. Molettieri (a cura di) Turismo a Genova, Pacini Ed., Genova 2003.

Mais interessante é avaliar as conseqüências em termos de emprego deste turismo “*mordi i fuggi*” (“morde e foge”). Os últimos dados sobre emprego, aqueles que documentam as tendências de 2007 e primeiro trimestre de 2008, mostram que tem havido um declínio no turismo em comparação com a tendência discreta apresentada até 2004-2005, e que muitos dos novos empregos nasceram em empregos no setor relacionado ao uso de tempo parcial, temporário ou de outros tipos não-tradicionais.²⁰

Sobre o crescimento econômico do setor de serviços, este parece ter atingido níveis de saturação em termos de desenvolvimento. Um dirigente sindical comentou sobre os números: “o declínio do turismo mostra que além dos grandes eventos, como o Boat Show de Génova, ou ‘04, houve um achatamento relativo e agora é preciso repensar as políticas de apoio do setor”. A utopia do turismo como um “terceiro pilar” da economia, depois do porto e da indústria, parece estar com o tempo contado, colado aos atuais 11% do produto interno bruto da cidade. Um percentual que não tem previsões de aumentar significativamente.

CONCLUSÃO

Há, portanto, a necessidade de escapar da espiral de Grandes Eventos como foi concebida até o presente. É desejável a realização de eventos com um tamanho menor, mas com capacidade de construir um tecido produtivo-econômico de um novo tipo, eventos capazes de se ligarem às indústrias culturais e artísticas em processo de enfraquecimento, exceto por um estreito círculo de profissionais (apenas uma elite se ocupa da realização de Grandes Eventos).

Esta falta de conexão se mostra mais grave quando se considera que muitos estudos sinalizam como partes importantes do turismo novo um turismo que parece assumir aspectos radicalmente diferentes do turismo de massa²¹. São precisamente aqueles do *serious tourism*, um turismo que está ligado à nova classe transnacional emergente, aqueles que uma vez foram chamados de *city users*. Trata-se de um turismo de *professionals*, que cada vez menos distingue entre o

tempo de trabalho e lazer, em que o aspecto relacional é essencial.²² Um turismo urbano que pretende viver somente do patrimônio, na maior parte descoberto tardiamente, e que nem mesmo seja capaz de propor também um componente de conhecimento e de relações, corre o risco de dar voltas sobre si mesmo.

A temporada que apenas passamos, de fato, não parece ter trazido mudanças significativas neste campo, e o surgimento de “indústrias culturais” locais em condições de alimentar de maneira estável o setor e de atrair fluxos turísticos associados à nova classe média alta e à produção do conhecimento, por hora, parece não ter lugar. Na verdade, a diáspora de cérebros é um dos aspectos mais impressionantes da crise da cidade, quando se considera um cenário global em que a competição entre as cidades cada vez mais está ligada à presença e à grande concentração de trabalhadores altamente qualificados nesses setores da criação e do conhecimento.

Concluindo, podemos tranquilamente afirmar que a indústria do turismo em Génova é hoje um recurso intermitente, se não, de fato, em grande parte imaginária, e que a cidade como um todo ainda adere a uma ideologia da classe trabalhadora para a qual os Grandes Eventos são apenas um verniz provisório. Apenas uma elite parece ter se beneficiado de políticas de turismo relacionado aos Grandes Eventos, e não há uma clara investigação sobre o andamento da ocupação, especialmente a juvenil. Apesar das repetidas operações de marketing urbano, que inclusive tornou o centro da cidade belíssimo, mesmo que museificado e gentrificado, não só o comércio pós-industrial tem dificuldades para deslanchar, partes inteiras da cidade, em particular as periferias, até agora não foram tocadas pelo impacto econômico significativo destas iniciativas e permanecem excluídas até de operações de saneamento e requalificação urbana. As divisões e diferenças sociais entre as diversas áreas da cidade parecem, portanto, ter aumentado após as políticas destinadas ao turismo cultural, mais do que suavizadas, e as políticas de emprego são um fracasso total, como evidenciado pelo número de jovens qualificados que deixam a cidade para procurar emprego em ambientes mais dinâmicos. ■

²⁰ CGIL di Genova, rapporto su “Economia e occupazione in Provincia de Genova den 2007-2008” dattiloscritto.

²¹ Cfr. A. Petrillo, Il moltiplicarsi dei turismi, in “Il giornale dell’Architettura” anno 7, n.62 maggio 2008, Rapporto annuale Turismo, PP 1-2.

²² Cfr. N. Costa, Costruire Il sistema turistico milanese per attirare i city users, in “impressa & Stato”, n.81, 2007, PP.28.

Alexandre Paz Almeida

Uma análise sociológica

sobre sociabilidade, vizinhança e pertença em um bairro popular de João Pessoa-PB

Resumo

Este artigo discute algumas considerações sobre sociabilidade e cotidiano em um bairro popular da cidade de João Pessoa-PB, denominado de Valentina de Figueiredo. O trabalho busca uma aproximação teórica com autores das ciências sociais, especificamente os que priorizam temáticas sobre o urbano contemporâneo, bem como analisa, através de entrevistas com moradores do bairro, os processos contraditórios emergentes de relações aparentemente ambivalentes no que diz respeito às práticas cotidianas.

Palavras-chave: Sociabilidade; vida cotidiana; sociologia urbana.

Abstract

This article discusses some considerations on sociability and everyday life in a popular neighborhood in the city of Joao Pessoa, named Valentina de Figueiredo. The paper seeks a theoretical approach to social science authors, specifically those that prioritize issues on the urban contemporary, and examines, through interviews with residents of the neighborhood, the cases arising from conflicting relationships apparently ambivalent on that concern the everyday practices.

Palavras-chave: Sociability; everyday life; urban sociology.

Alexandre Paz Almeida

é professor assistente da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Bacharel em Ciências Sociais pela (UFPB), mestre e doutorando em sociologia pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Paraíba.

alexpazalmeida@gmail.com

O BAIRRO DE VALENTINA DE FIGUEIREDO: ENTRE A SOCIABILIDADE DE ONTEM E DE HOJE...

Este artigo pretende discutir algumas considerações sobre sociabilidade urbana, tendo como pano de fundo um bairro popular de João Pessoa, capital da Paraíba, denominado de Valentina de Figueiredo. O bairro foi construído em parceria com o governo do Estado da Paraíba e o extinto Banco Nacional de Habitação (BNH), no início dos anos de 1980, para atender o crescimento populacional da cidade, decorrente do processo migratório da população interiorana para a capital. O trabalho aqui apresentado é parte modificada de um capítulo da nossa dissertação de mestrado, intitulada de: A cidade, o bairro e a rua: um estudo sobre cotidiano e sociabilidade em Valentina de Figueiredo/João Pessoa-PB, defendida no mês de fevereiro de 2008, no programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Precisamente Valentina de Figueiredo é um conjunto de habitação popular, criado entre os anos de 1983 e 1986; faz parte da região sul da cidade e se insere na malha urbana periférica de João Pessoa. A sua projeção urbana e habitacional foi diferenciada e entregue em dois momentos distintos, denominados originalmente de Conjunto Habitacional Valentina de Figueiredo I e II. As diferenças nos modelos de casas e na infra-estrutura local são ainda hoje visíveis, entretanto, atualmente o bairro fundiu-se e existe apenas a denominação geral de Valentina de Figueiredo, todavia predomina, na memória popular dos moradores, a distinção entre os dois conjuntos. O nome do bairro foi dado em homenagem à mãe do “ex-presidente” do Brasil João Baptista de Figueiredo¹, na gestão do então governado do Estado da Paraíba, Wilson Braga.

Com o crescimento populacional da capital, o bairro de Valentina de Figueiredo se encontra, atualmente, em plena expansão imobiliária ainda para atender a população de menor renda da cidade que, cada vez mais, se concentra em áreas suburbanas com pouca infra-instrutora e serviços escassos: ruas sem pavimentos; acesso a rede de esgotamento sanitário inadequado; áreas de lazer inexpressivas, como praças, parques etc.; transporte coletivo insuficiente e

precário; atendimento médico-hospitalar de baixa qualidade, entre outros problemas engendrados pela dinâmica urbana entre centro e periferia, no qual concentra um contingente populacional em áreas que refletem a insuficiente dinamização de uma política urbana, adequada a um índice de desenvolvimento humano satisfatório.

Como foi dito antes, a maior parte da população desse bairro é constituída de migrantes vindo do interior do Estado da Paraíba, no qual buscaram melhores condições de vida na capital. Tal fenômeno migratório, além de fazer parte da precária estabilidade sócio-climática, como falta de recursos necessários a manutenção da pequena propriedade rural e as constantes secas dado ao clima do sertão paraibano, também pode ser acrescentado o que segundo Oliven (1982) teve a ver com um “radical” processo de transição entre o urbano e o rural – sobretudo impulsionado pelo plano de metas do governo de JK – que procurou fazer das cidades centrais o mais importante núcleo de produção e desenvolvimento do país.

Neste sentido, compreendemos que uma mudança não só econômica, mas também cultural começava a surgir de forma um tanto ambivalente, fazendo das relações cotidianas na cidade de João Pessoa e no bairro estudado, entre em contradição com os novos aspectos das sociedades modernas. O que quer dizer que mesmo com algumas mudanças decorrentes da modernização e globalização ocidental (burocracia, racionalização, indivíduo e individualidade OLIVEN (1982), podemos perceber como a sociabilidade local está permeada com valores ainda considerados tradicionais, peculiar a uma sociedade relacional, no sentido atribuído por Roberto DaMatta (1987), no qual mantém certos aspectos que conformam uma proximidade entre atores sociais, transcendentemente a uma racionalização mais concreta dos espaços públicos e de relações impessoais.

Em outro sentido sociológico, podemos compreender esta dinâmica a partir do estudo clássico de Ferdinand Tönnies (1947), ao enfatizar que existe uma vontade natural² dos indivíduos intrínseca a suas necessidades orgânicas, prevalecendo relações e interações que agregam os seres humanos uns aos outros em um jogo de compartilhamento interdependentes. Para Tönnies (1947), este tipo de relação se define por comunitária. Ainda segundo este, na transição entre a comunidade para a sociedade as relações sociais tendem a adquirir formas mais complexas, artificializadas pela modernidade, na qual é visível a individuali-

¹ Alguns conjuntos de João Pessoa-PB, que surgem no período da ditadura, receberam o nome dos respectivos ditadores como forma de homenagem. Entre estes nomes estão Castelo Branco, Costa e Silva e Ernesto Geisel, ambos também compõe a malha urbana periférica de João Pessoa.

² Como se trata de uma edição em língua espanhola, no texto o que poderíamos compreender como vontade natural é traduzida para o espanhol como voluntad esencial.

dade dos sujeitos que, derivados da monetarização e da vida metropolitana, torna as vontades arbitrárias, isto é, subjetivamente autônomas, independentes e dispersas. Assim, segundo o Tönnies, a comunidade é firmada nos laços de amizade, de família, na predominância do reconhecimento e da proximidade. Os papéis, assim como as pessoas, são fundamentais em sua constituição. Já a sociedade é direcionada a uma economia monetária extremamente racional, que implica em um afastamento espontâneo dos sujeitos em relação aos seus laços primários de reconhecimento e familiaridade.

Valentina de Figueiredo, aparentemente, assume uma feição de comunidade, no sentido descrito por Tönnies (1947), no qual as práticas cotidianas parecem fazer parte de uma sensibilidade comum aos seus moradores. Percebemos tais atitudes na sociabilidade diária, onde na maioria das ruas, nos horários de fim de tarde e à noite, muitos vizinhos possuem o costume de colocar cadeiras na frente das casas para conversar e em algumas ruas podem ser vistas pessoas jogando dominó, algumas crianças brincam de bola na rua, etc. São práticas comuns, mas que parecem corroborar um sentimento de pertença e afeição com o bairro e seus moradores. Pessoas sentam-se nas calçadas e procuram conversar independente de idade ou de sexo. Parece não fazer muita diferença se são homens ou mulheres, velhos ou adolescentes, todos ainda ocupam as ruas em um processo interativo intenso. É comum até ver famílias inteiras sentadas nas calçadas.

Num contexto geral o bairro de Valentina de Figueiredo se torna um grande “pedaço³” relacional onde vínculos afetivos são firmados e afirmados constantemente. Este sentimento de pertença, segundo Elias (2000), é fundamental como afirmação da identidade comunitária, permitindo a solidificação dos vínculos de afeição e reconhecimento dos seus membros, bem como institucionaliza práticas e comportamentos que caracterizam a comunidade e os seus atores, tornando, na medida do possível, coesos e “estabelecidos”. Como também enfatizou Antoine Prost (1992), a existências dos laços de afinidade entre moradores de um bairro, permite a inserção dos sujeitos em um jogo de reconhecimento, engendrado pela dinâmica da vizinhança que estabelece padrões

de comportamento e compartilhamento recíproco.

Na verdade, há mais do que um conhecimento mútuo: há um contato social. Cada morador do bairro ou da vila auferem certo proveito dessa vizinhança, desde que se pague o devido preço. Ele recebe pequenas gratificações dos outros: sorrisos, saudações, cumprimentos, trocas de palavras que dão a sensação de existir, de ser conhecido, reconhecido, apreciado, estimado. (Antoine Prost, 1992 p.116).

Desse modo, é na sociabilidade construída cotidianamente que os diversos atores sociais vivem e convivem com seus iguais, participando de várias atividades em conjunto; principalmente quando estas atividades estão voltadas para o lazer; se reunindo para resolver os problemas mais corriqueiros: como a falta de energia elétrica de algum morador ou socorrer algum vizinho que se encontra doente (neste caso, o vizinho se torna uma figura mais do que importante no convívio social). O bairro, neste sentido, não é apenas uma demarcação territorial que divide a cidade – servindo para delimitar os espaços urbanos e o controle administrativo dos serviços públicos e municipais – mas, antes de tudo, o bairro é a própria constituição de uma cidade, onde os moradores que nele habitam se identificam, se sociabilizam, criam laços afetivos e sentimentos de pertencimento. No bairro se percebem rituais, práticas habituais, *habitus*, e tradições. No bairro se percebem dificuldades e problemas com o crescimento populacional, com a infra-estrutura, com a violência, com a falta de serviços, com o desemprego, com as favelas que começam a circundar, etc.

Se a sociabilidade do bairro de Valentina de Figueiredo, com suas ruas, praças, bares, comércios, praias, feiras etc. parece trazer algo de lúdico, de pitoresco, com um sentido idílico de compartilhamento (PRADO 1995), há momentos, também, que essas interações são permeadas por um processo de hierarquização, fazendo da indiferença um fator preponderante na conformação de uma nova atitude vivenciada no urbano contemporâneo. Um processo de exclusão social, dessa forma, é percebido na medida em que moradores, por não gostarem de algumas atitudes e práticas de outros, se sentem ameaçados. Assim, no bairro de Valentina de Figueiredo, para muitos, jogar futebol em um campo improvisado é “coisa de vagabundo”, grupos de jovens rapazes conversando ou andando de skate em uma praça são estigmatizados como “maconheiros” e a massa de banhistas que se aglomera nas praias é chamada pelos moradores locais, pejorativamente, de farofeiros. Um exemplo de exclusão que, suscitados na voz de vários moradores de Valentina de Figueiredo, do mesmo modo

³ Magnani (1984) em brilhante trabalho sobre a periferia da cidade de São Paulo faz uso da categoria pedaço para delimitar os locais de maior sociabilidade e reconhecimento entre habitantes que compartilham o mesmo espaço. Assim o pedaço pode ser uma rua, um bar, o campo de futebol, uma praça ou qualquer outro tipo de local que possa servir como espaço de reconhecimento, amizade, vizinhança etc.

é produzido pelos habitantes do bairro de Tambaú: Muitos moradores daquele local não freqüentam a praia em finais de semana porque acham “que só dá gente de favela”⁴. O pitoresco e o idílico, existentes em um bairro, se mesclam com as dificuldades, com o medo, com a indiferença, com os estranhos, com os dessemelhantes. Neste sentido, se o bairro é o espaço do convívio mútuo (PROST 1992), da harmonia, dos trabalhadores, do bom vizinho, da amizade, do lazer, do “pedaço” (MAGNANI 1984), também é o espaço do vagabundo, do vizinho encrenqueiro, do maconheiro, do estranho, da violência.

Ser estranho em um bairro de características pessoalizadas como Valentina de Figueiredo é ser intruso e diferente. E se o estranho é olhado com certa hostilidade pelos moradores do pedaço, com desconfiança ou receio, aqueles que são impessoais também são vistos atravessadamente por não conviverem “simpaticamente” com os demais moradores. Diferente do estranho, o morador “antipático” é reconhecido, mas em alguns momentos pode incomodar por ser indiferente e de convívio mais individualizado. “Quem é esse cara que ta circulando a rua! Fulano é besta, não fala ou se mistura com ninguém!” (fala de um morador do bairro estudado). Desconhecido, o estranho invade a privacidade de um público (moradores) que preza pelo bom convívio social. “A proximidade espacial cria um conhecimento mútuo pelo menos aproximativo: quem não é conhecido parece intruso”. (Antoine Prost 1992 p.116). O estranho, do mesmo modo como o estrangeiro descrito por Simmel (1989), é aquele que ninguém conhece, que ninguém pode nunca ter visto, mas todos sabem quem é ele. Assim também é o “antipático”, todos sabem quem é esse, não por ser estranho, mas por ser impessoal e preferir a individualidade do espaço privado da casa.

O bairro, de certa forma, se torna o privado que é público, ou seja, participar e compartilhar de um estilo de vida comum e cotidiano, em que os moradores reconhecem seus semelhantes, faz do bairro um grande espaço privado, mas que ao mesmo tempo é público por não ser fechado e restrito apenas a um determinado grupo social. É claro que ninguém pode situar um bairro⁵, torná-lo privado, mas o que

se percebe são fronteiras construídas simbolicamente, segundo a concepção de Bourdieu (1997), por moradores já estabelecidos (ELIAS 2002). É que o podemos observar na fala de um morador de Valentina de Figueiredo:

Esse bairro é bom porque tem muita gente conhecida, a gente conhece vários moradores, é um bairro de gente trabalhadora, honesta, têm uns vagabundos, que não querem saber de nada, mas isso tem em todo canto... Se o bairro tem problema, principalmente o da violência, é por causa desses loteamentos novos que começam a aparecer, principalmente a Torre de Babel⁶, lá é que dá gente perversa, não estou dizendo que lá não tenha gente boa, não é isso, mas depois da Torre de Babel a violência cresceu muito em Valentina. (Morador de Valentina; aproximadamente 50 anos, vive no bairro desde sua entrega em 1984).

Bourdieu (1997), ao observar a realidade histórica ocidental, afirmou que um indivíduo ou uma coletividade representam particularidades diferenciadoras em si e ao mesmo tempo complementares. Segundo ele, os espaços relacionais não são constituídos apenas por posições de status e prestígios, mas também se reconfiguram simbolicamente, na medida em que as classes sociais adquirem uma nova posição de acordo com suas ocupações funcionais e práticas habituais. É o que percebemos na fala do morador, o bairro é bom porque existem conhecidos, pessoas trabalhadoras e honestas e se há problemas no bairro, não são os habitantes de Valentina, mas os outros, que vindos de fora, atrapalham o bom convívio dos que já estão estabelecidos. Na fala do morador também se percebe o olhar hierarquizante quando se refere aos habitantes vizinhos, os outros, que talvez não sejam tão diferentes economicamente, são postos sob um olhar estigmatizante, pois se há violência em Valentina de Figueiredo é porque os habitantes dos loteamentos começaram a chegar para tirar o sossego dos moradores de bem, que são honestos e trabalhadores.

A ideia de trabalho também define quem é de bem, quem é vagabundo ou marginal, cria fronteiras onde homens simples e trabalhadores se diferenciam moralmente daqueles que são desonestos, desocupados ou marginais, como percebeu Zaluar (1985). Assim ser honesto é ser trabalhador, é lutar diariamente pelo “pão-de-cada-dia” e, em certas circunstâncias, se conformar com o que a vida, ou deus, lhe deu. É o

⁴ Fala de um morador de Tambaú, um dos bairros mais abastados de João Pessoa e que também é circundado por pequenas favelas.

⁵ Na contemporaneidade condomínios fechados, não só de prédios, mas também de casas delimitam seu espaço interno apenas para os que nele habitam. A rua, que antes era pública, agora se torna privada, fechada, onde apenas seus moradores podem transitar. O interessante é que o controle, nestes condomínios, parece transcender a esfera privada. A vigilância, o olhar sobre quem entra ou quem sai, remete a uma nova forma de encarar os aspectos da vida urbana que se configura através

de uma cultura do medo, da violência, do estranhamento, da desconfiança, bem como fortalece a cultura da individualização, da solidão, do isolamento...

⁶ Trata-se de um pequeno conjunto habitacional, com moradias bastante precárias, que se encontra dentro de Valentina de Figueiredo.

que podemos observar na fala de outro morador do bairro estudado:

Esse negócio de ta olhando a vida dos outros, de ta vendo o que fulano tem ou deixa de ter, não é coisa que eu faço não, o que faço é ter as coisas através do meu suor, do meu trabalho e num invejo ninguém não. Se eu tenho as coisas é porque Deus quis que eu tivesse, porque me deu força pra trabalhar e se eu tiver algo a mais na vida dou graças a Deus, se não, tá bom do jeito que tá. Não sou como esses daqui, que vivem olhando a vida dos outros não. (morador do bairro; 45 anos; funcionário público do Estado; vive em Valentina desde sua entrega).

Prost (1992) observou que o convívio social vai definir a esfera pública e privada. Seria basicamente nos encontros banais do dia-dia que os habitantes de um determinado local estabeleceriam vínculos mais afetivos. Esses vínculos, que transcendem a intimidade da casa, se dariam na ordem pública, precisamente, nos locais públicos. Dessa forma, seria nos bares, nas calçadas, nas esquinas, nas praças, nos mesmos itinerários etc. que os diversos atores estabeleceriam uma proximidade, um contato singular com o vizinho, porém, este vizinho, na maioria das vezes, pode conhecer a intimidade de outros, pode circular na sua casa, fofocar sobre sua vida, enfim, pode conviver com os que não fazem parte de sua intimidade, mas às vezes é mais íntimo do que os da própria casa.

Assim é o que podemos perceber na fala dos dois moradores, ou seja, um convívio onde o outro se torna referência para situar sua posição de homem trabalhador, honesto, ao mesmo tempo em que se torna condição de ameaça e inveja. Se no primeiro relato o morador diz que o problema do aumento da violência decorre dos moradores de uma localidade vizinha, o segundo argumenta que existem vizinhos que olham sua vida “invejavelmente”. Em ambos os casos, o vizinho se mostra como aquele que pode quebrar o bom convívio social, mesmo que seja um vizinho distante, que more em outro local da cidade ou do bairro.

Cada vez mais, nas teorias sociológicas, o conceito de local vincula-se com a amplitude do mundo globalizado devido a uma mobilidade não só socioeconômica, que os diversos atores sociais almejam, mas, também, na melhoria de qualidade de vida, onde são introjetadas ideias de conforto, modernidade, consumo etc. Tal processo global coloca os sujeitos além dos seus espaços⁷ internos, seja de uma rua, bairro ou

cidade. Assim, se o global situa os indivíduos num sistema social mais amplo, o local serve de referência básica na constituição de um espaço único, valorizando os diversos aspectos culturais e simbólicos compartilhados pelos vários atores que nele estão imersos, construindo, a todo o momento, o significado de cidade, bairro e rua (MENEZES 2000).

Dessa forma, os locais constituídos por ruas, bairros, cidades, sempre heterogêneos e dinâmicos na apreensão imaginária de suas interações, e que, apesar das transformações culturais e de modernização, mantêm-se, ainda, relações que sedimentam tradições e se abastecem de vínculos primários (como os de vizinhança, por exemplo) onde a confiança consolida uma forma renovada de solidariedade e afeto entre os seus moradores. Neste sentido, o vizinho será uma fonte de reconhecimento e estranhamento pessoal. Como seu igual, o vizinho torna-se seu espelho, “o real imediato”, o reconhecido e semelhante que serve de parâmetro para elaboração de sua “identidade social”, mesmo que ambientada em uma atitude ambivalente de aproximação e hierarquização com o imaginário social mais amplo em que está inserido (SARTI, 1994, KOURY, 1994). Elaboração de uma identidade social que também pode ser ambígua, onde a rivalidade e solidariedade permeiam esta nova busca de reconhecimento e ser reconhecido.

Park (1979) também havia percebido que a vizinhança é uma das formas mais estreitas de sociabilidade. Na vizinhança podem se firmar sentimentos de amizade, de solidariedade, de lazer. É nos encontros com o vizinho que percebemos o jogo de futebol e de dominó nas calçadas, que presenciamos jovens e crianças brincando nas praças ou ruas, é na vizinhança que a fofoca se estabelece e a normalidade do cotidiano se torna possível, o que acaba por constituir relações de vizinhança diversas e possibilidades de encontro mais próximos e familiares.

Para Park (1979), a ideia de normalidade só é possível quando é justificada, aceita e instituída por um determinado grupo ou comunidade. Havendo desvios no instituído, há quebra da normalidade, o que pode vir a ocorrer tensões e crises, o que segundo Park, possibilita uma nova forma de configuração social. A ideia de tensão, percebida por Park, e que originalmente se encontra na obra de Simmel (2006, 1979, 1989) é indispensável para compreender o desenvolvimento de novas ações e reações dos sujeitos, de novas configurações e possibilidades sociais e cul-

⁷ É bom deixar claro que o conceito de espaço possui uma ampla ressonância, sendo freqüentemente usada na sociologia – além do espaço simbólico, no sentido dado por Bourdieu – como significação de um local habitado. Portanto, o local também pode ser considerado um espaço habitado. O espaço, como categoria sociológica, somente significa quando os seres humanos conseguem habitar ou, simplesmente, demar-

car aquele “local” para suas atividades relacionais ou não. No sentido Kantiano espaço é: “A condição da possibilidade dos fenômenos e não uma determinação dependente deste; é uma representação a priori que subjaz necessariamente aos fenômenos externos”. (KANT p. 74 1999).

turais. Neste contexto, a cidade e o bairro se tornam palco para o surgimento de possibilidades, ações e reações dos indivíduos que nela estão imersos, onde o outro da relação se faz presente como modelador das práticas sociais.

A noção do outro⁸ também se entrelaça sob um olhar de conflitos, solidariedades ou afetos que parecem permear os bairros populares das grandes cidades, uma vez que o convívio mútuo pesa para um controle social dos indivíduos que nela habitam, fazendo de uma: “pessoalidade e impessoalidade um paraíso e um inferno da vida em comum” (PRADO, 1995), construindo uma rivalidade que hierarquiza, divide, criando fronteiras entre iguais. Por outro lado, a solidariedade e afetividade são mais visíveis quando o ambiente é personalizado e reconhecido. O que – segundo Franco (1969), Prado (1995) e, fortificando o olhar de Prost (1992) e Park (1979) – leva a uma prática cotidiana e comum do grupo aos indivíduos que compartilham relações tradicionais, permitindo uma inserção ritual e simbólica, ao mesmo tempo em que conforma um plano onde o passado é revisto e revisitado através de novas configurações sociais.

Prado (1995) vai definir a cidade pequena como um paraíso e inferno da pessoalidade. Para ela, vínculos como o de vizinhança, de compadrio, de amizade etc. fazem parte de uma sociabilidade mecânica, onde, dificilmente, os indivíduos não se reconheçam como integrantes daquele local e daquela tradição. Neste sentido, se viver em uma cidade pequena é um paraíso porque vários sujeitos se reconhecem, este conhecimento mútuo leva a uma vida “infernai” em virtude de todos controlarem a vida de todos, dificultando, desse modo, o anonimato. Neste caso, a fofoca se torna uma arma bastante eficaz no controle e vigilância dos indivíduos que vivem sob esse jogo relacional. É o que podemos perceber na fala de uma moradora de 22 anos e que mora em Valentina de Figueiredo desde 1986:

Morar aqui é uma porcaria porque as pessoas se acham no direito de invadir a vida de qualquer um da rua. De repente, quando você menos espera, tem um vizinho dentro de sua casa,⁹ isso é um incômodo, tira sua privacidade... O povo não percebe que ta numa cidade grande, parece mais um interior! E esse bairro, triste! Tudo é distante, as paradas de

ônibus são distantes, o centro da cidade é distante, “ave”, é um aperreio! Eu quero mesmo é sair daqui e ir para um bairro melhor, mais próximo das coisas... Quando eu trabalhava no comércio, no centro da cidade, pegava aqueles ônibus imundos, sujos, lotados... É um bairro que, infelizmente... é até ruim falar disso, mas criou-se um mito em Valentina de que tudo é ruim, e não é um bairro tão feio assim, existem bairros mais precários, mas eu vejo que outras pessoas, de outros bairros, falam que Valentina é isso, é aquilo, é pobre, é distante... Quando eu digo que moro em Valentina várias pessoas se assustam, dizem logo “virge, Valentina!” Mas até que ta melhorando, já tem até uma faculdade¹⁰ aqui e o parque Haras Cowboy além das vaquejadas também e casa de shows.

A fala da moradora corrobora não só a descrição de Prado (1995) e Elias (2002) quando se referem a uma comunidade que se encontra submetida a um controle social amplo, que tradicionalmente é característico de comunidades mais fechadas, como pequenas cidades, vilas ou ruas e possui a fofoca como legitimadora de um sutil poder de regulação e vigilância. Não obstante, percebe-se que a precariedade, típica de cidades periféricas, traz na fala da moradora um sentimento de talvez não de repúdio, mas de viver em um local que se abastece de vínculos de outras localidades da cidade, onde o imaginário delimita os espaços através de uma situação de hierarquia e ambivalência, criando categorias já analisado por Sarti (1994), Velho (2000), Zaluar (1985) em que proprietários e favelados, trabalhadores e bandidos, pobres e mendigos demarcam fronteiras antagônicas de reconhecimento e diferenciação, imbricadas sob uma construção de uma identidade social complexa e heterogênea. A distinção entre estas categorias são feitas através da localização geográfica em que se encontram as casas dos moradores, a situação financeira e as obrigações morais.

Como a pobreza no mundo moderno é definida essencialmente pelo critério político e econômico – os pobres são os carentes de riqueza material e de poder – é no plano moral que se estabelece a igualdade e onde os pobres podem mesmo ser “superiores”. (SARTI 1994, p 18).

Neste caso, ser favelado, bandido, mendigo, rico ou pobre, faz parte deste plano moral de diferenciação e identidade social. A ambivalência entre iguais analisada por Sarti não é apenas a diferenciação ou o estabelecimento de hierarquizações sociais, mas é também uma lógica de oposição e exclusão firmada

⁸ Para Augé (1999), a noção do outro esta intimamente ligada a um campo cultural, simbólico e social que dificilmente conseguiríamos compreender isoladamente. O outro, que especificamente, na antropologia, é definido por “ser diferente”, deve ser conhecido e observado através da elaboração de seus próprios sentidos sociais. Segundo Augé, cada vez mais, o “outro” se encontra perdido em uma multidão de indivíduos desprovidos de referências espaciais e temporais.

⁹ Neste relato a moradora falou o nome das vizinhas que entravam na sua casa inesperadamente.

¹⁰ Trata-se de uma faculdade de medicina e enfermagem que foi recentemente construída em um loteamento próximo ao bairro de Valentina de Figueiredo.

por uma sociedade capitalista, desvinculada de valores morais e desiguais em sua morfologia.

A impessoalidade é outro elemento que norteia, ambiguamente, essas relações sociais. Se resguardar, não saber quem é o vizinho, o que ele faz, são fatores cada vez mais presentes no cotidiano dos moradores urbanos, principalmente nos bairros abastados das grandes cidades. Assim, muitos indivíduos pouco se importam com o seu vizinho e quando este é bastante presente, parece incomodar, parece não saber se comportar adequadamente para um morador da cidade grande e “civilizada”. Assumir determinadas atitudes impessoais, em uma sociedade ainda tão relacional, como é o caso do bairro de Valentina de Figueiredo, que possui muitos elementos da cultura interiorana e rural, parece causar grande impacto, pois muitos ainda não estão acostumados com aqueles que nem um bom dia oferece, com os que “mal olham na cara do seu vizinho”¹¹, o que causa, de certa forma, um sentimento de descontentamento nos que esperam um pouco mais de amabilidade e cordialidade.

CONCLUSÃO

Se até o presente momento o cotidiano, comunidade e a sociedade são apresentados de forma ambivalente e contraditória; se o bairro ainda mantém uma forma peculiar de sociabilidade que propicia o encontro mais estimado com o outro, fazendo do vizinho uma fonte de segurança, mas também de receios, o que não deixa de ser ambíguo; se a vida privada, em alguns casos, se confunde com a pública, fazendo da casa uma extensão da rua, da rua uma extensão do bairro e do bairro uma extensão da cidade, como delimitar um campo ou uma categoria específica, para se estudar no meio urbano, quando tudo se parece tão contraditório, tão complexo e heterogêneo, tão lúdico e idílico?

Valentina de Figueiredo assume, dessa forma, o imaginário da cidade sobre o bairro onde o medo, a indiferença, a hierarquia, os estigmas, estão presentes não só sob a ótica de seus habitantes, vistos como excluídos socialmente ou não, mas também parece corroborar e fortificar os processos de identificação e diferenciação sociais entre o cidadão de bem, que é honrado, que é trabalhador e honesto, que por habitar uma localidade considerada mais elevada ou coesa socialmente, tende a segregar e estratificar os mais desprovidos de recursos financeiros e sociais.

Os moradores de Valentina de Figueiredo assumem para si laços firmados sob um sentimento comunitário e de pertença, o que torna o conhecimento

e o sentimento para com o bairro em uma relação tensa, ambivalente e contraditória. É o que percebemos também na fala de muitos moradores do bairro estudado: que se por um lado afirmam que gostam do bairro porque, de algum modo, construiu e continua a projetar uma vida lá, por outro lado, o bairro vai propiciar um olhar e uma vivência permeada de situações onde o medo, a violência, a hierarquia, os estigmas e preconceitos fazem presente entre os iguais; entre os semelhantes; entre os excluídos socialmente; entre aqueles que buscam beber uma cerveja no bar da esquina; ou aqueles que procuram se divertir no final de semana em uma praia local; ou simplesmente, entre aqueles que não têm um emprego ou uma moradia digna, que, diga-se de passagem, são vistos e considerados vagabundos ou marginais, como é o caso dos favelados, que na fala de uma entrevistada, são percebidos como pessoas desprovidas de caráter e boa índole, uma vez que, “quem é bom na favela, logo procura sair de lá para um local melhor e mais digno”; logo procuram sair de lá porque o peso da favela e de ser favelado também parece cair sobre as costas dos que vivenciam o descaso social e moral de uma sociedade mais ampla, de uma sociedade que parece banalizar os seus problemas como desculpas de remediar o que não se procura ou quer sarar.

Assim podemos perceber como os limites não só geográficos, mas econômicos, sociais e culturais estão cada vez mais submetidos a um jogo simbólico, onde as práticas sociais, bem como as diversas representações e visões dos agentes são pautadas sob vários aspectos constituídos dentro de um cotidiano moderno, que emergir através de uma hierarquia entre centro e periferia, entre a periferia e a favela, entre os valores, costumes e representações que se configuram dentro de uma sociabilidade que é transformada constante e dialeticamente.

A sociabilidade em Valentina de Figueiredo, assim, permite a inserção dos sujeitos em redes de influência, fundando lugares de convivência e troca de experiências comuns e singulares; determina os laços de vizinhança e de amizade; bem como os processos de individualização e segregação do espaço e dos grupos sociais. Como campo simbólico, a sociabilidade do homem comum e urbano é interpretada e interrogada dentro do jogo de relações, aparentemente, ambíguas e contraditórias, mas necessárias, pois parecem servir como parâmetros de identificação ou diferenciação de práticas, costumes e representações sociais vivenciados e criados na intensidade das trocas de convivência e relacionamento. É bem verdade que a sociabilidade do “homem simples” (MARTINS 2008) se inscreve nos momentos de amizade, de divertimentos dos grupos, nas praias, nos bares, nas

¹¹ Fala de um entrevistado.

calçadas, na feira, com o vizinho e até mesmo na rua, mas também se intensifica nas expressões dos rostos cansados da rotina do trabalho, da rotina do ônibus lotado, da monotonia, do medo e da falta de perspectivas de melhoria de vida, da desconfiança e falta de amizade, entre outros aspectos, que simultaneamente, penetra, com intensidade, na sociabilidade criada e vivida pelo homem comum e urbano.

Por fim, buscar compreender as formas de sociabilidade no bairro de Valentina de Figueiredo, para nós, não foi uma tarefa fácil, pois mesmo delimitando o olhar a este bairro e, especificamente a uma rua, tais observações não poderiam ser feitas sem uma rápida análise do cenário maior, que é a cidade de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Assim a cidade de João Pessoa parece configurar seus espaços sociais sob a intensa complexidade do cotidiano modernizador que influencia e configura novas formas de se socializar e viver na e para a cidade. Viver os locais da cidade, suas ruas, seus bairros, é compartilhar com os seus semelhantes e dessemelhantes todo movimento que, incessantemente, cria novas ações e reações dos grupos que nela vivem e estão presentes. João Pessoa se transfigura como a cidade de ontem e de hoje, como a cidade que cresce, que se moderniza e moderniza seus habitantes, aparentemente, pouco acostumados com a modernidade; aparentemente, pouco acostumados com as contradições e ambigüidades de relações e comportamentos sociais que se transfiguram não só com a cordialidade, mas com a discrição, não só com a personalidade, mas com a impessoalidade, não só com a pessoa, mas com o indivíduo, entre outros elementos que permeiam nosso cotidiano modernizador. Entre outros elementos que transformam e marcam nossa sociabilidade de ontem e de hoje, reflexos sentidos e experimentados pelos moradores de Valentina de Figueiredo e demais localidades da cidade de João Pessoa.

REFERÊNCIAS

- AUGÉ, Marc. *O sentido dos outros*. Petrópolis, Vozes, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões Práticas: Sobre a teoria da ação*. Papirus, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. "A economia das trocas simbólicas". In, Sergio Miceli (Org), 2º edição, São Paulo, Perspectiva, 1987.
- DE CERTEAU, Michel.; GIARD, Luce.; MAYOL, Pierre. *A Invenção do Cotidiano*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1998.
- DaMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.
- ELIAS, Norbert. *Escritos e Ensaios: I. Estado, Processo, Opinião Pública*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editor. p. 21-68, 2006.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. V 1, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. V 2, Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1993.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1994.
- ELIAS, Norbert. *Sobre o tempo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 1998.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editor, 2000.
- FRANCO, Maria Sylvania de Carvalho. *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Instituto de estudos brasileiros – USP, 1969.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. São Paulo: SP, Nova Cultura. pp 35 a 90, 1999.
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Prática*. São Paulo, Editora Escala, 2006.
- KOURY, Mauro G. P. As violências invisíveis: Paraíba-1993. In, *Política e trabalho*, 8/10, PPGS/UFPB, p. 3-12. 1994.
- LEFEBVRE, Henry. *O direito a cidade*. São Paulo; Centauro Editora, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo, Ática, 1998.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no Pedacço: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo, Brasiliense, 1984.
- MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo; Editora Contexto, 2008.
- MENEZES, Marluci. *Do espaço ao lugar. Do lugar às remodelações sócio-espaciais*. Rio de Janeiro, UERJ, Horizontes Antropológicos, a. 6, n. 13, 2000.
- OLIVEN, Ruben G. *Urbanização e Mudança Social no Brasil*. Petrópolis, Vozes. 1982
- PARK, Robert Ezra. A cidade: Sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In, Velho (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1979.
- PRADO, Rosane M. Cidade Pequena: Paraíso e Inferno da Pessoaalidade. *Cadernos de Antropologia e Imagem*, nº 4, pp 31-56, 1995.
- PROST, Antoine; VINCENT, Gérard. *História da vida privada: da primeira guerra aos nossos dias*. Vol V. São Paulo, Cia das Letras. 1992.
- SARTI, Cynthia Andersen. *Ambivalência Entre*

- Iguais*: uma discussão sobre a moral dos pobres. XVIII encontro anual da ANPOCS, Caxambu. 1994.
- SENNETT, Richard. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.
- SIMMEL, Georg. *Questões Fundamentais da Sociologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2006.
- SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In, Velho (Org). *O fenômeno Urbano*. Rio de Janeiro, Guanabara. 1979.
- SIMMEL, Georg. *Coleção Grandes Cientistas Sociais*. Ática, 1989.
- SIMMEL, Georg. “O segredo”. In, *Política e Trabalho*, PPGS/UFPB, n 15, p. 221-226, 1999.
- SIMMEL, Georg. A carta: por uma sociologia do segredo. In, *RBSE*, V. 1, n° 3, p. 425-429, João Pessoa, GREM. <http://www.rbse.rg3.net>, 2002.
- TÖNNIES, F. *Comunidad y Sociedad*. Buenos Aires: Editorial Losada S.A. 1947.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.
- VELHO, Gilberto. *Violência, reciprocidade e desigualdade: uma perspectiva antropológica*. In, G. Velho e M. Alvito (Orgs). *Cidadania e violência*. 2a ed, Rio de Janeiro, Ed. UFRJ/FGV, pp. 11 a 25, 2000.
- ZALUAR, Alba. *A máquina e a Revolta*. São Paulo, Brasiliense, 1985. ■

Irene de Queiroz e Mello

Direito à moradia *versus* Direito de propriedade

Resumo

Neste artigo se pretende analisar uma experiência de autogestão coletiva da moradia, cuja particularidade frente à maioria das experiências é a defesa da propriedade coletiva. Este caso se opõe à regularização fundiária da propriedade privada como condição fundamental para a cidadania, questão mais frequentemente tratada no âmbito do planejamento urbano e do direito urbano hoje no Brasil. Apresenta-se o caso da ocupação Manoel Congo à luz de um quadro teórico de referência, com enfoque na visão dos moradores e da coordenação do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) sobre a propriedade da moradia. Busca-se demonstrar suas propostas e limites, apresentando um contexto mais amplo de movimentos sociais latinoamericanos por moradia.

Palavras-chave: Direito à moradia; propriedade; ocupação; movimentos sociais.

Abstract

This article intends to analyze an experience of collective self-management of housing, whose particularity is the defense of collective ownership. This case is opposed to the regularization process of private property as a precondition for citizenship, an issue most often studied in the context of Brazilian urban planning today. The case of Manoel Congo occupation is presented according to Harvey's theory with focus on the vision of the residents and coordination of MNLN about ownership of housing, demonstrating their propositions and limits. The whole issue is examined in the context of the housing social movement in Latin America.

Palavras-chave: Housing right; property; occupation; social movements.

**Irene de Queiroz
e Mello**

*é cientista social e mestranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR/UFRJ.
ireneqmello@yahoo.com.br*

INTRODUÇÃO

A realidade brasileira apresenta um alto déficit habitacional: 7,9 milhões de unidades habitacionais, conforme a Fundação João Pinheiro (2007). Segundo os dados disponibilizados pelo IBGE, o estoque de imóveis vagos seria suficiente para abrigar a população em situação de déficit habitacional (CARDOSO, 2008). Há, portanto, um processo que dificulta o acesso das classes populares à satisfação de suas necessidades, em especial a seu direito à moradia.

Um dos fatores que dificulta este acesso é o direito de propriedade, que permite ao proprietário escolher o que fará com seus imóveis, independentemente de necessidades alheias. Graças à luta dos movimentos sociais brasileiros, a Constituição de 1988 reconheceu expressamente a função social da propriedade. Entretanto, esta ainda não foi devidamente posta em prática, continuando a ser uma bandeira dos movimentos.

Este artigo tem por objetivo compreender a concepção de propriedade construída pelos movimentos sociais de luta por moradia. Pretende-se focar o caso da ocupação¹ Manuel Congo, localizada no centro do Rio de Janeiro e organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), para analisar a visão de seus moradores e lideranças sobre o direito de propriedade privada e as possibilidades de superação ou de controle desse direito.

Compartilhando o objetivo político do Núcleo de Pesquisa Moradia e Cidade, no âmbito do Observatório das Metrópoles/IPPUR, este artigo também pretende dar visibilidade à experiência da luta pela moradia, organizada por trabalhadores de forma alternativa ao mercado imobiliário, exitosa em diversos aspectos e limitada, em outros.

A IDEOLOGIA DA CASA PRÓPRIA

Um conjunto de problemas foi classificado como “problemas urbanos” no início do século XX, por vários pensadores que tinham o objetivo de transformar a cidade. Estes pensadores formaram um movimento que, em um contexto de reformas sociais, se tornou conhecido como “movimento pela reforma urbana”, e preparou o surgimento das políticas sociais e urbanas modernas, concluindo que os trabalhadores teriam que mudar radicalmente seus costumes no âmbito

urbano, incluindo sua moradia. (TOPALOV, 1996). Respaldados pela ciência, tais pensadores possibilitaram as mudanças necessárias para a modernização da sociedade, inculcando na classe trabalhadora a “ética do trabalho” e outros valores burgueses, como a honestidade, confiabilidade, a obediência às leis e às regras e o respeito à propriedade. (HARVEY, 1982).

Analisando as políticas reformistas a partir da relação dialética entre as classes sociais envolvidas, Topalov (1996) defende que as políticas podem ser vistas como o resultado de uma interação entre os movimentos populares e iniciativas das classes dirigentes (empresários, especialistas e governo).

O autor observa que, pelo menos até o final da Primeira Guerra, as exigências mais comuns dos trabalhadores não convergiam com as ideias de cidades-jardim propostas pelos reformadores. Os trabalhadores faziam ações coletivas contra o aumento dos aluguéis e expulsões, especialmente nos períodos de maior escassez de moradias operárias. O ódio dos inquilinos em relação aos proprietários era perceptível pela linguagem e pela forma como aconteciam estes movimentos (TOPALOV, 1996).

Resalte-se que o fato de a habitação ser essencial para a vida do trabalhador o coloca em oposição à propriedade e à apropriação da renda fundiária. Também fundamentais para a reprodução da força de trabalho, serviços e equipamentos urbanos – transporte, lazer e outros –, do mesmo modo, opõem o trabalho aos interesses da indústria da construção civil, que visam lucrar com a produção de tais equipamentos e serviços. Desta forma, compreende-se porque, além de dominar o trabalhador no âmbito do processo de produção, o capital também procura dominá-lo por meio da definição de sua qualidade de vida (HARVEY, 1982), definição que é, assim como as ideias de auto-satisfação e auto-realização, construída socialmente.

De todo modo, os trabalhadores com maior poder aquisitivo foram influenciados pelos reformadores, absorvendo os valores burgueses da segurança associada à moradia, e da casa própria. Como explica Topalov,

Os operários que têm um trabalho mais fixo e renda mais elevada se organizam em sociedades mútuas de poupança e recorrem à autoconstrução: esses métodos permitem manter a solidariedade do bairro de origem ou de trabalho; além disso proporcionam uma casa própria, da qual não precisarão prestar contas a ninguém. (TOPALOV, 1996, p. 31)

Com esta fragmentação da classe trabalhadora entre proprietários e inquilinos, pouco depois da Primeira Guerra Mundial, a semelhança no contexto de alguns países europeus com o dos Estados Unidos

¹ Usa-se, neste artigo, o termo “ocupação”, conforme usado pelos movimentos sociais e pela bibliografia relacionada ao tema, para designar o conjunto formado pelas pessoas que ocupam um espaço físico às margens dos mecanismos formais do mercado imobiliário, bem como este espaço ocupado.

desencadeou a institucionalização do “New Deal” como um novo sistema de poder. Neste momento, parte das propostas dos reformadores se tornou reivindicação dos trabalhadores. No entanto, vale mencionar que há distorções em ambas as posições. (TOPALOV, 1996)

Um exemplo destas distorções está relacionado à casa própria do trabalhador, pois ela traz consigo uma série de implicações sociopolíticas e econômicas que estão intrinsecamente relacionadas com os interesses capitalistas.

A propriedade privada é um princípio basilar para o capital e, quando os trabalhadores começam a lutar pela propriedade pública, como ocorreu na década de 1970, em Londres, os capitalistas defendem a disseminação da casa própria, como apresenta Harvey (1982, p. 13):

(...) a vulgarização da casa própria, individualizada, é vista como vantajosa para a classe capitalista porque ela estimula a fidelidade de pelo menos uma parte da classe operária ao princípio da propriedade privada, além de promover a ética de um ‘individualismo possessivo’ bem como a fragmentação dessa classe em ‘classes de habitação’ constituídas de inquilinos e proprietários.

Assim, os capitalistas procuram construir um argumento político e econômico para convencer os operários proprietários que a transformação da propriedade privada em pública implicaria uma perda de patrimônio.

No entanto, a fragmentação da classe operária é apenas aparente, pois na maioria dos casos os operários não são totalmente donos de suas casas, uma vez que as compraram por financiamento e terão que pagar prestações por longos anos. Portanto, na realidade, há uma substituição do controle do capital fundiário pelo controle do capital financeiro, sendo esta uma das implicações político-econômicas. (HARVEY, 1982)

Na economia capitalista contemporânea, o solo e suas benfeitorias são mercadorias, embora com características bastante específicas. Os valores de uso são muito variados, como por exemplo, ser um abrigo, ter uma localização relativa a uma série de serviços e pessoas e mesmo um meio para lucrar e aumentar a riqueza. Ainda há a particularidade relativa à longa permanência do solo e a expectativa de vida das benfeitorias. Estas especificidades levam o proprietário desses bens a ter um duplo interesse - em relação ao presente e ao futuro -, que se aplica ao valor de uso e ao valor de troca. (HARVEY, 1980).

Estas considerações levam a concluir que a necessidade de morar fica alterada pela necessidade de obter a casa, objeto de consumo. Cria-se um fetichismo em relação à casa própria (ARAÚJO, 2008). Abrigar-

se, muitas vezes, passa a ser secundário, prevalecendo o ter a moradia como propriedade, como forma de pertencer, de diminuir diferenças.

Quando uma ordem jurídica institucionaliza tanto a moradia quanto a propriedade como direitos fundamentais, o conflito entre os valores de uso e valores de troca da moradia também se apresenta. Segundo Pisarello (2003), uma das principais características dos direitos humanos, entendidos como direitos fundamentais, onde se inclui o direito à moradia, é que são potencialmente universalizáveis e, portanto, inclusivos. O direito de propriedade, por sua vez, normalmente concebido como direito patrimonial inviolável e ilimitado, usualmente é fonte de acumulação de riqueza e poder e de ameaça à universalização de direitos fundamentais.

Fica claro, assim, que a generalização do acesso a recursos básicos, como direito de todos que é, e não como privilégio de alguns, só será possível com a limitação da propriedade privada e das liberdades contratuais. Assim, as políticas públicas que visam universalizar o direito à moradia têm como condicionante o estabelecimento de limites ao direito de propriedade privada. Este precisa ser relativizado e ter sua função social reconhecida. (PISARELLO, 2003)

No Brasil, uma nova ordem jurídico-urbanística, que tem como princípios constitucionais fundamentais a função social da propriedade e da cidade, foi gradativamente construída ao longo de décadas. Ela foi inicialmente institucionalizada pela Constituição Federal de 1988² e consolidada pelo Estatuto da Cidade³ e por outras leis federais⁴.

Para Pisarello (2003), o Estatuto da Cidade se constitui em um instrumento paradigmático no que diz respeito à construção de um modelo sustentável de sociedade e vida urbana, baseado em princípios de solidariedade, liberdade, equidade, dignidade e justiça social. Gustavo Tepedino (*apud* RODRIGUES, 2003) aponta que, ao incluir a função social da propriedade no título dos direitos e garantias fundamentais, a Constituição de 1988⁵ condicionou o direito de propriedade, que tem status de direito fundamental, à sua função social.

² Artigo 5º, inciso XXIII, e artigo 170, inciso III e também na Emenda Constitucional nº 26/2000, que reconheceu o direito da moradia.

³ Lei Federal 10.257/2001- artigo 2º.

⁴ Estão, neste grupo, a lei de iniciativa popular que criou o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e a que permitiu à União ceder imóveis aos Municípios para regularizar a situação de ocupantes, entre outras. (FERNANDES e PEREIRA, 2008)

⁵ A rigor, a função social da propriedade já estava presente nas Constituições de 1967 e 1969. Entretanto, nelas está presente simplesmente no título da ordem econômica e social.

Comumente, segundo Harvey (1980), de acordo com a prática real do patrimônio, o valor do solo e de suas benfeitorias é determinado com base no seu mais alto e melhor uso potencial, em detrimento do uso atual. Supondo que seja o seu uso o que determina o valor do solo, seria muito importante, para entender este valor, levar em conta a competição pelo uso. No entanto, na maior parte das cidades capitalistas acontece o contrário; o valor determina o uso. Neste caso, a escassez artificialmente produzida viabiliza uma intensa especulação, afastando radicalmente a busca por uma organização do uso do solo eficiente para a produção e distribuição.

Desta forma, enquanto os proprietários monopolizam o mercado imobiliário, os consumidores de moradia, especialmente os mais pobres, que não têm garantia de crédito nas instituições financeiras, acabam alugando moradias onde seu poder aquisitivo lhes permite, normalmente em condições adversas. “Por isso, chegamos à conclusão fundamental de que o rico pode dominar o espaço enquanto o pobre está aprisionado nele.” (HARVEY, 1980, p. 146)

Combatendo a realidade que leva à conclusão acima, movimentos sociais brasileiros de luta pela moradia têm ocupado imóveis ociosos em áreas centrais como um ato político de questionamento à produção social do espaço urbano. Um exemplo destas ações se encontra na ocupação Manoel Congo no Centro do Rio de Janeiro, que propõe o uso da propriedade coletiva, na qual os moradores não podem vender nem alugar seus imóveis.

O CASO DA OCUPAÇÃO MANOEL CONGO⁶

A ocupação Manoel Congo, organizada pelo Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)⁷, existe desde outubro de 2007, em um prédio que se encontrava desocupado havia 11 anos. Situada na Rua Alcindo Guanabara, nº 20, em um prédio antigo do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS)⁸,

⁶ Para analisar este caso, foram feitos relatórios de campo a partir da observação da pesquisadora e de 16 entrevistas com representantes de famílias ocupantes, observação e entrevistas estas que foram cotejadas com material bibliográfico pertinente.

⁷ O MNLN é um dos quatro principais movimentos nacionais de luta pela moradia. Os outros são a Central de Moradia Popular (CMP), a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) e a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM).

⁸ Cabe notar que em 2009 o INSS colocou 200 de seus prédios em leilão, tendo sido alguns deles, inclusive o da Manoel Congo, excluídos do processo, pois serão destinados ao interesse social, uma vez que já estavam ocupados. ([http://www.](http://www.totalnews.com.br/Brasil/inss-anuncia-que-vai-colocar-a-venda-200-imoveis-em-2009-ano-passado-foram-vendidos-sete/)

totalnews.com.br/Brasil/inss-anuncia-que-vai-colocar-a-venda-200-imoveis-em-2009-ano-passado-foram-vendidos-sete/)

centro do Rio de Janeiro, a ocupação está próxima a teatros, cinemas, escola, é servida por diversas linhas de ônibus e metrô e ainda localizada, estrategicamente, muito perto da Câmara Municipal.

Dialogando com a questão jurídica e político-ideológica acima apresentada - entre o direito à moradia e o direito de propriedade -, uma coordenadora nacional⁹ do MNLN demonstra a sua oposição à ideia da casa como mercadoria:

Alguns fazem umas separações, umas divisões... Na verdade, a nossa separação é o que é essencial para você viver, desenvolver a sua vida, da sua família, com dignidade. O que é essencial é direito, não importa se é bem ou serviço. Se for bem, você extrai dele o perfil mercantil e considera ele só um bem de uso. Porque eu não quero comer casa, vender casa, eu só quero morar na casa.

Um ano antes das famílias ocuparem o prédio, iniciaram-se reuniões nas comunidades do Caju, Anchieta e Cantagalo, cujos objetivos eram preparar as pessoas para ocupar um prédio vazio e conviver com outras famílias de forma solidária, por meio de uma formação política com base na ideologia do MNLN.

A ocupação é formada por 42 famílias de baixa renda (0 a 3 salários mínimos). A maioria de seus integrantes não terminou o ensino médio, sendo que uma parte expressiva sequer concluiu o ensino fundamental. Há, entretanto, uma moradora que está fazendo mestrado, um morador que já terminou uma especialização, uma que tem o ensino superior completo e outra, incompleto. Muitos moradores são desempregados e a grande maioria dos que trabalham atua nos postos mais baixos da economia urbana; há, por exemplo, ambulantes, costureiras, operadores de máquinas, trabalhadores da construção civil e ascensoristas.

A Manoel Congo é uma ocupação autogestionária¹⁰ na qual os próprios moradores doam tempo de trabalho voluntário para a manutenção e conservação do prédio. As famílias se organizam para a escala na portaria¹¹ e para os mutirões de limpeza. Às sextas fei-

totalnews.com.br/Brasil/inss-anuncia-que-vai-colocar-a-venda-200-imoveis-em-2009-ano-passado-foram-vendidos-sete/)

⁹ A coordenação do MNLN é composta por coordenadores das três instâncias - nacional, estadual e municipal.

¹⁰ O conceito de autogestão aqui se remete a um modelo que busca a autonomia real e a reinserção ativa dos participantes nas decisões do coletivo, na qual se promove a igualdade do poder decisório. Este modelo é fundamentado pela propriedade coletiva. (ROSENFELD, 2004)

¹¹ Cada morador acima de 18 anos doa 3 horas e 20 minutos por semana à portaria, com exceção da coordenação do MNLN, o que se justifica por eles dedicarem seu tempo, segundo os moradores, “doando informação”, através de participação em reuniões, de produção de emails e formação política

ras, todos os moradores se reúnem; numa semana há a assembléia geral e noutra, assembléia da portaria.

A coordenadora nacional do MNLM entrevistada fundamenta a organização do trabalho como uma forma de resistência às desigualdades sociais existentes no mundo, justificando que as melhorias realizadas na ocupação devem contemplar todos:

O dinheiro aqui não circula, (...) A gente nunca quis reproduzir a diferença lá de fora aqui dentro. (...) trabalhamos para que todos consigam respeitar as diferenças e vencer as barreiras. Mas o que é diferença socioeconômica, a gente combinou de não reproduzir aqui. (...) Tinha gente que ‘tava empregado e podia chegar e dar uma arrumada no espaço. A gente teve que trabalhar, primeiro, que isso aqui não é sua propriedade; segundo, que o seu vizinho que não tem nem o que comer, vai estar ao seu lado e a gente vai estar reproduzindo o que está lá fora aqui dentro [se cada um só se preocupar consigo] (...) Toda melhoria que vai ter aqui, vai ser uma melhoria coletiva.

Buscando formar e conscientizar os moradores, o MNLM propõe que os coordenadores do prédio, responsáveis pela organização dos trabalhos coletivos, sejam trocados anualmente, através de eleições por andar, mas que os coordenadores municipais, estaduais e nacionais se mantenham. Desta forma, almeja-se a construção coletiva de propostas, a socialização de responsabilidades e de poder, e a criatividade na utilização dos recursos sempre limitados.

Neste sentido, o objetivo desse Movimento, como também o da União Nacional de Moradia Popular (UNMP), é construir vivências onde os valores sociais da solidariedade e do coletivo se contraponham ao modelo imposto pela sociedade capitalista, cada vez mais individualista e alheio a seus integrantes (BARBOSA et al, 2008).

As regras da Manoel Congo são consolidadas em uma Carta de Princípios, com base proposta pelo MNLM, revista e atualizada pelo coletivo dos moradores. Esta Carta determina uma série de atitudes, tendo como pressupostos a igualdade, a justiça, a união, a ajuda mútua e a oposição “(...) [ao] lucro, individualismo, competição, ganância e a exploração do homem pelo homem”. (CARTA DE PRINCÍPIOS, p.1)

Para os objetivos deste artigo, alguns pontos da Carta de Princípios da Manoel Congo são especialmente relevantes, como o combate à especulação imobiliária e à propriedade privada da terra. A Carta explica mais minuciosamente a proposta do Movimento em relação à democratização da terra utilizan-

do as categorias “uso” e “desmercadorização”, indo ao encontro da teoria de Harvey (1980) exposta.

A democratização da terra para o uso, a desmercadorização da terra, é o objetivo. A função social da propriedade só diz que as terras têm a ver com a cidade e alguém tem que determinar que a terra tem que estar integrada no conjunto da cidade. Todo mundo que mora na cidade tem que ter escola, moradia, transporte. Se ela [a terra] está parada, não pode nem ser protegida pela lei, porque ela já é uma terra ilegal.

A coordenadora entrevistada defende, ainda, que a institucionalização da função social da terra é uma medida reformista que se constitui tão somente em um primeiro passo. Trata-se apenas de garantir que o proprietário não deixe o espaço vazio, para especular e valorizar com os investimentos públicos. Mais uma vez, a fala remete à teoria segundo a qual, na sociedade capitalista, o rico domina o espaço e o pobre é aprisionado por ele, sendo “o único motivo [para esta dominação e este aprisionamento] o valor da terra”. A entrevistada ainda complementa:

Se fosse para transformar, mesmo, tinha que fazer vistorias periódicas e depois de algumas visitas se deveria expropriar, não desapropriar, (...). A função social é só para garantir que ‘os caras’ não fiquem deixando o espaço vazio, se valorizando com o investimento público, quando ele quiser, se ele quiser, enquanto a maioria da população vai morar nos piores lugares.

Há uma preocupação específica quanto à formação dos trabalhadores em relação à sua dominação por parte dos capitalistas, pois a ideologia da casa própria, construída desde antes da Primeira Guerra, está, hoje, consolidada para a maioria das pessoas, que não se questionam sobre as razões de tamanha desigualdade social.

A mentalidade da burguesia de que o melhor investimento é comprar um pedaço de terra está na cabeça dos pequenos, médios e grandes proprietários. Mas a burguesia não tem bocas suficientes para propagar uma ideologia. Além de ser pobre, ele ainda tem que superar a dificuldade de informação, para não sair repetindo uma ideologia contra eles mesmos.

Em sua prática, o MNLM procura criar uma conscientização dos moradores de que a posse deve ser gerida pelo coletivo e não individualmente. Grande parte das mudanças percebidas pelos moradores em seus próprios comportamentos decorre da formação política realizada no cotidiano da ocupação, muito diferente do de um condomínio de classe média. A coordenadora nacional, que morava de aluguel antes da ocupação, expressa a diferença: “no aluguel, não era um processo que a gente ‘tava construindo, era

para embasar a permanência da ocupação. Isto não pareceu causar incômodo à maioria dos moradores, que compreendem e concordam com a situação.

um processo que ‘tava destruindo a gente.’ (Coordenadora nacional entrevistada)

Isto também é reconhecido por alguns moradores entrevistados, como a Coordenadora municipal - “na ocupação, aprendi a viver no coletivo, a ter paciência, ter controle”. Ou, ainda, a moradora 10:

É uma luta que me fez crescer. Além de eu ter conseguido um espaço para morar sem precisar pagar aluguel, me fez crescer pessoalmente, me fez ter vontade de voltar a estudar, de entender mais as dificuldades das outras pessoas, até por fazer parte também dessas dificuldades (...). Às vezes eu achava que as coisas só aconteciam comigo, comigo, comigo e hoje eu percebo que não é [assim]. (Moradora entrevistada 10)

A grande maioria dos residentes, antes da ocupação, morava de aluguel. Diversas entrevistas demonstraram a inviabilidade desta opção, consideradas suas condições econômicas: “Trabalhando de porteiro, é um salário mínimo de renda mensal, e não tinha como pagar R\$ 300,00, R\$ 350,00 de aluguel.” (Morador entrevistado 13).

Questionados sobre a possibilidade de locação, compra e venda dos espaços, todos os moradores responderam que não é permitido; a maioria respondeu que concorda com isto, pois a moradia “é para morar”. Neste caso, o “morar” mencionado por eles, está relacionado ao que Karl Marx (*apud* HARVEY, 1980) chama de “meios de existência”, em oposição a uma mercadoria. Contudo, poucos moradores conseguiram fundamentar sua opinião. Remetendo-se à formação do MNLM, formulam, no máximo, que a moradia é um direito e que, se eles necessitam do espaço, não devem vender ou alugá-lo.

O morador que conseguir ter a consciência de que nós ocupamos para morar, não vai alugar, até porque também tem uma coordenação que não vai permitir. Porque desde o começo, nas reuniões, em tudo, a nossa luta com bandeiras com faixas dizia ‘ocupar, resistir para morar’. É claro na cabeça de todo mundo que a nossa luta é por moradia, é para quem precisa morar. Se quer entrar pra um movimento, para uma luta, tem que se desfazer do cantinho, barraquinho que seja, onde morava antes. Não dá para ter na cabeça uma luta e fazer diferente. (Moradora entrevistada 10)

Se um dia você não quiser mais aqui, você larga e fica pro Movimento. (Coordenadora municipal entrevistada)

Outra moradora não consegue explicar a razão para a proibição de aluguel e venda do espaço, atribuindo-a, simplesmente, a uma orientação do Movimento. Deixa claro, assim, que não compreende a luta como uma busca pela desmercadorização da moradia. A diferença entre seu entendimento e a bandeira

do MNLM se evidencia quando ela afirma que é necessário ter condições econômicas para exercer um papel no mercado imobiliário, ou seja, a moradora não critica o valor de troca de qualquer moradia, apenas das populares.

Concordo com não alugar pela parte que isto foi sempre bem explicado. Se você precisa morar, você precisa de uma moradia sua. Se você quer alugar, então tenha dinheiro, constrói e aluga. A nossa luta é diferente, eu acredito nela. (Moradora entrevistada 8)

Isto se explica em função da ocupação Manoel Congo ser a primeira experiência de luta política da maioria dos moradores, que não eram organizados politicamente até então, como demonstra a seguinte fala:

Antes eu não entendia de nada, se tinha direito [ou não]... nunca corri atrás dessas coisas, porque a gente termina se acostumando àquele modo de vida. Você sabe que está errado, que tem algo a se fazer, mas só você sozinha, você fica parada, fica na sua. Muitas vezes eu cansei de ver injustiça, mas eu sozinha não podia bancar, não tinha força. (...) (Moradora entrevistada 10)

A coordenadora nacional percebe avanços no mero fato de os moradores reconhecerem que vieram para cá pensando em seus interesses individuais e que, agora, já lutam pelo coletivo.

Muita gente aqui é a primeira luta e foi uma luta pela sua própria qualidade de vida, não do mundo. Só de eles reconhecerem que vieram pela dor de seu próprio calo, eles mesmos já reconhecendo que vieram por si, pelo individualismo também, só isso já foi uma construção, um crescimento. Eles já vão à assembleia, sabem o horário da portaria, criticam quem não vai à assembleia. Até as brigas de um com o outro sobre desrespeito de regras já é a consciência de que existe um acordo coletivo que não pode ser quebrado.

As entrevistas revelam a variedade das experiências prévias de organização política e de posturas perante a ocupação e a questão da propriedade. A despeito da diversidade de opiniões sobre as ações coletivas de autogestão da ocupação, como fruto do trabalho político desempenhado pelo movimento, os moradores mostram compromisso com as escalas mínimas e demonstram compreender a importância desta participação.

Há uma diferença na forma como se expressa a coordenação do Movimento e os outros moradores. Embora se possa notar um nível elevado de compreensão sobre a situação político-econômica em que se encontram, a capacidade argumentativa varia. Percebe-se que a coordenação, por estar na luta há mais tempo, frequentando diversos seminários e se

capacitando diariamente, possui um discurso melhor estruturado. Parece, portanto, que o revezamento de coordenadores nas funções internas ao prédio não está sendo suficiente para desenvolver a capacidade discursiva relativa a uma contestação às esferas mais distantes do poder, como a legislação. Esta dificuldade também foi identificada em outros casos de ocupação, como o da Chiquinha Gonzaga, no Rio de Janeiro, e o da Utopia e Luta, em Porto Alegre.

Como o prédio é público, de acordo com a Constituição Federal, os moradores receberão uma “Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia” (CUEM)¹². Cada apartamento vai receber uma CUEM individual, no nome do representante – homem ou mulher – de cada família, e os espaços coletivos serão do MNLM. Mas a coordenadora quer que as bases sobre as quais se assentará esta CUEM considerem o que o Movimento já construiu coletivamente:

(...) não vai ser o formulário que vai vir da fábrica, não. Várias decisões que nós já tomamos ao longo dos anos vão ter que constar nisso. (...) Nós temos a nossa ética e vamos fazer cumprir essa ética e nossa ética não é de especulação. A política pública que o Estado não exerce, não operacionaliza... Nós queremos ter autonomia para fazer isso. Alugou, está fora. E nós queremos discutir quem é que vai estar [dentro]. Se o Estado não tem lista, nós temos. Nós temos reuniões de quinze em quinze dias, onde a gente prepara famílias novas para moradia. (...) A CUEM muda a forma com que o próprio Estado se relaciona com a propriedade. Porque ele garantir o imóvel para a moradia de pessoas, sabendo que ele não vai poder lançar mão, é um avanço. Mas os casos [de uso da CUEM] são tão pontuais que não formam um pensamento, uma proposta. É muito fácil chegar e desfazer, é como se fosse uma lei que não pega. A gente tá lutando para esse ser um título, um papel quente.

Ou seja, a entrevistada revela, por um lado, reconhecer que a CUEM busca priorizar o valor de uso de abrigo e, por outro, considerar que falta fiscalização desta política pública por parte do Estado.

Moretti (2006) também identifica como uma la-

¹² O direito à concessão de uso especial para fins de moradia foi reconhecido pela Constituição Federal, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 183, já que a aquisição do domínio pleno sobre as terras públicas através de usucapião é proibida. Conforme o parágrafo terceiro deste artigo, a concessão de direito especial de uso para fins de moradia é o instrumento hábil para a regularização fundiária das terras públicas informalmente ocupadas pela população de baixa-renda, visando a atender à função social da propriedade. (CÂMARA, 2001) Para este instrumento poder ser utilizado, de acordo com a MP 2.220/2001, o imóvel deve estar ocupado há 5 anos, e ter no máximo 250m². Além disso, o pleiteador da CUEM não pode ter nenhuma outra propriedade imobiliária.

cuna na aplicabilidade da CUEM a falta de meios para garantir que a transmissão do imóvel, que é permitida, aconteça somente entre as pessoas realmente necessitadas. Este controle seria essencial para que um investimento público não acabe em mãos de quem não se enquadra na política pública. Uma de suas sugestões é a proibição do remembramento de lotes que resulte em área maior do que 250 m². A autora, assim como a coordenadora do MNLM, reconhece a necessidade de modernização do sistema de gestão de forma a controlar melhor as informações e agilizar as ações do poder público.

O caso da Manoel Congo parece caminhar para a garantia da moradia aos ocupantes, através da recuperação e adaptação do prédio para um novo fim e da aplicação do instrumento de Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia aos moradores.

Ao se adotar a CUEM, em vez do título de propriedade, para a regularização da situação do imóvel, duas funções são cumpridas: 1) o reconhecimento do direito à moradia dos ocupantes, com especial proteção contra a pressão do mercado imobiliário, e consequente venda dos imóveis recém conquistados, procurando evitar a volta do problema que se queria resolver; e 2) o cumprimento da função social da propriedade, sem a privatização das terras públicas. (FERNANDES e PEREIRA, 2008)

Com a substituição do direito individual da propriedade pela concessão de uso, busca-se que os beneficiários finais da política pública sejam de fato os moradores originais, e não os agentes imobiliários e grupos sociais interessados em promover a gentrificação das áreas informais. (FERNANDES e PEREIRA, 2008; SAULE JUNIOR, *apud* MORETTI, 2006) Tendo a Constituição relativizado o direito à propriedade, condicionando-o ao cumprimento de sua função social, é perfeitamente possível a aplicação da Concessão do Direito de Uso Especial para Fins de Moradia no Brasil para garantir a universalização do direito à moradia.

MOVIMENTOS SOCIAIS E A PROPRIEDADE COLETIVA NO CONTEXTO LATINOAMERICANO

Visando a combater a prática da especulação, assim como o MNLM na ocupação Manoel Congo, vários movimentos sociais, no Brasil e em outros países latino americanos, possuem a bandeira contra a especulação do capital imobiliário e a favor da moradia digna para todos. O Fórum Nacional da Reforma Urbana registra conflitos urbanos no Brasil, em especial referentes à moradia. Analisando sua base de dados, percebe-se que há muitas ocupações que estão

sofrendo ações de reintegração de posse, ou seja, enfrentando a questão da propriedade diretamente.

Embora a função social da propriedade esteja presente na legislação brasileira, observa-se que em muitos casos ela ainda não é reconhecida. Por este motivo, uma das principais reivindicações da Jornada Nacional de Luta pela Reforma Urbana e pelo Direito à Cidade de 2008 foi a destinação de todos os imóveis públicos ociosos para a habitação de interesse social. Esta Jornada foi realizada através de atos políticos como manifestações, ocupações, passeatas e audiências públicas em 11 estados: Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e São Paulo (RAMALHO, 2008; FASE, 2008)

No Uruguai, a *Federación Uruguaya de Cooperativa de Viviendas para La Ayuda Mutua* (FUCVAM), movimento de muita expressão na América Latina, no âmbito da questão da habitação social, conseguiu institucionalizar, em 1968, uma “*Ley de Vivienda*”. Esta lei regulamenta detalhadamente o significado do direito à moradia, sua finalidade e as formas de obtê-la, entre outros pontos.

Esta experiência é muito importante para o Brasil, pois apesar de termos uma legislação avançada, que afirma o direito à moradia e a função social da propriedade e da cidade, os municípios precisam regulamentar a função social em seus planos diretores e, até hoje, foram poucos os que o fizeram.

A “*Ley de Vivienda*” (Lei 13.728/1968), entre outros temas, institucionaliza as cooperativas habitacionais, definindo várias questões, como, por exemplo, que a cooperativa é de serviço e não de lucro. Similarmente à CUEM, mas não somente em terras públicas, o art. 128 dispõe que os cooperativados possuirão apenas o direito de uso das unidades habitacionais, em oposição ao direito da propriedade. Este, conforme o artigo 153, é atribuído à cooperativa, se o estatuto assim determinar, até o fim da amortização dos créditos. Complementarmente, o art. 154 proíbe a locação, como forma de combater a especulação.

Em uma entrevista com Nestor Jeifetz (ENTREVISTA MOI, 2010), do *Movimiento de Ocupantes e Inquilinos* (MOI) da Argentina, novamente a questão do valor de uso e valor de troca é aludida em uma luta onde, similarmente àquelas da Manoel Congo e da FUCVAM, a rejeição ao lucro está evidente.

Jeifetz questiona a forma da busca de moradia por parte dos trabalhadores. Em sua visão, o fato de as pessoas perguntarem por onde podem conseguir uma casa revela a influência da cultura dominante. Neste sentido, o discurso converge com a formação dos ocupantes da Manoel Congo; o entrevistado também visa a evitar a propagação da ideologia da casa própria.

A resistência do MOI ao mercado, em especial o imobiliário, é ainda maior que a dos movimentos sociais brasileiros na ocupação de prédios vazios. Isto porque sua luta abrange a bandeira da propriedade coletiva, procurando sua institucionalização na ordem legal. Desta forma, busca evitar que as unidades habitacionais entrem no mercado imobiliário e venham a ser uma mercadoria e não unicamente o lugar da moradia e da reunião da família.

Como a FUCVAM, além de ocupar, o MOI organiza cooperativas de trabalho para realizar as reformas nos prédios. Eles estão articulados a nível latino americano com movimentos do Chile, Venezuela, com a União de Movimentos de São Paulo e com a FUCVAM, que é o movimento de maior visibilidade em relação à propriedade coletiva.

Este contexto se desenhou mais visivelmente a partir de 1980. Segundo Inaiá Carvalho & Ruth Laniado e Lucio Kowarick (*apud* BUENO, 2007), a partir desta década, há uma mudança na literatura quanto às motivações dos movimentos populares. Tais motivações passam a ser reconhecidas como relacionadas, também, à consciência e à recusa à pobreza, e não somente como decorrentes da pobreza gerada a partir de crises capitalistas. Para citar alguns exemplos de movimentos que foram fundados nesta época, o MOI e a Central de Luta pela Moradia (CMP) surgiram no final da década de 80 e o Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), em 1990, enquanto a FUCVAM foi fundada em 1970.

CONCLUSÕES

A institucionalização da propriedade coletiva no Brasil como base da política habitacional de interesse social ainda é um desafio. A propriedade coletiva pode promover benefícios aos trabalhadores por duas vertentes. Primeiramente, o usuário da habitação é protegido da inadimplência, pois a responsabilidade cabe à cooperativa ou à associação. Isto dificulta o controle dos trabalhadores pelas instituições financeiras. Em segundo lugar, as discussões e análises coletivas no cotidiano contribuem para o desenvolvimento de uma consciência crítica da classe trabalhadora em relação à realidade social existente. Caso esta modalidade de propriedade seja disseminada, será possível almejar a não propagação de ideologia alheia e a resistência à cultura dominante. Através da busca à democracia direta na prática, os processos coletivos de caráter cultural e social serão politizados.

Os movimentos sociais nacionais brasileiros, embora em sua maioria ainda não tenham a propriedade coletiva como uma bandeira de luta importante, procuram problematizar e relativizar a propriedade

privada, em busca da função social da propriedade.

Frequentemente as ocupações ocorrem, não por acaso, nos espaços subutilizados urbanos que, devido à sua utilização anterior e localização, são saneados, próximos de serviços públicos de educação, saúde, segurança, lazer e, sobretudo, de maior oferta de trabalho. Desta forma, são prédios valorizados economicamente, que podem se encontrar vazios para fins especulativos.

Assim, os movimentos ocupam imóveis vazios nas áreas centrais com o objetivo de alcançar seu direito à moradia, mas também fazer um ato político contra a especulação da terra urbana, dando visibilidade, conforme Bueno (2007), a um conflito social (de classe) inerente à própria formação do espaço urbano capitalista.

Pensando no caso específico brasileiro, seria a CUEM uma condição para uma mudança no paradigma da propriedade privada? Esta é uma questão que ainda deve ser aprofundada no sentido de se identificar os mecanismos do Estado para tornar o título da Concessão um “título quente”, como disse a coordenadora do MNLM, isto é, um título respeitado conforme determina a lei.

Seria importante, ainda, procurar entender melhor os motivos dos entraves à aplicabilidade da CUEM coletiva. Quem é responsável por isto? Se, por um lado, a burocracia emperra os processos de produção social da moradia, por outro, a coletivização institucionalizada da propriedade não está em pauta entre as reivindicações dos movimentos sociais brasileiros de luta pela moradia. Seria uma questão cultural, uma vez que a ideologia da casa própria está profundamente arraigada?

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ana Cristina. *A casa [própria] alugada: questões da política pública habitacional*. São Carlos: Risco, v. 07, p. 165-176, 2008.
- BARBOSA, Benedito; RODRIGUES, Evaniza; e PESSINA, Leonardo. Produção social da moradia: desafios da política de habitação. *Revista Proposta FASE*, Rio de Janeiro, nº 116, p. 21-25, 2008.
- BUENO, Leonardo. Forma e sentido da resistência na cidade do Rio de Janeiro: a luta da ocupação Quilombo das Guerreiras. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, Adauto Lucio. Vazios Urbanos e Função Social da Propriedade. *Revista Proposta FASE*, Rio de Janeiro, nº 116, p. 4-10, 2008.
- CAMÂMARA dos Deputados. *Estatuto da Cidade. Guia para implementação pelos municípios e cidadãos*. Brasília: Pólis, CAIXA e Câmara dos Deputados, 2001.
- FASE. Plano Institucional 2008/2010 - “Democracia e sustentabilidade na mobilização por direitos”, Novembro 2007.
- FERNANDES, Edésio. e PEREIRA, Helena Dolabela. *Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte?* Texto disponibilizado pelos autores por e-mail, em 18 de janeiro de 2010
- HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço & Debates*, São Paulo, n.6, p. 6-35, jun./set., 1982.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- MNLM, *Carta de Princípios*, s.n., s.l., 2009.
- MORETTI, J. *A Concessão de Uso Especial para Fins De Moradia como Instrumento de Regularização Fundiária em Áreas da União*. In Anais do IV Congresso Brasileiro de Direito Urbanístico. São Paulo: Faculdade de Direito, USP; IBDU - Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, 2006 <disponível em <http://www.ibdu.org.br/imagens/ACONCESSAODEUSOESPECIALPARAFINSDEMORADIA.pdf>>.
- PISARELLO, G. El contenido normativo del derecho a una vivienda adecuada, in Vivienda para todos: un derecho en (de)construcción. *Observatorio DESC*, Editorial ICARIA, p 81-114, 2003.
- RAMALHO, Sergio. *Manifestantes Invadem Palácio Dom João VI*. O Globo, Rio de Janeiro, 26 nov., 2008. Rio, p. 14.
- RODRIGUES, Francisco Luciano Lima. *Função social da propriedade privada: notas sobre a sua evolução conceitual*. Themis: Revista da ESMEC, Fortaleza, v. 3 , n. 2, p. 59-90, 2003.
- ROSENFELD, C. A autogestão e a nova questão social: repensando a relação indivíduo-sociedade. *Civitas*. Porto Alegre: PUCRS, v. 3, n. 2, p. 395-415, jul.-dez. 2003.
- TOPALOV, C. «Da questão social aos problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípios do século xx», in RIBEIRO, L. C. Q. e PECHMAN R. (orgs.), *Cidade Povo e Nação. Gênese do urbanismo moderno*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- ENTREVISTA MOI, OSERA nº 3. Disponível em <http://www.iigg.fsoc.uba.ar/empresasrecuperadas/PDF/PDF_03/Movimiento%20de%20ocupantes%20e%20Inquilinos.pdf> Acesso em 10 de agosto de 2010. ■



José Reginaldo Santos Gonçalves

Antropologia e planejamento urbano

Duas categorias, um só campo?

A preparação de várias cidades brasileiras para receber grandes eventos esportivos internacionais - Copa 2014 e Olimpíadas em 2016 - inclui, de alguma forma, como objeto de planejamento, a monumentalidade como expressão de um sonho de nação. Estádios, a própria Vila Olímpica, planos audaciosos de revitalização e reurbanização são exemplos de uma transformação vista como necessária e com um sentido claro: deixar um legado. Qual a relação e os limites entre cotidiano, representações simbólicas e o esforço em seu ordenamento sob forma, mesmo discursiva, de pretensão de eternidade?

O viés do patrimônio é minha entrada nesse tema, ao qual venho me dedicando há vários anos. No livro que publiquei em 94 (A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil), mas produzido em 89 como Tese de Doutorado, a minha percepção, juntamente com outras produções intelectuais sobre o patrimônio, trazia uma dimensão sintomática: revelava, ao seu modo, o fim de um paradigma

ou, pelo menos, seu enfraquecimento. Refiro-me a um paradigma fortemente centrado no Estado Nacional, onde os intelectuais, dentro dos aparelhos do Estado, formulando políticas para o Brasil, operavam com o que alguns autores hoje classificam como “regime futurista de historicidade”. Trata-se de uma idéia sempre marcada pelo devir – “ainda não somos, mas seremos” - e a preservação do patrimônio teria, nesse aspecto, um papel importante na construção da nação. O patrimônio seria, nessa perspectiva, um documento de identidade da nação. A percepção era a de que sem patrimônio não haveria nação, não haveria consciência da nação e esta teria de ser introjetada pela população – daí derivando a noção de que deveria haver uma educação para que as pessoas valorizassem esses bens. A idéia era instrumentalizar o patrimônio para a construção de uma identidade nacional. Além de outras visões, sobretudo aquelas expressas por Aluizio Magalhães, de que o patrimônio poderia ser um ponto de apoio, um

José Reginaldo Santos Gonçalves

é PhD em Antropologia Cultural pela University of Virginia (EUA), professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA, dirige o Núcleo de Antropologia dos Objetos do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - IFCS/UFRJ. É autor de inúmeros artigos e livros sobre a temática do patrimônio, identidades culturais, memória e ideologias nacionais.

josereginaldo_sg@hotmail.com

elemento desencadeador do desenvolvimento econômico – perspectiva muito marcada nos anos 70.

Uma das mudanças de paradigma nos últimos anos foi a descrença de uma visão centrada em uma suposta totalidade homogênea que seria a nação. Penso que uma das novas hipóteses para explicar a dinâmica do patrimônio (a forma como o experimentamos e o pensamos) está ligada ao modo como experimentamos o tempo. Com o “regime futurista (ou “modernista”) de historicidade”, utilizando aqui as noções articuladas pelo historiador francês François Hartog, o patrimônio está sempre envolvido em um regime de tempo, no qual o que conta como mais importante é o futuro. Seria preciso, então, construir a nação, preparar a nação, reconhecer-lhe uma identidade que, supostamente, não existia ainda e que, portanto, era preciso construir. De algumas décadas para cá houve uma mudança nesse regime de historicidade. Estaríamos agora, segundo alguns autores, diante de um regime “presentista”, significando com isto, por exemplo, poder restaurar um patrimônio onde as preocupações com uma suposta forma autêntica, original, deslocam-se para um segundo plano e assume o primeiro plano a funcionalidade desses bens no tempo presente. O passado passa então a ser considerado como algo que existiria no presente para ser usufruído, ou como fonte de investimento – o que envolve uma série de questões, inclusive de ordem técnica (qual tipo de iluminação vai ser colocada, qual tipo de pintura, quais são os equipamentos mais adequados para que determinado Ben possa ser usado pelos consumidores, etc.). É uma outra percepção. Nos processos de restauração de bens patrimoniais, o passado passa a existir no presente, mas com outra finalidade. Não apenas para monumentalmente representar a nação e servir como uma espécie de emblema para mobilizar as pessoas em relação a um futuro. Essa perspectiva “presentista” está menos voltada para a busca de raízes do passado ou para os desdobramentos futuros e mais para o presente imediato. Esse passado existe para ser usufruído, vendido no presente, hoje, entendendo-se aqui o termo “vendido” não como algo que seja forjado, um simples artifício, mas no sentido de algo que está sendo construído, um determinado espaço ou objetos ou práticas sociais e culturais que possuem ressonância, isto é, que vêm a ser utilizadas pelas pessoas que se identificam com esses bens e o consomem. Isso evidentemente traz como consequência a valorização imobiliária, a valorização turística de determinados espaços ou a valorização no mercado de determinados objetos materiais, o que repercute no incremento no comércio, ou no tornar-se alvo de maior investimento do planejamento urbano, etc. Lévi-Strauss tem uma frase que, embora não

sabendo ao certo se concordo inteiramente com ela, parece relevante. Diz ele que “talvez esteja havendo o resfriamento do tempo”, usando sua conhecida oposição (e nem sempre entendida corretamente) entre sociedades “quentes” e “frias”. O que talvez estejamos experimentando na sociedade contemporânea seja, de fato, uma espécie de “resfriamento” do tempo. Teríamos assim não mais o tempo quente, acelerado, voltado para o futuro, mobilizado por utopias etc., mas um tempo cuja dinâmica deslocou-se para o presente. Daí, como observou o próprio Lévi-Strauss, o olhar mais atento para as questões do patrimônio, a obsessão por objetos antigos, pela moda *retro*, como se as pessoas buscassem aí uma forma de compensação. O futuro teria deixado de ser uma fonte de esperança, de alegria, algo positivamente percebido, para se tornar uma fonte de ameaça, com guerras, terrorismo, desemprego, catástrofes ecológicas. Evidentemente há uma maior complexidade nessa situação do que a visão sugerida pelo autor. Mas ela é útil para assinalar a percepção desse novo regime de tempo. Não que o “regime futurista” tenha desaparecido. Evidentemente não se trata de uma sucessão linear. Esse regimes podem muito bem coexistir. A própria discussão sobre o chamado patrimônio imaterial está voltada para grupos e áreas específicas. Então importaria, por exemplo, o registro das rodas de samba ou o registro das baianas de acarajé como “patrimônios imateriais”, mas sem que isso signifique necessariamente um emblema da identidade cultural brasileira. Focalizando um exemplo, o das baianas de acarajé, que são tema de um livro recente Baianas de acarajé: comida e patrimônio no Rio de Janeiro, de Nina Pinheiro Bitar, observa-se que são as próprias “baianas” as interessadas nesse processo de patrimonialização, enquanto profissionais, com problemas específicos de reconhecimento do seu espaço social, cultural e econômico de atuação na cidade. Pode ser um recurso político notável ser patrimônio. No caso das baianas, na medida em que lhes garante não só esse reconhecimento, como também uma espécie de monopólio dessa atividade.

Outro aspecto sobre o qual insisto é a necessidade de desnaturalizarmos o patrimônio. Um aspecto é o legal, jurídico, quando os bens são definidos como propriedades, para serem preservados do ponto de vista histórico ou cultural. Ou mesmo do ponto de vista econômico. Outro aspecto é o patrimônio ser pensado, conforme a idéia clássica de Marcel Mauss, como “fato social total”, incluindo-se aí os seus aspectos simultaneamente legais, econômicos, fisiológicos, estéticos, culinários, musicais, etc. A idéia de patrimônio, assim, ganha complexidade, diferentemente de como aparece nos discursos oficiais do Estado ou

dos intelectuais e lideranças políticas. Não que as noções jurídicas de patrimônio sejam apenas artifícios. Na verdade, elas trazem conseqüências, sobretudo pelo reconhecimento da condição de determinados bens estarem legalmente protegidos. Mas há variação nos perfis semânticos na noção de patrimônio. O que é “patrimônio”, afinal? Um meio de afirmar identidade, um meio de defender determinado espaço, uma determinada atividade, um instrumento de luta política? O ponto central que sublinho como etnógrafo, como antropólogo, é que, ao mesmo tempo em que nós produzimos os patrimônios, os patrimônios também nos produzem como sujeitos individuais e coletivos. Festas populares, o próprio caso das baianas de acarajé, rituais, atividades artísticas e muitos outros exemplos não são contemplados em sua complexidade pelas práticas jurídicas. Os advogados dizem: “o que não está nos autos não está no mundo”. E muitos antropólogos que trabalham com laudos técnicos ficam impressionados porque a história, o processo do registro, a solicitação é muito confusa, altamente complexo. Mas na hora da sentença do juiz, as ambigüidades, as ambivalências desaparecem. Mas é justamente na complexidade, na ambivalência que reside o foco da pesquisa etnográfica. O Estado aparece muitas vezes trazendo versão unificada disso tudo. Mas o que acontece efetivamente é uma permanente disputa, interpretações muito diversas, conflitantes, de natureza religiosa, social, cultural a respeito do que fazer e como fazer, como ocupar o espaço, como estabelecer a quem ele pertence. Observar, etnografar o cotidiano, assim, é fundamental porque nele as ambigüidades são as mais flagrantes e é onde afinal decisões são tomadas.

Mas quando há um tipo de projeção desse cotidiano, de alguma forma, seus elementos são tipificados e nesse processo de tipificação o que resta aos agentes dessas práticas? Quando se transforma em imagem uma determinada prática, qual a voz dos agentes na decisão dos elementos simbólicos dessa imagem?

Só há como avaliar observando caso a caso. No caso, por exemplo, das baianas de acarajé, é óbvio que esses personagens são tipificados. Mas isso não altera o cotidiano delas. As baianas têm controle de avaliação, elas operam com determinado regime de autenticidade. Há classificações importantes: o uso de técnicas culinárias, o formato do tabuleiro, o estilo, a indumentária etc. Elementos que a tipificação com que opera o Estado, de fato, não determina ou elimina, mas que uma decisão jurídica pode vir a ajudar ou prejudicar, influenciando sobre um processo que já acontece nas práticas cotidianas, endossando ou rejeitan-

do características, perfis etc. Não há fórmula prévia. Como no caso dos registros de patrimônio imaterial de um restaurante. O restaurante pode ser bem sucedido em termos mercadológicos, mas isso é um efeito da sua ressonância no cotidiano da população. Por exemplo, o restaurante Leite em Recife: podem registrá-lo como patrimônio imaterial, mas a ressonância que tem na memória da cidade é fundamental. Não há como mexer nisso. Um patrimônio, seja um restaurante ou uma festa popular, não pode ser controlado. Seu sucesso ou fracasso dependerá de processos complexos de apropriação. A legislação pode ajudar ou não. Há um caso engraçado. Como aponta uma aluna minha de Mestrado, na colônia maranhense na Ilha do Governador, onde se dedicam à festa do divino, uma das responsáveis pela festa lhe disse: “quem acabou com o Divino foi a cultura”. Com a palavra “cultura” ela queria dizer o estado (a secretaria de cultura). Segundo ela, as intervenções do Estado são tão marcadamente preferenciais para atender determinados grupos que outros foram abandonados, comprometendo a continuidade desse patrimônio. E aí a idéia de ressonância pode nos ser útil. A Festa do Divino, por exemplo, acontece no Rio e Janeiro desde o século XVIII, e, quando da Proclamação da República, foi proibida por estar fortemente ligada ao antigo regime. Nem por isso ela deixou de acontecer. No começo do século XX várias irmandades de açorianos foram retomando e a festa está aí até hoje espalhada em vários pontos da cidade. E por quê? Porque teve ressonância, processo para além do controle, do poder oficial de definir, de demarcar uma identidade.

Qual a modernidade da noção de patrimônio cultural? É possível pensarmos nos processos de construção de bens inalienáveis sem a noção moderna de classificação por antinomia, hierarquia e levando em consideração uma identidade não aberta a ambigüidade? A própria ideia de cultura já não estaria carregada de uma noção de ideologia nacional?

Os discursos sobre patrimônio, em boa medida, seja o das pessoas no cotidiano, seja o dos intelectuais situados nos aparelhos de Estado, estão inteiramente contaminados pelas noções da modernidade. Pessoalmente estou convicto de que não existe uma fronteira muito bem demarcada que deva ser protegida rigorosamente de toda e qualquer contaminação externa, conforme acreditam alguns profissionais. Isso não existe. A Antropologia é parte desse universo moderno; é produto desse tempo, dessas circunstâncias. As coisas se passam em Antropologia porque já estão circulando no cotidiano. Não há uma autonomia, uma

garantia teórica e metodológica para definirmos, por exemplo, o que seja cultura. As pessoas usam a palavra cultura de várias maneiras; não há quem controle esse processo. Os esforços em Antropologia em fazer uma teoria científica da cultura são decepcionantes. Malinowski é um teórico bem pouco convincente – seu livro *Uma Teoria Científica da Cultura* é hoje uma espécie de documento de interesse para a histó-

Está sempre envolvido política, sobretudo, política de reconhecimento. Envolvendo processo de patrimonialização há uma certa ingenuidade achar que está em jogo apenas a defesa de práticas tradicionais para identidade do grupo, no sentido mais restrito.

ria intelectual; mas seus outros livros, tais como *Os Argonautas do Pacífico*, *Jardins de Coral*, *A Vida Sexual dos Selvagens* são atualíssimos. A presença e a circulação da palavra “cultura” têm um apelo notável: todo mundo fala em cultura. Economistas falam em cultura, as pessoas no dia-a-dia falam de cultura e falam com vários significados. O vínculo entre modernidade e cultura se expressa no uso dessa palavra no plural. Até determinado momento ou mesmo hoje, muitos falam em cultura no singular, no sentido da alta cultura, mas o discurso que teve apelo, que ganhou adeptos foi o da cultura no plural – seja para fins nacionalistas, como no caso dos nacionalismos étnicos, ou no caso de minorias étnicas. A ideia era a de que todos possuíam cultura. As populações indígenas estão, em sua grande maioria, envolvidas em projetos que podemos chamar de patrimônio – querem museus, querem preservar a sua cultura. Mais do que isso: querem ter lucros no sentido de cobrarem seus direitos de propriedade cultural, direitos de propriedade intelectual. Então há, dos anos 70 para cá, toda uma movimentação por parte dessas populações que eram e são alvo de pesquisas antropológicas. Nunca se questionou porque, afinal de contas, aqueles seus objetos, aqueles seus conhecimentos deveriam ir para um museu (este era visto como um “templo” da cultura), no sentido tradicional, portanto vistos como estando no melhor lugar possível. Mas agora, pelo mundo inteiro, surgem processos de repatriamento. Os curadores vivem amedrontados com o medo de perderem seus acervos. Aí entram os acordos para posse, guarda dos objetos até os grupos terem condições de abrigar esses bens... Então essa noção de

cultura no plural teve um efeito extraordinário com relação a essas reivindicações.

A ideia de patrimonialização da cultura é uma forma de considerar o patrimônio cultural como discurso político? Quais os desafios à formação de subjetividades coletivas quando da tensão entre o reconhecimento de práticas e a institucionalização de uma determinada experiência como tradução geral da identidade?

Está sempre envolvido política, sobretudo, política de reconhecimento. Envolvendo processo de patrimonialização, há uma certa ingenuidade em achar que está em jogo apenas a defesa de práticas tradicionais para identidade do grupo, no sentido mais restrito. Há sempre uma política de reconhecimento, uma reivindicação de reconhecimento que vai envolver também dimensões materiais, dimensões econômicas – terra, áreas urbanas, posse de determinados objetos materiais, lucro sobre determinados conhecimentos. Quem trabalha com patrimônio, inevitavelmente, vai esbarrar com esses processos. O que acho, no entanto, é que não é por causa disso que é possível dizer que patrimônio é um instrumento como outro qualquer, usado para lutas políticas. É muito mais complicado do que isso, daí a importância dos estudos etnográficos: como começa um processo, quem está ligado a isso, quem são as pessoas, como esses tipificadores o fazem, o que eles eliminam. Há, por exemplo, um grupo de cultura popular, aqui no estado do Rio de Janeiro, tradicional, que envolve dança, envolvendo uma dimensão estética, portanto, música e também tradicionalmente associado a um discurso de feitiçaria. Isso não aparece no discurso sobre patrimônio. É como se houvesse uma limpeza e a deixassem lá no fundo pelos próprios, mas é o coração daquela atividade, é o que lhe garante vitalidade. Como nas baianas também: no máximo há a referência ao Candomblé, mas não há o acompanhamento dos detalhes de todos esses vínculos. Em todo processo de patrimonialização, é inevitável estar às voltas com política e política de reconhecimento e reivindicações em termos de participações em lucros, bens etc. Alguns autores argumentam e, acho que com razão, como o antropólogo americano Michael Brown, que de agora em diante esse processo só vai crescer – há toda uma rede de advogados, juristas, juízes e organizações não governamentais para dar conta disso. Inevitavelmente a cultura está dentro desse processo de globalização. Agora, insisto, o risco é achar que isso é uma mercadoria como outra qualquer. A pergunta relevante

que um etnógrafo pode fazer é: “por que exatamente aquele bem? por que aqueles objetos?” A idéia do conhecimento local é fundamental: por que eu quero me representar, representar minha identidade por meio de um determinado ritual e não simplesmente por meio de declarações verbais ou de determinado tipo de roupa. Há nisso tudo uma questão crucial: se alguém veste roupa ou come uma determinada comida ou usa determinados objetos não o faz apenas por razões funcionais. Isso não é arbitrário. Porque se não, não dará certo, não haverá ressonância. Essa é a questão: para uma política dar certo há que se ter apoio. Se há um processo que para as pessoas não tem importância, como tomar vários prédios indiscriminadamente, as pessoas não tomam consciência, depois se demole e ninguém ligará. Ninguém terá essa atitude com o Cristo redentor, por exemplo. Então há que se considerar o bem de que se fala, a concepção das pessoas acerca desses bens e esse é o segredo da ressonância. Ou não irá surtir qualquer resultado. Porque sabemos que o patrimônio é um meio também – são meios de reivindicação política etc. Mas é a reivindicação política das pessoas de recuperação de uma memória. Tem uma dimensão de tempo que é fundamental: tempo biográfico, histórico para as pessoas se sentirem, para elas se colocarem. Patrimônio tem a ver como experimentamos o tempo e como nos situamos nesse tempo!

No artigo “Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio” o senhor cita três categorias que seriam aspectos fundamentais no entendimento da dinâmica entre patrimônio e cultura. Faz, assim, sentido continuarmos a dividir e classificar o patrimônio entre material e imaterial? Quais seriam, então, os desafios em aliar esses elementos analíticos?

Qualquer antropólogo acha essa distinção difícil de defender. Em cada processo de registro há uma confusão. Por exemplo: no registro das baianas, o que seria registrado? As baianas, os acarajés? Aí resolveram registrar o ofício das baianas de acarajé, mas o ofício só é exercido pelo corpo, por uma série de equipamentos, substâncias que elas conhecem... então tudo é altamente material. Não há como se escapar da materialidade do social. Essa é questão. Alguns autores argumentam que os objetos materiais são importantes porque trazem uma evidência muito forte na reivindicação por reconhecimento. É verdade, mas tem também uma dimensão teórica, analítica que é mais

profunda, que é o fato de não haver vida social sem materialidade e essa materialidade não está ligada a um eu definido funcionalmente. Se você quer conhecer um grupo deve-se olhar para os objetos que eles manipulam: suas casas, roupas que são por eles utilizadas etc.

Isso por que, de alguma forma, a sua idéia de ressonância já associa a imaterialidade a uma materialidade?

Exatamente. Alguns objetos materiais propriamente. Eu cito Proust: recuperar algumas memórias de criança, por exemplo, é algo inteiramente casual. Você de repente olha para um objeto, pega ou sente um cheiro determinado e aí vem aquela memória. A chamada memória involuntária. Ou você a tem ou a terá perdido para sempre. Jamais você a experimentará. É algo delicado, depende muito desses fatores. Esses bens altamente valorizados pelos grupos têm essa dimensão da memória coletiva que lhes dá uma certa segurança, uma certa garantia.

As ações normativas, no caso das políticas públicas de preservação de um patrimônio, já na sua classificação, podem conter um conteúdo e um esforço civilizador?

Eu acho que sim, mas é necessário qualificar quem está chamando o quê de processo civilizador. O que é difícil é argumentar que se trata simplesmente de um processo civilizador. Esse processo civilizador pode ser brutal, com expulsão de pessoas, uma perda extraordinária das coisas que se faziam ali – como em todo processo de patrimonialização ou museificação. Não é que isso seja ruim ou não se deva fazer: é da própria natureza da patrimonialização e da museificação fazer isso: descontextualizar! Não tem que se criticar isso porque então não se terá processo de museificação ou patrimonialização. Porque, nos termos dessa atividade, há que se tipificar, cortar, transformar o que o indivíduo inventa na hora, por exemplo, um conhecimento culinário singular e isso ser transformado em receita. E receita é receita. Fazer é fazer. O fazer muda constantemente. A receita é rígida.

Mas esse processo não pode servir para legitimar determinadas ações normativas, já a noção de patrimônio traz uma idéia de bem inalienável?

Há uma busca obsessiva por autenticidade. Se o lu-

gar foi gentrificado, controlado, trazendo, como você disse, um processo civilizador, ele traz uma perda também e a perda principal é autenticidade, aí as atenções, de certos segmentos, se voltarão para outras coisas. A autenticidade é fundamental, assim como a ressonância: onde a vida está. E as acusações de que é tudo formal, careta, supercontrolado, depõe contra. Na própria Lapa deve se ver isso: espaços mais já mobilizados, mais bem freqüentados e espaços mais marginais.

Então podemos pensar em um alargamento da noção de autenticidade?

Acho que sim. Quem é que está chamando o que de autenticidade? A autenticidade pode ser também vendida como mercadoria. Eu faço referência a um outro tipo de autenticidade, relativa à área mais criativa, artística. Mas a autenticidade pode ser vendida como mercadoria, como selo, aí o registro como patrimônio imaterial é fundamental, exige um selo de autenticidade. Em Williamsburg, nos EUA, o que as pessoas mais falavam era que era autêntico, mas a autenticidade deles era o que? Reconstruir a cidade tal qual no século XVIII, com pesquisas cuidadosas com arqueólogos para ver qual a tinta e cor usadas e isso, do ponto de vista dos críticos, era absurdo. Outro ponto interessante é, como afirma Bruno Latour, com relação ao iconoclasmo e a iconofilia: o que teríamos nessa noção de autenticidade é que para ser autêntico ninguém tocou e o fato de alguém ter colocado a mão é sinal de inautenticidade. Isso é fundamental para entender essa discussão do que é autêntico ou inautêntico, quando, na verdade, a mão humana está sempre presente.

A retórica da perda nos discursos sobre patrimônio cultural no Brasil é um mecanismo revelador da complexidade na articulação entre discurso, memória e interpretação simbólica das práticas?

A retórica da perda foi suscitada pela leitura que eu fazia dos discursos de alguns intelectuais. Na época eles falavam o tempo todo que estava se perdendo e aí veio a pergunta do etnógrafo: “será que está perdendo mesmo? O que eles estão chamando de perda?” Muitos não achavam que era perda, mas transformação, ganho, mas para alguns aparecia como perda. Já li vários autores, atualmente, que trazem essa idéia da perda como algo fundamental: “falou em patrimônio, falou em perda”. Acho que é um determinado paradigma de patrimônio que opera com a idéia de

perda – “vamos intervir porque estamos perdendo ou senão perderemos”. Acho que tudo tem que ser qualificado etnograficamente em termos de tempo e lugar. Muitas iniciativas de patrimonialização falam afirmativamente: “precisamos expandir, manter, isso aqui é importante”. Aí não sei se a categoria perda tem o mesmo rendimento. Nesses processos recentes de registro, a idéia é fortalecer-los, revitalizá-los, ter público, ter dinheiro para que se mantenham e não exatamente recuperar uma forma original. Essa retórica da perda a que eu me referia vale muito para aquele contexto. É como a discussão sobre “as invenções das tradições”. Muitos criticam bastante essa noção e acho que merece muitas críticas, mas por outro lado, se olharmos o contexto em que o Hobsbawm usou isso é aplicável. Naquele contexto, final do século XIX, todo aquele empreendimento dos Estados Nacionais, faz sentido usar aquela noção. O problema é descontextualizar essa noção de invenção das tradições e usá-la teoricamente para dar conta de quaisquer processos de patrimonialização atuais. Quando há um deslocamento no tempo e no espaço é necessário mudar as palavras.

Mas de alguma forma a ideia de perda, resgate, o próprio patrimônio já não indicam uma hierarquização de representações; uma hierarquização que se propõe a ler representações simbólicas e dar a essa leitura um ordenamento?

Sim. Nesse caso dos discursos centrados na retórica da perda há uma postulação. Eles pensam segundo as regras de determinado jogo de linguagem – “assumimos que a história está se passando de maneira violentíssima e que estamos perdendo coisas valiosíssimas”. Quem disse que o jogo é esse? Que coisas valiosas são essas que estão sendo perdidas? Eles achavam que as coisas valiosas que estavam sendo perdidas eram, por exemplo, a arquitetura barroca, mas não a eclética ou a arquitetura popular que nem eram contempladas. É um discurso, como todo discurso, altamente seletivo, com recortes, enquadramentos. A questão toda é que o evento acontece. A coisa contingente está aí – há a derrubada de um prédio, a construção de outro. As coisas só começam a ganhar relevo simbólico, a ter representação política quando se conta uma história sobre ele. Podem destruir um prédio notável e ninguém dar a mínima. Pegou fogo um dos sobrados no Largo de São Francisco, por exemplo, um negócio terrível, e um cidadão comum, olhando a destruição, disse: “poxa, vai mais um pedaço da história do Rio”. Mas quase ninguém ligou para esse acontecimento. Houve vários incêndios recentes, mas ninguém deu

a mínima porque não está dentro de uma estória que tenha tido apelo, nenhuma narrativa na qual fizesse sentido uma afirmativa como esta: “isso é importante para a gente, para a população”.

O senhor refere-se a um processo que chama “A obsessão pela cultura”. Quais os limites na qualificação da palavra cultura, seus usos e abusos na formação de um ideário de patrimônio?

Agora também temos a natureza patrimonializada. É bom não esquecer isto. Mas é bom deixar claro que essa natureza, que essa própria divisão entre natureza e cultura, essa divisão ontológica, é própria da cosmologia ocidental moderna. Não é universal. Quando se fala, então, em tombar parques naturais ou mesmo conhecimentos de etnobotânica, estamos falando em cultura, nesse sentido que envolve um trabalho de criação, reconstrução das pessoas sobre isso. A atitude mais sadia, terapêutica, é trazer isso para um contexto social específico, para um processo específico. A discussão sobre patrimônio é um guarda chuva mínimo para cobrir uma esfera enorme de situações. A idéia de cultura está em jogo, mas também a idéia de natureza está muito presente. No entanto temos que ver como, quem está chamando o que de natureza ou cultura e com que objetivos.

Como incluir nas práticas objetivas de planejamento da cidade o caráter seletivo, ambíguo e precário da representação simbólica dos objetos e práticas e, mesmo assim, garantir a continuidade da idéia de bem público?

Na Tese de minha orientanda Roberta Guimarães, *O Mito da Pequena África, no Morro da Conceição*, defendida no PPGSA do IFCS, ela trabalhou com vários urbanistas, entrevistando-os e eles têm uma determinada concepção daquele espaço. Uma concepção que vai orientar os trabalhos de intervenção. O que penso, enquanto etnógrafo, é que os urbanistas deveriam ser vistos também como uma espécie de tribo. Eles também deveriam ser vistos como uma comunidade, partilhando mitos, partilhando ritos e isso não significa desqualificar o conhecimento deles. Pelo contrário, significa qualificá-lo: como é que esse pessoal conhece, que tipo de pergunta eles fazem, quais são os pressupostos deles. Assim como faz sentido perguntar pela comunidade dos advogados ou dos médicos. Como incluir essa dimensão? Não existe resposta pronta. Acho que é um processo po-

lítico. Trata-se de quem tem poder, quais os limites da negociação em determinado momento. No Morro da Conceição, por exemplo, existem vários processos e agentes e, entre eles, os urbanistas. Muitas vezes excelentes profissionais e com boas intenções. Mas a situação ali, em especial, é muito complicada, como toda e qualquer situação social. O grande problema, e isso vale para os antropólogos também quando são contratados para fazer análise de uma determinada situação, produzir um lado... Eu dizia... o grande problema é que há a tendência a crer que o pesquisador entrará numa área que supostamente seria um vazio social. Na verdade as pessoas estão ali divididas em torno de valores, expectativas... é tudo mais complicado e aí o que acontece é, entre outras coisas, a negociação política, um processo político. É necessário ter grupos sociais articulados para enfrentar e dialogar. Não acredito em uma boa solução de natureza técnica a fim de incorporar demandas – não acredito em engenharia social. Incorporar o conhecimento sociológico, antropológico... nada garante sucesso nesses empreendimentos. Há situações em que a quantidade de interesses em jogo é enorme. Prefeitura, empresas imobiliárias, pequenos negociantes, grandes negócios, população. O que fazer? Penso que, para todo profissional, a idéia é levar em consideração que se jogam diversos jogos de linguagem e é como cada um pensa – um advogado pensa diferente, um cara da ONG pensa de outro jeito, um empresário, etc. A coisa é complicada, pelo menos para mim enquanto etnógrafo, acreditar que tem uma situação de fato e alguém vai dizer qual é porque tem uma teoria e um método que vai mostrar tudo como é aquilo e capaz de dizer ao planejador urbano como agir... Isso não tem sentido. Ou o planejador urbano dizer isso. A minha aluna no Morro da Conceição, por exemplo, encontra, circulando entre arquitetos e urbanistas, o mito de que haveria ali um núcleo autêntico de uma população portuguesa original e de espanhóis. Ela vai ao Morro da Conceição, passa um, dois anos fazendo trabalho de campo e vê fragmentos dessa narrativa. Vê um monte de gente nova, vê a população do movimento quilombola, artistas, vê os nordestinos que são os últimos a chegarem, mas... Aquela narrativa assemelha-se a um mito porque ela não vê na realidade empírica essa população descendente de portugueses e espanhóis lá presentes, mas as pessoas narram isso obsessivamente. Trata-se de uma narrativa eficaz. O Morro da Conceição têm várias populações que o formam. Inclusive esse segmento mais discriminado dos nordestinos que ficam na base do morro. Tem de tudo lá. Não existe o Morro da Conceição, mas Morros da Conceição, no plural, inclusive o dos arquitetos, inclusive o dos urbanistas. Minha aluna apontou

uma coisa bem interessante, que é demonstrar como os urbanistas operam com um determinado discurso onde há uma marcação do tempo, por exemplo, a Reforma Pereira Passos, como um marco fundamental na história da cidade. De fato é. Mas não podemos esquecer que se trata aí de um determinado enquadramento de uma memória, de uma determinada concepção de passado. Dentro desse jogo de linguagem é perfeito, é isso mesmo. Mas do ponto de vista da população, da memória coletiva, não é isso que conta. São outras demarcações, em termos de história do Morro e isso tem que ser considerado! Eu penso, depois de anos lidando com isso, é que as coisas se decidem mesmo no plano da discussão pública, da luta política em seus vários níveis. Se você tiver uma boa reflexão, um bom trabalho de pesquisa, isso ajuda muito, mas garantir bons resultados, não garante.

É possível pensarmos, quando falamos em Políticas públicas, em alguma noção de patrimônio sem a necessidade de entendê-lo de modo objetificado, portanto, disponível à preservação? Falar em patrimônio, de alguma maneira, já não assume algum grau de objetificação da cultura?

Inevitavelmente há objetificações e contra-objetificações. Lembro aqui do excelente livro de Rogério Proença, Usos e contra-usos da cidade. Eu mesmo tenho uma cidade imaginária do Rio de Janeiro, algo

O urbano é também, seguramente, uma construção discursiva. O urbano é uma palavra parecida com cultura. A grande pergunta é quem que usa a palavra urbano, como e com que objetivos.

eu adoraria que fosse realidade, mas mantenho privadamente. É um sonho privado. Muitos têm também, na sua biografia, na sua memória. Mas em termos do que se passa efetivamente, de como as coisas vão acontecer, é muito difícil escapar desse diálogo, desse controle. Isso é o que está acontecendo atualmente com os efeitos dos preparativos para as Olimpíadas e para Copa. Me assusta a ausência de qualquer debate sobre isso junto às populações que vão ser afetadas com relação a essas mudanças... Me impressiona o modo como é feito de maneira unilateral, sem debate. E isso vale também para outros exemplos. Belo

Monte é outro caso. De repente é como se você fosse chantageado: você quer luz elétrica barata ou o país atrasado, sem luz elétrica, pobre? As questões não deveriam ser colocadas dessa maneira, como um confronto entre ecologistas e governo. Isso é história de bandido e mocinho. Eu penso, então, que esse alargamento do espaço público para que contenha outras vozes nesse debate seja algo muito saudável. Mas quanto a uma suposta garantia teórica ou metodológica de uma determinada disciplina sobre isso, sou cético. Não que ache desnecessário. Pelo contrário. Mas acho que o que escrevo ou o que digo quando me chamam para fazer palestras é algo assim como uma intervenção em uma grande assembléia. Acho mais sensato pensar o conhecimento por aí, pela conversa, do que autoritariamente e dizer: está aqui a garantia do que será adequado e sem algum diálogo com as pessoas, sobretudo, com as pessoas diretamente interessadas, que são os usuários, os que efetivamente habitam o espaço da cidade.

A Antropologia Urbana, ao sistematizar a temática do urbano, o dotou de um discurso que passa a ser a própria configuração de urbano, sobretudo para a tradição intelectual que o considera como modo de vida?

O urbano é também, seguramente, uma construção discursiva. O urbano é uma palavra parecida com cultura. A grande pergunta é quem que usa a palavra “urbano”, como e com que objetivos. Acho que isso tem, no mínimo, a vantagem de despertar o diálogo, de despertar o debate. Não pode haver um uso exclusivo dessa palavra. Que outros usos você pode ter? Acho que isso vale para a antropologia urbana. Essa é, então, uma categoria vastíssima e cobre muita coisa: desde profissionais estudando ritual, gênero e orientação sexual, política local... tem de tudo. Tem gente que não acredita em nada disso. E diz que não há uma antropologia urbana e uma rural, existe uma antropologia simplesmente, feita ou em uma aldeia indígena ou em uma cidade, ou em uma pequena cidade. Eu penso, um pouco mais pragmaticamente, que a palavra está aí, é usada – tem gente que quer ser chamado de antropólogo urbano – eu não faço a menor questão disso. Se me chamarem de antropólogo tudo bem, mas antropólogo urbano no sentido de ter configurado o urbano no sentido de algo mais, eu não acredito...acho isso muito ambicioso. Não funciona. Cada lugar tem configurações diferentes. A não ser que se esteja falando em uma caracterização ultra-genérica: impessoalidade, heterogeneidade,

como traços da vida urbana. Falar de impessoalidade no meio urbano, por exemplo. Você vai a Copacabana, ícone de impessoalidade, e encontra uma série de ruas e espaços marcadamente estruturados por relações pessoais. Esse é o problema em se fazer caracterizações genéricas.

Mas, de alguma forma, o planejamento do espaço incorporou muito dessa discussão sobre o urbano, promovendo, por exemplo, o alargamento das ruas para, ao tentar promover maior circulação, as pessoas pudessem usá-las também como espaço de referência.

Acho isso muito bom. O problema é que existe o conhecimento local. Que modelo de cidade é esse? Que modelo higiênico é esse, que modelo de saúde? Você e eu podemos nos identificar perfeitamente com isso. Tem um outro aluno meu, da iniciação científica, fazendo pesquisa lá em Rio das Pedras, e lá pode-se dizer que há uma espécie de urbanismo nativo. Não há planejamento, no sentido clássico. As ruas são estreitas, tudo por conta de utilização extrema dos terrenos. Mas é o que o antropólogo faz? Algo que o filósofo norte-americano Quine chamou de “o princípio epistemológico da caridade”. Você vê aquela zona e diz: “deve ter alguma lógica ali”. E, de fato, tem uma lógica. Tem ali uma concepção urbanística do ponto de vista nativo, para usar o jargão dos antropólogos. É claro que o urbanista vai dizer: “você está louco, aquilo lá é urbanismo?! Mas é o modo como eles, na ausência do Estado, configuraram e controlaram um espaço, fizeram um desenho, estabeleceram limites para o convívio. É um urbanismo, sim, do ponto de vista nativo. Assim como do ponto de vista dos arquitetos considerar o que seja arquitetura no contexto das chamadas sociedades primitivas. É incomum o arquiteto que sequer reconheça a existência de arquitetura nessas chamadas sociedades. Nesse diálogo, algo interessante entre arquitetos, planejadores urbanos com essas populações é, não apenas a atitude Iluminista de mostrar às pessoas condições boas de vida, mas dialogar com esses modelos de arquitetura e de urbanismo. Isso requer realmente um esforço em se jogar um outro jogo de linguagem. Qual é o urbanismo ali presente? Que arquitetura é essa? E não partir da idéia de aquilo é um vazio. Como nos

processos de gentrificação de determinadas áreas em que você joga um jogo de linguagem onde se afirma aquilo é uma área degradada, um vazio. Se é um vazio está justificada a intervenção para tudo fazer e da maneira que quiser. Mas não é um vazio. Aquilo foi ocupado, tem regras de ocupação, as pessoas estão ali há muito tempo. Como vai se fazer? Aí a atenção a esses discursos e o cuidado em saber: “olha, aquilo ali não é um vazio físico em si, não, aquilo é um espaço

Nesse diálogo, algo interessante, entre arquitetos, planejadores urbanos com essas populações é, não apenas a atitude Iluminista de mostrar às pessoas condições boas de vida, mas dialogar com esses modelos de arquitetura e de urbanismo e isso requer, realmente, um esforço em se jogar um outro jogo de linguagem. Qual é o urbanismo ali presente? Que arquitetura é essa?

discursivamente construído por você, arquiteto, urbanista ou por eles, moradores”. E é a isso que você deve dedicar atenção. Portanto, desnaturalizar essa idéia de urbano é fundamental. Isso não é apenas um exercício intelectual, acadêmico, no sentido pejorativo desse termo. Na verdade, têm efeitos importantes em termos de reconhecimento social e em termos políticos. A questão não é uma espécie de populismo urbanístico. Porque existem situações efetivamente problemáticas que precisam ser resolvidas. Mas o fato é que as pessoas estão sobrevivendo ali a partir de determinados modelos que são estranhos aos demais, aos observadores externos. Mas o mundo é povoado de modelos estranhos. Uma coisa que se aprende em antropologia é que só tem gente esquisita no mundo! Mas essa idéia de esquisitice é, na verdade, uma maneira de se reconhecer que as pessoas pensam de maneira diferente, contam histórias diferentes sobre si mesmas e sobre o mundo. E buscam viver segundo essas narrativas. E não são discursos abstratos, tem uma figuração material. Assim essas narrativas se expressam em palavras, mas também no tipo de material que usam, como desenham as ruas, o modo como desenham a casa e suas dependências... ■

Fabio Costa Peixoto

Redes sociais e segregação espacial

uma análise da região metropolitana de São Paulo

Esta obra de Eduardo Marques é fruto de sua longa preocupação em compreender o impacto das políticas públicas o que resultou em sua tese de livre docência defendida ao FFLCH/USP. Como principal resultado desta pesquisa, aponta-se para a sua publicação em formato de livro e com um título sugestivo de sua inquietação: “Redes sociais, segregação e pobreza”. Nele o autor divide a sua pesquisa em sete momentos que são representados nos capítulos do livro.

Um dos pontos de destaque desta reflexão consistiu da elaboração de um novo instrumental metodológico a partir da utilização do método estatístico e da análise de redes sociais e de sua decorrente espacialização. A sua considerável contribuição analítica consiste em superar as já clássicas análises sistemáticas e em atributos e motivações individuais.

De posse desta nova metodologia, o autor se direciona a entender a pobreza urbana e as estratégias de acesso ou não

a bens e serviços. Ele supera as análises apontadas anteriormente por valorizar a estrutura das relações construídas por elas e suas conseqüências para a mobilização cotidiana dos indivíduos.

Como resultado preliminar oferecido pelo autor, constata-se que

os dados indicam a existência de uma grande heterogeneidade nas redes de indivíduos em situação de pobreza [...] sugerindo que certos tipos de redes de pessoas em situação de pobreza estão empiricamente associados a melhores condições de vida, trabalhos e rendimentos, demonstrando a sociabilidade dos indivíduos para a definição de suas situações sociais em um sentido amplo e de pobreza em particular. (MARQUES, 2010, p.17)

O autor esboça alguns elementos fundamentais em sua metodologia como o tipo de rede analisada, a composição da amostra assim como a escolha da amostra. A seleção de redes pessoais como objeto indica para a sociabilidade como tema, pois para o au-

Fabio Costa Peixoto

é sociólogo e especialista em sociologia urbana - UERJ. Mestre em Planejamento Urbano e Regional - UFRJ e docente do IF Sudeste de MG.

fabiocope@gmail.com



MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Editora UNESP, Centro de Estudos da Metrópole, 2010. 216p. ISBN 9788539300129

tor, uma parcela significativa da sociabilidade acaba por influenciar a pobreza e as condições de vida que são focados no ego das redes e não de seu entorno.

Como tamanho e alvo da amostra, selecionou-se 209 indivíduos em situação de pobreza e 30 de classe média, com o propósito de criar um padrão comparativo através do qual é construída a análise. A primeira amostra foi retirada de locais com elevado nível de pobreza especialmente ao se considerar a distância em relação ao centro, aos graus de consolidação das áreas de padrões construtivos e dos graus de intervenção do Estado que funcionam como categorias que reforçam a condição destes indivíduos.

A primeira tarefa do autor é construir “pontes” analíticas entre a pobreza urbana e as redes, onde ele foca no caráter multidimensional da pobreza, gerando diversos aspectos pelos quais o indivíduo é passado como a sua inserção econômica e social em determinados segmentos produtivos.

Inicialmente, ele se preocupa com uma nova face da pobreza urbana intimamente associada ao espaço urbano e ao acesso a bens e serviços que dão novos tons a este tema. Conseqüentemente, ele constrói uma relação complementar entre segregação e desigualdade de acesso a bens e serviços onde não é apenas a segregação que especifica o acesso desigual, mas

também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação [...] [onde] apesar da segregação e as desigualdades de acesso influenciarem-se continuamente, eles dizem respeito a processos distintos e devem ser separados conceitualmente. (MARQUES, 2010, p.35).

Como resultado desta interface, a segregação aparece como dimensão central na pobreza urbana, evidenciando a dimensão espacial através do “efeito vizinhança”, auxiliando na compreensão deste fenômeno. Continuamente, ele indica efeitos do capital simbólico como um reforçador da segregação exemplificado na extensão das redes de sociabilidade.

Outro elemento de destaque neste contexto é a homofilia. Ela consiste em uma tendência natural de indivíduos com características semelhantes a se relacionarem destacando elementos essenciais da sociabilidade (como práticas, gostos e linguagem) acentuando a segregação ao evidenciar a dificuldade de constituírem relações com indivíduos em estágios mais privilegiados.

Como considerável avanço metodológico, o autor valoriza o exercício de uma “sociometria”, ou seja, a medição da intensidade das relações sociais a partir de onde deriva a sua noção de mundo social como sendo um “conjunto de padrões de relações de vários

tipos e intensidade que se encontram em constante transformação.” (MARQUES, 2010, p.44).

Logo, esta noção auxilia no direcionamento de uma necessidade de se criar a categoria como mecanismo para se instrumentalizar a sua análise “sociométrica”. Este se define como “um conjunto de regularidades observadas em dinâmicas sociais que, diante de certas situações, levam a determinados resultados ou causam processos específicos.” (MARQUES, 2010, p.57).

A sua utilização justifica-se pela necessidade de se evitar correlações simples entre processos, mas sim estimular a busca de estratégias explicativas que acenuem as dinâmicas sistêmicas.

Em um segundo momento, ele se preocupa em analisar as redes de indivíduos em situações de pobreza. Nele, esboça em formato de gráficos espacializados as redes e a intensidade de suas relações a partir de um conjunto de medidas, dentre estas mencionamos aquelas que tratam do tamanho, coesão, conectividade, formação de grupos, atividade relacional, estrutura da rede egocentrada, variabilidade das redes e seu localismo.

Ao observarmos as redes de sociabilidade de indivíduos com renda extremamente baixa, elas tendem a apresentar redes com menos esferas e contextos de sociabilidade, sendo estas baseadas na vizinhança.

O autor ressalta também as variações das redes e seus efeitos sobre as sociabilidades. As redes variam de acordo com cada segmento social, acarretando com isto distintos tipos de sociabilidade como, por exemplo, na ênfase na amizade, igreja, trabalho e associação. Como resultado da análise destes elementos, notamos a inexistência de associações diretas, o que evidencia principalmente a heterogeneidade das redes.

Entretanto, o autor agrupa as redes em dois grupos: grandes, médias e pequenas como sociabilidade local e primária que favorece a homofilia e outro composto por redes médias, com sociabilidade pouco local e não primária que favorece a heterofilia. Destas, as primeiras reforçam as precárias condições de vida enquanto as segundas ofertam melhores oportunidades de acesso a bens e serviços.

Como passo seguinte, o autor se interroga: as redes importam para o acesso a bens e serviços obtidos no mercado? Algumas considerações realizadas no

decorrer de sua reflexão pretendem responder a esta questão. A primeira delas é feita a partir da precariedade. Ela é destacada pela importância obtida pelas variáveis - tipo de sociabilidade, sociabilidade propriamente dita e migração – como notamos no caso da segregação espacial e seu conseqüente isolamento social. Para os indivíduos possuidores de sociabilidade variada aumentam as suas chances de romper o isolamento social, o que não ocorre no caso de indivíduos que não possuem padrões variados de sociabilidade e têm a sua segregação espacial e isolamento social ressaltados.

E, por último, o impacto das redes e de seus mecanismos. Ela nos instiga a refletir sobre os mecanismos relacionais que contribuem para a produção de riqueza (ou sua mitigação) e para os efeitos demonstrados anteriormente. Não se trata de regularidades das redes ou elementos individuais, mas de mecanismos sociais [...] que impactam as redes e a sua disponibilidade para a solução dos problemas cotidianos pelos indivíduos. (MARQUES, 2010, p.173)

Como principal resultado desta reflexão, aponta-se para existência de mecanismos que influenciam a formação diferenciada das redes e da sociabilidade dos indivíduos ocasionando o impacto sobre a ação social e o acesso a oportunidades de uma forma mais igualitária.

Conseqüentemente, é possível afirmar que as mudanças na rede seguem padrões mais localizados e conjunturais ligados a trajetórias e oportunidades sociais. Elas podem criar ou destruir oportunidades para as relações onde as redes são alteradas e transformam a sociabilidade e os tipos de vínculos. Elas resultam em um contexto em que são destacadas a segregação espacial e a reprodução mais intensificada da pobreza.

Como um ponto comparativo, podemos comparar uma rede formada por indivíduos carentes e outra formada por indivíduos de classe média. No primeiro tipo encontra-se um efeito agregado desses mecanismos com um impacto significativo tanto no que se refere à sociabilidade e conectando esferas distintas da vida social. Já o outro modelo ressalta a pequena variedade das redes, onde elas resultam em exemplares com muito menos tempo e com uma reduzida quantidade de vínculos e sociabilidade. ■



Pierre-Mathieu Le Bel

Os Jogos Olímpicos podem não ter fim

algumas advertências sobre o «legado» olímpico à luz da experiência de Montreal

A proximidade dos jogos olímpicos do Rio de Janeiro em 2016 vem dando origem a uma série de questionamentos, sobretudo no que diz respeito à preparação e à realização deste Evento que dura, aproximadamente, duas semanas. O planejamento urbano contemporâneo, assim como as pesquisas científica, se debruçam cada vez mais sobre os megaprojetos e megaeventos. Muitas coisas estão em jogo e muitos atores são e serão envolvidos.

A história pode contribuir para que se conheça a gama de erros e as decepções ligadas à realização das Olimpíadas, através de experiências de cidades que já realizaram os Jogos Olímpicos, como é o caso de Montreal. O objetivo deste artigo é apresentar a experiência de Montreal e os problemas relacionados às Instalações Olímpicas (desde sua concepção até os dias de hoje) enfatizando as mudanças percebidas na relação entre os residentes e a cidade após a realização dos Jogos. O evento

seria por definição pontual, contudo, ele se perpetua nas relações em que os residentes mantêm com sua cidade.

ERA UMA VEZ... EM UM OUTRO TIPO DE «PAÍS EMERGENTE»

Em 1970, o Comitê Internacional Olímpico (COI) constatava, com um certo pânico, que a última edição dos Jogos Olímpicos, na Cidade do México em 1968, tinha sido a mais cara da história (175 milhões) e que a realização dos próximos em Munique no ano de 1972 estava indo na mesma direção. O próprio COI estava em uma difícil situação financeira, o que levou seus dirigentes a decidirem que os custos da infra-estrutura seriam um elemento decisivo na escolha da próxima cidade-sede dos Jogos. Assim, a candidatura da cidade de Montreal se baseou sobre a proposição da realização de um Even-

Pierre-Mathieu Le Bel

é Doutor em Geografia Social e Cultural pela Universidade de Ottawa, com Pós-Doutoramento no Instituto de Urbanismo da Universidade de Montreal, atualmente faz seu Segundo Pós-Doutorado na Universidade do Quebec em Montreal (UQAM).

pmlabel@gmail.com

to mais minimalista, mais perto da escala humana. Esta proposição teria sido um elemento decisivo para que o COI escolhesse Montreal para as Olimpíadas de 1976. Os jogos de Montreal custariam em torno 124 milhões de dólares, de acordo com a candidatura da cidade.

O planejamento do Parque Olímpico se fez no mais absoluto segredo. A falta de transparência foi atribuída em parte aos jornalistas locais que não teriam se interessado por esta etapa do projeto. Segundo os críticos, a mídia teria servido principalmente para corroborar as decisões do poder público que puderam difundir sua visão utópica de um Parque Olímpico ultra-inovador e relativamente barato, ao afirmar que a realização do Evento não ultrapassaria o orçamento previsto.

O prefeito de Montreal à época, Jean Drapeau, era um apreciador dos grandes projetos (foi ele que começou a construção do metrô de Montreal e foi em sua administração que a cidade recebeu a Exposição Universal de 1967) e para ele o que importava naquele momento era «colocar Montreal no mapa», torná-la visível aos olhos do mundo. Essa iniciativa seguia a lógica do processo de modernização pelo qual passava o Estado Quebequense há alguns anos. Pode-se considerar o Quebec dos decênios de 1960-1970 como um «país emergente¹». Os quebequenses tinham acabado de sair de um governo, considerado por muitos como uma ditadura, ainda que branda (o governo Duplessis de 1936 à 1939 e de 1944 à 1955) e o governo que o precedeu tinha feito profundas reformas nas áreas da educação e da saúde, além de ter passado por um movimento de laicização generalizado. Logo, interessava ao governo a idéia de considerar o Quebec um país emergente – ainda que este vocabulário não estivesse na moda à época – podendo assim, mostrar sua plena maturidade ao mundo, sob a forma de uma contribuição olímpica inovadora, pelo menos no plano arquitetônico.

O Parque Olímpico, concebido por Roger Taillibert, um arquiteto francês de renome, foi de fato

¹ O Quebec é um dos estados que fazem parte do Canadá, mas se distingue de outros estados canadenses por uma predominância da língua francesa (cerca de 80% da população) e também pela sua cultura, política e economia, numerosos pontos divergentes opõem as práticas quebequenses daquelas dos outros estados canadenses. O termo de «duas solidões» é geralmente empregado para descrever estas sociedades que convivem lado a lado de maneira pacífica mas que parecem se ignorar mutuamente. A presente administração federal reconheceu o Quebec como uma nação, há pelo menos 30% da população que se diz em favor da independência. Além disso, foi o governo estadual que assumiu a maior parte dos custos associados as Olimpíadas. É por esta razão que este artigo se refere sobretudo ao Estado do Quebec e não ao Canadá quanto aos impactos dos Jogos Olímpicos de 1976.

inovador. É um dos raros edifícios de Montreal a ter um certo renome internacional. É «a mais alta torre inclinada do mundo» diz-se aos turistas que vêm fotografá-la e que sobem a sua cobertura para admirar a metrópole quebequense e sua região.

A construção deste Parque Olímpico, porém, foi feita em meio a um verdadeiro caos. Os movimentos urbanos de então questionavam a decisão de construí-lo e a administração municipal ainda tinha optado por localizá-lo em um espaço verde que era bastante utilizado e apreciado pela população, o que gerou novas críticas e mobilizações, mas foram sobretudo os próprios problemas da construção destas Instalações que os quebequenses mais se lembram. Roubos massivos de materiais e uma greve geral acabaram não permitindo que se terminassem as Instalações olímpicas a tempo para a realização dos Jogos.

A EXPERIÊNCIA OLÍMPICA QUE NÃO TERMINA...

Os jogos duram, aproximadamente, duas semanas, mas as infra-estruturas «legadas» pelo Evento marcarão a paisagem urbana e as práticas cotidianas dos cariocas, provavelmente, por gerações.

Em Montreal, a experiência dos jogos está mais associada ao trauma que provocou do que com a grande festa urbana e esportiva. Ao boicote das Olimpíadas por 28 países africanos² veio se juntar a vergonha pelo fato do estádio olímpico estar inacabado, afinal a cidade tinha se recusado a dar garantias ao COI 6 anos antes, afirmando que a reputação da cidade já seria suficiente.

Algumas «remoções» teriam sido «necessárias» para a construção do Parque Olímpico, como parece ser o caso de outras experiências deste tipo. Contudo, o que mais teria marcado a cidade foi a destruição de um corredor de arte, feito especialmente para este Evento, o chamado Corridart. O Corridart foi uma exposição realizada pelo Programa das Artes e da Cultura especialmente para os Jogos Olímpicos e reunia mais de 60 artistas. Os artistas tinham transformado 8 km da rua Sherbrooke, uma das artérias mais importantes da cidade, em um museu a céu aberto. No entanto, o Prefeito teria considerado as obras de arte «chocantes», críticas à administração municipal, o que o teria levado a ordenar a demolição do Corridart, no meio da noite, uma semana antes do começo dos Jogos Olímpicos.

² Os 28 países africanos colocavam em questão a participação da Nova Zelândia, porque esta tinha participado de um outro torneio esportivo junto com a África do Sul, que à época vivia sob o regime do *apartheid*.



Fonte: Wikimedia Commons - Gilbert Bochenek

Quanto à questão econômica, os Jogos Olímpicos também teriam sido um desastre. Dos 124 milhões de dólares que os Jogos deveriam ter custado, segundo seu orçamento inicial, eles acabaram custando mais de 1 bilhão e 400 milhões de dólares. Os Jogos de 1976 também foram os que tiveram mais dinheiro público investido, cerca de 85% do orçamento, valor somente superado pelos investimentos feitos na edição posterior de 1980 em Moscou, cidade que, até então, vivia sob um regime socialista.

De fato, os quebequenses foram terminar de pagar a dívida olímpica em 2006 – principalmente através das taxas sobre o tabaco – para então constatar no ano seguinte que os trabalhos no Estádio Olímpico, cuja cobertura só fora finalizada em 1996 (20 anos após a realização dos Jogos Olímpicos) e que já tinha ultrapassado o valor de centenas de milhões de dólares, precisava ser refeito, pois sua cobertura não suportara o peso da neve!

Tinha sido acordado entre os governos que as instalações Olímpicas seriam de alçada estadual até que fosse efetuado o pagamento total da dívida, quando passaria para a alçada municipal. Contudo, a municipalidade vem recusando o «presente» até os dias de hoje por causa dos problemas ligados ao Estádio – problemas reais e imaginários. A imprensa quebequense, que havia sido criticada por não ter dado atenção aos preparativos do Jogos Olímpicos, não deixou passar em branco a catástrofe econômica que tinha resultado daí. O que tem levado a municipalidade a agir com extrema cautela em relação ao Estádio que a administração estadual bem gostaria de passar adiante. Mais que isso: o imaginário mon-

trealense e a confiança dos cidadãos frente aos grandes projetos urbanos foi fortemente abalada, ou até mesmo, destruída. Assim, para a população, até os lanches que são comercializados neste Estádio não são tão bons e nem a cerveja é tão gelada como em outros lugares. Até o fraco desempenho da equipe profissional de beisebol local (os Expos de Montreal) foi atribuído ao Estádio³. As outras equipes profissionais de Montreal também não queriam jogar no Estádio Olímpico. Tanto a equipe de futebol como a equipe de futebol americano local acabaram construindo seus próprios estádios. Um deles, inclusive, a menos de 200m do Estádio Olímpico.

Durante o ano de 2010, um dos grandes debates da atualidade de Montreal e do Quebec se deu sobre a vocação esportiva do Estádio Olímpico. Como é preciso trocar a cobertura do Estádio, a questão que se coloca é se a nova cobertura será fixa ou móvel. Se a cobertura for fixa os custos podem ser menos elevados, mas, isto impediria que Montreal abrigasse os grandes eventos esportivos internacionais que exigem um espaço aberto. Será que a vocação olímpica do Estádio constitui um patrimônio a preservar? Não seria melhor adaptá-lo para outros tipos de atividades? Um dos partidos políticos estaduais chegou a sugerir

³ Esta situação os levou a ideia de construir um outro estádio mais central. Imediatamente os promotores começaram a divulgar esta ideia através da imprensa a fim de obter apoio da população e, assim, conseguir recursos públicos. No entanto, quando a população constatou que este novo estádio também incluiria uma cobertura a rejeição foi imediata e assim foi abortada qualquer esperança de um suporte público à construção.

que se implodisse o Estádio acabando de uma vez com esta fonte de problemas. A ideia foi rejeitada, mas o fato de ela ter sido cogitada já mostra o grau de rejeição ao Estádio. Alguns cidadãos, inclusive, acharam a idéia da destruição bem atraente.

A realização dos Jogos Olímpicos em Montreal naquele momento teria tido uma maior aceitação social porque teria servido como um meio para que a cidade ganhasse uma maior visibilidade internacional. No entanto, isto aconteceu em um outro momento histórico; hoje o «fracasso» olímpico está constantemente alertando os cidadãos sobre as consequências que podem advir da realização de um Evento deste porte. Os outros grandes projetos urbanos de Montreal são atualmente recebidos com muito ceticismo pela maior parte dos atores do desenvolvimento urbano e pela própria comunidade, em geral.

No entanto, tem-se a impressão de que se os montrealenses acreditam que sua cidade é de fato uma grande metrópole e que estaria no mesmo plano de cidades como Paris, Los Angeles ou Berlim, isto

poderia ser atribuído, em parte, ao fato de ela ter recebido os Jogos Olímpicos em 1976 e de ter sediado uma Exposição Universal em 1967. De fato, várias organizações e autores que elaboram as classificações de cidades mundiais utilizam a realização de grandes eventos esportivos e culturais como indicador. A partir deste tipo de classificação, a cidade que realiza e promove Mega-eventos é logicamente favorecida. Assim, após a realização dos Jogos Olímpicos e da Exposição Universal, Montreal ganhou maior visibilidade internacional, ultrapassando a cidade vizinha de Toronto, duas vezes mais populosa e economicamente mais influente no mercado mundial.

Mas qual teria sido a importância prática destes Megaeventos para os cidadãos? O Parque Olímpico hoje, 35 anos mais tarde, é um entrave na paisagem da cidade, praticamente sem uso. O bairro Mercier-Hochelaga-Maisonneuve, onde se situa o Parque Olímpico, é um bairro pobre, atingido por inúmeros problemas como desemprego, evasão escolar, de saúde pública e de criminalidade e, embora neste bairro haja muitas organizações comunitárias, nenhuma delas estabelece qualquer relação com as instalações olímpicas. Ambos são indiferentes um ao outro.

Atualmente o que acontecerá com a função esportiva das instalações olímpicas? A área principal do Estádio está praticamente abandonada, a piscina é utilizada, mas é julgada cara demais. O velódromo foi convertido em uma estufa gigante que, embora seja uma atração popular, é também considerada cara para a população do bairro. A área externa de treinamento foi comprada pelo promotor do futebol local, o que levou as outras equipes, que ali treinavam, a se deslocarem para outro lugar. Devido as suas dimensões, os responsáveis pelo Estádio o consideram como um equipamento metropolitano e assim não incluem os grupos locais em sua agenda, grupos estes que poderiam ter um melhor acesso ao Estádio. O que acontece na maior parte das vezes é uma indiferença, ou mesmo um menosprezo aos grupos locais, acreditando que eles não teriam nada a oferecer...

No entanto, os grupos comunitários, os movimentos urbanos e os próprios cidadãos podem vir a ser consumidores destes espaços, e ainda, podem se tornar um grande atrativo destes lugares. Acredita-se que é fazendo uso dos recursos humanos locais que as futuras cidades anfitriãs das Olimpíadas ou de qualquer outro grande evento podem oferecer algo realmente inovador. Um lugar com as dimensões do Parque Olímpico de Montreal e que está localizado no coração de um dos bairros mais populosos da metrópole, não deveria desconsiderar os atores locais que podem vir a ser determinantes no sucesso ou no fracasso deste empreendimento. A população local

Wikicommons - Antonello



Wikicommons - EOZyoc





Wikicommons - Benitzer Xantener

pode vir a ser uma base cativa de consumidores, mas também pode vir a ser chamada a fim de dar ao conjunto um caráter particular, único. Assim poder-se-ia ultrapassar esta visão pontual e recorrente no planejamento para oportunizar que a população local seja a primeira a frequentar o lugar e suas instalações. O estilo do Parque Olímpico poderia ganhar muito em autenticidade e não se pareceria com um lugar construído exclusivamente para o olhar do outro, mas teria um ambiente próprio que somente podem apresentar os lugares verdadeiramente apropriados e apreciados cotidianamente. Assim, este lugar poderia vir a ser sentido pelo visitante como realmente único.

Além das diferenças demográficas, culturais, econômicas e políticas evidentes que separam o caso do Rio de Janeiro do caso de Montreal, é preciso destacar que, ao contrário da época dos Jogos de Montreal onde a cidade utilizava os Jogos como forma de ganhar notoriedade e reconhecimento, hoje seus organizadores e patrocinadores instrumentalizam as cidades para ter acesso aos seus mercados (de consumo, de infra-estrutura, etc.). Os interesses das cidades-sede não desapareceram com o tempo mas as dimensões de seus interesses se ampliaram. Atualmente, tanto o capital quanto a cidade consideram importante a realização destes grandes eventos que possibilitam uma publicidade global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício da comparação pode ser efetuado de diferentes maneiras. Poder-se-ia comparar uma cidade com outras cidades, mas poder-se-ia também comparar uma cidade com o que ela era e com o que ela poderá vir a ser. Portanto, logo que a chama olímpica deixar o Rio para se dirigir a uma outra cidade, vai ser este tipo de comparação que vai dominar o imaginário cidadão. Espera-se que esta exposição sobre a experiência de Montreal possa contribuir para os estudos e quem sabe para a própria realização da edição carioca dos Jogos Olímpicos. As Olimpíadas têm data marcada para acontecer, mas, no entanto, suas consequências ou, como preferem dizer seus promotores, o seu «legado» pode não ter fim... ■

Auf Der Maur, N. 1976. *Le dossier Olympique, Montréal*, Édition Québec Amérique.

Zarnowski, Frank. 1993. *A Look at Olympic Costs*. International Journal of Olympic History, 1(2).

Meus agradecimentos à Renata Brauner Ferreira, doutoranda em Planejamento Urbano e Regional no IPPUR-UFRJ, pela tradução e por seus preciosos comentários e sugestões.

Joana Cruz de Simoni e Karinna Paz

Reciclando percepções

olhares sob o céu do Morro do Céu

A questão da produção desenfreada de lixo na sociedade moderna é um problema há muito discutido e ainda carente de soluções eficientes, bem como a ocupação desordenada em áreas totalmente à margem da regulação pública. O lixo, produzido principalmente nas grandes cidades, não desaparece, não se desintegra instantaneamente, nem tampouco vira poeira a partir do momento exato em que é descartado de nossas casas – embora muitos assim o percebam. Este certamente não é o caso das comunidades que vivem no entorno dos vazadouros de lixo e com este convivem cotidianamente.

O presente ensaio foi feito em uma destas comunidades, na área que circunda o aterro controlado do Morro do Céu, no bairro de Caramujo, em Niterói - RJ. O aterro foi criado após a desativação do lixão do Morro do Bumba, na década de 1980, para receber os resíduos do Município de Niterói, uma vez que os custos do transporte até Gramacho, em Duque de Caxias/RJ, eram muito elevados. Nas chuvas de abril de 2010, o aterro do Morro do Céu che-

gou a ser desativado temporariamente, por conta de deslizamentos de terra nas áreas ao entorno; no entanto, hoje em dia, está funcionando a pleno vapor.

Algumas visitas foram feitas ao local, buscando registrar como a presença de um verdadeiro morro erguido pelo lixo refletem na paisagem urbana de uma área que encontra-se a apenas 7 Km do centro de Niterói, mas que ainda parece um pouco esquecida, um pouco abandonada, um pouco intocada – apesar de por ali passarem resquícios (partes? lembranças? restos?) da vida de toda a cidade. Para tal registro, adotou-se um método que, de certa forma, vai ao encontro do tema aqui tratado. Ao invés de câmeras tradicionais, as câmeras utilizadas neste ensaio foram produzidas dando uma nova vida a objetos que poderiam estar aumentando o volume do aterro do Morro do Céu.

Assim, através de uma técnica fotográfica conhecida como pinhole, foram construídas máquinas fotográficas artesanais. Para tal, objetos que seriam descartados, como latas de leite em pó vazias, caixas de papelão e até mesmo

Joana Cruz de Simoni

é estudante de Geografia (UFF) e Filosofia (UERJ) e trabalha com educação ambiental.

Karinna Paz

é estudante de Geografia (UFF) e bolsista do Observatório das Metrópoles (IPPUR - UFRJ). Ambas são fotógrafas experimentais.

karinna.paz@gmail.com

uma caixinha de fósforo já utilizada, transformaram-se em câmaras escuras que permitem a formação da imagem no filme ou no papel fotográfico (ambos funcionando como os negativos da fotografia). Ora, para que haja fotografia, é preciso que haja luz. Deste modo, o processo básico da fotografia se completa através da luz que entra por um pequeno buraco feito com uma agulha – motivo pelo qual a técnica foi batizada de pinhole, pois o termo, em inglês, significa “buraco de agulha”.

Não foi raro o espanto de catadores de lixo, trabalhadores do aterro, crianças saindo da escola ou famílias indo a igreja ao notarem nossa presença. Mais ainda quando contávamos que o que tínhamos em mão era uma máquina fotográfica! Contudo, assim como a existência do lixo é uma coisa que incomoda, por vezes, nossa presença também incomodava, uma vez que há muitas restrições no que tange a fazer registros de um lixão ou aterro e das atividades a eles vinculadas.

Este ensaio, no entanto, não tem a pretensão de ser um ensaio-denúncia, nem tampouco expressar uma realidade concreta, dura, plana. A intenção é, tão-somente, a de captar percepções deste espaço ur-



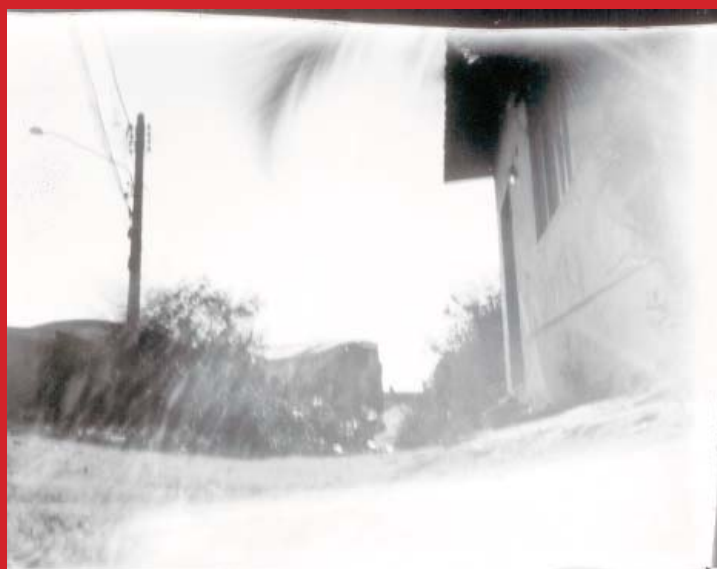
Uma das entradas do aterro do Morro do Céu
foto em papel fotográfico (negativo)

bano marginalizado, através de experimentações fotográficas que, de certa forma, por sua metodologia, encontram-se contextualizadas a este ambiente. É por isso que a percepção do espaço, aqui, é por vezes fora de foco, sobreposta, invertida, fosca. ■

DIB-FERREIRA, Declév Reynier. *As Diversas Visões do Lixo*. Dissertação: Mestrado em Ciência Ambiental. Universidade Federal Fluminense, 2005.



Rua sem saída que dá acesso a uma das entradas alternativas para o aterro.
foto em papel fotográfico



O aterro como quintal de casa.
foto em papel fotográfico



Uma das entradas do
aterro, ligada à principal
rua do bairro.
foto em filme 35 mm



Barraco de lona em um
dos acessos alternativos
e clandestinos
do aterro.
foto em filme 35 mm



Casa da comunidade
Morro do Céu.
foto em filme 35 mm



Sombra de um dos
portões com acesso
irrestrito ao aterro.
foto em filme 35 mm

Ponto de ônibus ao lado de uma escola municipal. Foto sobreposta a uma casa com vista para o "morro de lixo".
foto em filme 35 mm



Igreja evangélica às margens do aterro.
foto em filme 35 mm



Garis em troca de turno.
foto em filme 35 mm



Sobreposições do céu do Morro do Céu.
foto em filme 35 mm

REALIZAÇÃO



APOIOS

